

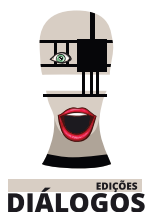
***Toda verdadeira
história é história
contemporânea:***

**uma interpretação da teoria da
historiografia de Benedetto Croce**



Raimundo Nonato Pereira Moreira





Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Av. Colombo, 5790

Bloco H-12, sala 16

Maringá/PR

CEP: 87020-900

E-mail: editoradiálogos@uem.br

Conselho editorial

Angelo Priori (UEM – Coordenador Editorial)

Alexandre Fortes (UFFRJ)

Cláudia Viscardi (UFJF)

Carlos Alberto Sampaio Barbosa (UNESP)

Carlos Gregório Lopes Bernal (Universidad de El Salvador)

Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP)

Gilmar Arruda (UEL)

Luiz Felipe Viel Moreira (UEM)

João Fábio Bertonha (UEM)

José Luiz Ruiz-Peinado Alonso (Universitat Barcelona, Espanha)

Peter Johann Mainka (Universität Würzburg, Alemanha)

Ronny Viales Hurtado (Universidad de Costa Rica)

Raimundo Nonato Pereira Moreira

***Toda verdadeira história é
história contemporânea:***
**uma interpretação da teoria da
historiografia de Benedetto Croce**



**EDIÇÕES
DIÁLOGOS**

Maringá: Edições
Diálogos, 2025

Copyright © 2025 para o autor Raimundo Nonato Pereira Moreira.

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, da editora ou do autor.

EQUIPE TÉCNICA

Revisão textual e gramatical: Diogo dos Santos Lessa
Normalização textual e de referências: O autor
Projeto gráfico/diagramação: Jaime Luiz Lopes Pereira
Foto Capa: Guilherme Alves Bomba
Ficha catalográfica: CBL
Tamanho da obra: 17x24cm
Fonte: Verdana
Publicação online.

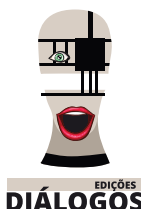
Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M838T Moreira, Raimundo Nonato Pereira
Toda verdadeira história é história contemporânea: uma interpretação da teoria da historiografia de Benedetto Croce. / Raimundo Nonato Pereira Moreira. Prefácio de Giuseppe Federico Benedini. -- Maringá, PR: Edições Diálogos, 2025.
162 p. PDF.

Publicação digital (e-book) no formato PDF.
ISBN 978-65-01-42885-7

1. História. 2. Historiografia. 3. Itália. 4. Benedetto Croce (1866-1952).
I. Moreira, Raimundo Nonato Pereira. II. Título.

CDD 901.928.51



EDIÇÕES
DIÁLOGOS

Edições Diálogos
Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790 – Bloco H-12, sala 16
CEP: 87020-900 – Maringá/PR

Noi siamo prodotto del passato e viviamo immersi nel passato, che tutt'intorno ci preme. Come muovere a nuova vita, come creare la nostra nuova azione senza uscire dal passato, senza metterci di sopra di esso? E come metterci di sopra dal passato, se vi siamo dentro, ed esso è noi? Non v'ha che una sola via d'uscire, quella del pensiero, che non rompe il rapporto col passato ma sovr'esso s'innalza idealmente e lo converte in conoscenza. [...]. Scrivere storie - notò una volta il Goethe - è un modo di togliersi di sulle spalle il passato. Il pensiero storico lo abassa a sua materia, lo transfigura in suo oggetto, e la storiografia ci libera dalla storia.

(Benedetto Croce, 1938)

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.*

(Carlos Drummond de Andrade, 1940)

Agradecimentos

Ao meu pai, à minha mãe, à minha irmã, ao meu irmão, ao meu cunhado, à Carla e ao meu filho Gabriel, pela formação moral, pelo suporte material e pelo amor incondicional.

À RONALDA, pelas inúmeras lições de vida e por tudo que me ajudou a construir.

À UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB), pelo apoio institucional.

À COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES), que, através do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT), financiou a pesquisa.

AOS E ÀS COLEGAS DO ANTIGO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ALAGOINHAS – CAMPUS II DA UNEB, por aquiescerem com a liberação de 30 meses das atividades em sala de aula – e pelo estímulo constante.

AOS E ÀS DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DO CAMPUS II, pela interlocução intelectual e pelo aprendizado constante.

AOS PROFESSORES HÉCTOR HERNÁN BRUIT CABRERA, EDGAR SALVADORI DE DECCA E EDMUNDO FERNANDES DIAS (todos *in memoriam*) e MICHAEL HALL, pelas contribuições aportadas ao trabalho.

AOS COLEGAS E AOS PROFESSORES DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS), pela convivência e pela oportunidade de aprofundamento sobre questões concernentes ao pensamento de Benedetto Croce.

AOS E ÀS COLEGAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNICAMP, com especial registro para o apoio e a amizade de CÁSSIO DA SILVA e MÔNICA QUARESMA.

AOS AMIGOS PRISCILA E LUÍS, peças fundamentais no trabalho de atualização bibliográfica que a pesquisa demandou.

AO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DAS BIBLIOTECAS DO IFCH E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA e DA SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO PROGRAMA DE HISTÓRIA DA UNICAMP (em especial a Marli e a Júnior).

AOS PROFESSORES E AOS COLEGAS DE CURSO DO INSTITUTO *Italia Amica*, à professora Kimberly Kelly, ao professor Cesar Domique Moreno e à professora Yvone Greis, fundamentais para o esforço de tradução de obras e textos de e sobre Benedetto Croce.

ÀS PROFESSORAS LÚCIA CARDOSO NASCIMENTO e VIRGÍNIA MARIA SAMPAIO e SAMPAIO e AO PROFESSOR DIOGO LESSA, pelo árduo trabalho de revisão gramatical. Registro que as ambiguidades, as imprecisões e os problemas eventualmente presentes no livro são de minha inteira responsabilidade.

A EDUARDO SARNO, ao professor Dante Galeffi, à dona Gina Galeffi e à Marli Cardoso, pelas indicações acerca da localização das obras crocianas nas bibliotecas baianas e pela disponibilização da consulta ao acervo do filósofo Romano Galeffi.

AO PROFESSOR GIUSEPPE FEDERICO BENEDINI, pelo diálogo intelectual, pelo senso de humor anárquico, pela generosidade e por aceitar o convite para prefaciá-lo.

AOS PROFESSORES ANGELO PRIORI e GUILHERME BOMBA, pela parceria intelectual.

AOS TRABALHADORES E ÀS TRABALHADORAS DO BRASIL, aos homens e às mulheres desprovidos de cidadania plena, graças aos e às quais pude estudar todos esses anos. Aos milhões de brasileiros e brasileiras, ainda excluídos da história e do consumo dos produtos da historiografia, que certamente não manusearão este livro, os meus sentimentos de gratidão e respeito.

Sumário

Prefácio	8
Introdução	17
Capítulo 1	
Benedetto Croce: um esboço biográfico	40
1.1 Risorgimento, neo-hegelianismo e liberalismo: algumas coordenadas históricas	42
1.2 Benedetto Croce: os primeiros anos (1866-1886)	47
1.3 História local, marxismo, rebelião antipositivista e sistema filosófico (1886-1917)	54
1.4 Posições políticas, conservadorismo e relações com o fascismo (1917-1925)	64
1.5 Croce opositor (1925-1943)	71
1.6 Os últimos anos (1943-1952)	77
Capítulo 2	
Croce, Vico, Hegel e Marx: afinidades eletivas e antinomias	80
2.1 Croce e Vico	82
2.2 Croce e Hegel	91
2.3 Croce e Marx	98
Capítulo 3	
Benedetto Croce e a historiografia como passado-presente	114
3.1 <i>Teoria e storia della storiografia</i>	115
3.2 <i>La storia come pensiero e come azione</i>	126
3.3 <i>Storia d'Europa nel secolo decimono</i>	136
Considerações Finais	150
Referências	153
Sobre o autor	161

Prefácio

Filósofo da estética e das ideias, historiador e teórico da historiografia, crítico de arte e literatura, editor, agitador cultural politicamente engajado, ponto de referência de, pelo menos, duas gerações de estudiosos italianos. Após a leitura desse elenco, o primeiro impulso seria afirmar que não se fabricam mais intelectuais como Benedetto Croce, e que até jogaram o molde fora, já que ele, ademais, foi eclético, poliédrico, peremptório em seus julgamentos, mas, por vezes, contraditório e demasiado identificado com uma época e uma realidade nacional específica sobre as quais, sem dúvida, deixou uma marca duradoura. Máximo intérprete de Hegel – junto com Giovanni Gentile –, na Itália do século XX, e confessadamente “não hegeliano”. Liberal em política, mas não “liberista” em economia. Moderadamente conservador, mas anticlerical e antimetafísico, afirmou, ao mesmo tempo: “Não podemos não nos dizer cristãos”. “Papa”, mas “papa laico da cultura italiana” (Gramsci *dixit*), tornou academicamente palatável o socialismo dito científico em seu país, apesar de tê-lo sempre adversado no campo da política. Autor do manifesto dos intelectuais antifascistas, em um momento histórico bastante perigoso, transformou-se insensivelmente no “velho de Pescasseroli” tolerado pelo regime fascista. Morreu em paz, depois da queda deste, sem ter que pagar com a vida – como Gentile, por exemplo – por suas ideias. Nêmesis da história: os novos grupos politicamente hegemônicos, católicos e marxistas – com os quais Croce tinha compartilhado a oposição à ditadura – se dedicaram a desmontar, pedaço a pedaço, a influência do idealismo crociano nas letras nacionais; uma tarefa que foi prosseguida, com furor iconoclasta crescente, pelas sucessivas gerações de intelectuais. Furor, em parte, compreensível, considerando a longevidade de outra “ditadura”, a que o próprio

Croce exerceu sobre a cultura oficial da Itália até a Segunda Guerra Mundial. Mas, quem sabe se tal operação não teria sido aprovada até mesmo pelo próprio Croce? Pois, vista através do prisma hegeliano, seria certamente desejável para a criação de novas sínteses, em demanda de uma liberdade ainda maior. Ocorreu, porém, que, como muitas das empreitadas culturais concebidas ao sabor do maio parisiense, essa também parou na metade, na antítese, e os novos intelectuais, em vez de se acomodarem nos ombros dos gigantes e enxergar mais longe, preferiram chutar-lhes as canelas, para ver se estes dobravam os joelhos e ficavam à sua altura.

Nem todo colosso tem pés de argila, ainda bem: podemos festejar, assim, em pleno século XXI, e em um lugar tão longe da Itália, a publicação de uma obra preciosa e surpreendente que trata de Benedetto Croce (1866-1952). Preciosa no sentido de que, para escrever sobre uma figura de tamanha complexidade, maximamente alheia às modas culturais hodiernas e sem o estímulo artificial de alguma efeméride a ser comemorada, seria preciso um autor bem corajoso. Alguém que, ademais, compartilhasse um *idem sentire* com o sujeito da sua pesquisa, ou seja, bastante treinado e atento no manuseio de documentos, os quais – aprendemos com o mesmo Croce: “Não agem sob a condição de testemunhos se não forem capazes de estimular, no historiador, estados de ânimo que se encontram presentes no estudioso” (Moreira, 2025, p. 127). Um autor assim, *ça va sans dire*, seria bem difícil de encontrar, mas aqui o temos, já que ousadia, sensibilidade e curiosidade intelectual não são virtudes que fazem falta a Raimundo Nonato Pereira Moreira. Sua fama de pesquisador escrupuloso é bem conhecida nos meios acadêmicos nos quais ama transitar, mas foi sua versatilidade que o levou a atravessar sem temor os grandes espaços da contemporaneidade, dos sertões de Canudos à Paris da

Comuna de 1871 e, depois de ter seguido o rastro de *Miranda*, desde a “gigantesca” Alagoinhas (como ele se refere, com irônica benevolência, à sua terra querida), ele pousa agora nas ensolaradas costas mediterrâneas para se confrontar com um autêntico monumento da cultura italiana. Nada é por acaso: assim como Croce, apesar do seu aparente ecletismo, teve na filosofia o fio condutor de todas as suas investidas em outros campos do saber. O espírito livre e indagatório de Moreira tem, da mesma maneira, os pés bem plantados no fértil campo da historiografia. Pois, então, quando o autor escreve: “a historiografia italiana teve também uma indiscutível (e profícua) singularidade de organização e funcionamento. Decorrem dessa característica as trocas permanentes com a literatura, a filosofia e a política” (Moreira, 2025, p. 83), para quem conhece o autor do livro é impossível não pensar como ele, em primeiro lugar, apropriou-se desta visão, ampla e humanista da cultura, que foi a mesma de Benedetto Croce. Em breve, o leitor poderá comprovar a profundidade do diálogo entre esses dois intelectos, tão distantes no tempo e, talvez, na sua visão de mundo, porém unidos na exigência da investigação e na urgência em divulgar suas descobertas.

Agora, o autor, e o seu editor, me perdoem se defino o livro que acabei de ler, além de precioso, deveras surpreendente, como um pequeno milagre editorial que acontece num país onde – cento e tantos anos atrás, quando os seus laços com a Itália eram muito mais fortes do que agora – quase ninguém tomou conhecimento da hegemonia crociana sobre a cultura peninsular. Aliás, na esteira da sua recente revolução republicana, “jacobina”, *very americana*, tecnocrática, ordenada e progressista, a intelectualidade tupiniquim abraçou os principais desafetos do pensador abruzenso: os positivistas, com lugar de destaque para os positivistas italianos. Nem tanto Roberto Ardigò, o profeta

excomungado, o *Heautontimorumenos* das charnecas padanas, quanto o mais engajado Enrico Ferri, reconhecido até os dias atuais como mestre do direito penal e diretor do *Avanti!*, o jornal do Partido Socialista, entre 1903 e 1908. Sem falar de outro militante pelos direitos dos trabalhadores, tão venerado então quanto execrado hoje: Cesare Lombroso, cujo esqueleto doado à ciência – e ainda exposto no museu de Turim que leva o seu nome – não bastou para redimi-lo aos olhos dos estudiosos pós-modernos, em cujos cursos segue, todavia, tão frequentemente citado quão muito pouco lido. Benedetto Croce teve um destino bem pior: foi ignorado, e, se não fosse por Moreira, ainda o seria.

Na sua época, e fora da península italiana, o filósofo abruzesse aparecia como um pensador devoto da crítica e, conseqüentemente, pouco original, um intelectual compenetrado em demasia no labor de desprovincializar a cultura de seu país para suscitar algum tipo de interesse além das fronteiras deste. Não bastasse isso, de um ponto de vista mais estritamente político, “as críticas do ‘espiritualismo perene’ de Croce ao positivismo confundiam-se com o repúdio do intelectual italiano às concepções que postulavam a ampliação das bases do poder político e à ascensão de novas classes sociais, ou seja, ao socialismo e à democracia” (Moreira, 2025, p. 61), o que, sem falta, o tornou antipático até aos olhos de liberais mais progressistas do que ele. E não importa que, com o tempo, tenha-se compreendido a polisignificância do liberalismo para a cultura italiana do *Risorgimento* e do pós-*Risorgimento* – como bem nos lembra Moreira, citando um brilhante artigo de Perry Anderson. A imagem seletivamente conservadora (“*ciò che è vivo e ciò che è morto*”) e, apesar de tudo, terrivelmente provinciana, da cultura idealizada por Croce acabou se identificando com a personagem. Por fim, certas coincidências que o pensamento

político de Croce teve com a teoria das elites, esboçada pelo seu contemporâneo Gaetano Mosca, e o fato dele tentar compreender o marxismo através de vieses mais sensatos (Bernstein) ou mais incendiários (Sorel) daquele que acabou virando hegemônico no século XX selaram seu destino de filósofo “inatural”, ultrapassado.

Fora do campo político, para tanto contribuiu também uma certa imagem consolidada, infelizmente até hoje, da cultura italiana como herdeira natural do Império Romano e, através do Renascimento, da antiguidade clássica em geral. Como é sabido, a originalidade nunca formou parte dos ideais antigos – diferente, por exemplo, da serenidade, que permite aceitar a Moira e, ao mesmo tempo, pôr ordem no caos – motivo pelo qual o romantismo oitocentista, verdadeira revolução estética, teve entre suas vítimas a cultura italiana como um todo, música à parte. Dela não se esperou mais que produzisse algo novo, depois de séculos de uma “ditadura” classicista cujos últimos rebentos foram os dois Giambattista: Tiepolo, nas artes plásticas (logo antes que o clássico se tornasse neoclássico, isto é, um corpo exposto para o velório) e Vico, na filosofia, por coincidência, nada menos que a principal referência intelectual de Benedetto Croce. Podia, então, passado mais um século e meio, o pensador oficial de um país periférico, relativamente subdesenvolvido pelos padrões europeus da época, e tão ansioso por colocar as ideias nacionais ao compasso da última geração do idealismo alemão, ter algo novo para dizer para a humanidade? Para homens que já não marchavam ao passo da liberdade, mas corriam, voavam, graças às tantas invenções técnicas surgidas longe da Península? Obviamente não. E sobre Croce caiu o véu do esquecimento. *Sipario*.

Anos se passaram, muita neve posou sobre a interpretação do liberalismo italiano como superestrutura

ideológica dos interesses de classe dos proprietários rurais (Bellamy, 1994, p. 187, *apud* Moreira, 2025, p. 47), o que não deixa de ser verdade, pois também assim se explica o arraigamento do fascismo na planície do rio Pó; a Europa foi assolada por outra Guerra Mundial, que, na Itália, assumiu as tremendas feições de uma guerra civil – a pior de todas, irmão matando irmão. Benedetto Croce sobreviveu apenas alguns anos a mais, talvez já pensando no tempo passado, como quem a vida agracia com a lucidez até o derradeiro instante. Qual bom filho de sua época e, na esteira de Bourdieu, triste inimigo do olhar inocente, Moreira desvenda, com lucida paixão psicanalítica, as autoilusões da coerência biográfica, da "*critica di me stesso*", do feliz, elegante e apolítico ambiente do lar onde o jovem Benedetto cresceu. Não deixa de mencionar, porém, o episódio mais marcante da vida de Croce: o terremoto de Casamicciola, no qual, com dezessete anos, perdeu ambos os pais e a irmã, até ser resgatado debaixo dos escombros, gravemente ferido, mas ainda com vida. A culpa imotivada de quem fica, a dor lancinante por quem se foi, o mistério insolúvel do mal que oprime a humanidade e não reconhece privilégios e ao qual cada um reage à sua maneira, segundo as suas forças, buscando construir significados para seguir vivendo neste único mundo possível. A remoção salvífica de Benedetto Croce foi se refugiar no Hiperurânio da cultura, primeiro sob a guia de seus mestres Silvio Spaventa e Antonio Labriola e, depois de cometer o imprescindível parricídio, trilhando seu próprio caminho. Afastou-se de Roma e da política (voltará em 1910, como Senador do Reino), comprou e foi habitar, em Nápoles, na casa que foi de Giambattista Vico (para quem acredita em fantasmas...), casou-se, ficou viúvo e casou-se novamente, teve quatro filhas e um único filho, morto ainda criança. Sobretudo, dedicou-se corpo e alma à escrita. Examinou, cercou, invadiu, guiou, exaltou,

subestimou, excomungou personagens e temas da história e do presente, da arte e da literatura; fez pesar *ex cathedra* todo o seu poder espiritual nos mais variados campos da cultura italiana. Obviamente, uma vez alcançada essa posição de absoluto destaque "Croce não tinha a intenção nem o desejo de subverter a ordem social a que devia a sua riqueza e, por conseguinte, a liberdade de estudar o que desejava" (Moreira, 2025, p. 99) e, é bem verdade, ele sempre estudou o que quis, tanto que nem precisou, para se tornar uma referência cultural, completar os estudos universitários.

Desde a nossa posição de fieis servidores do Estado – desiludidos, mas bem remunerados – seria fácil assumir a atitude de um Andrea Sperelli, que olha pela janela de seu palacete o "*grigio diluvio democratico odierno, che molte belle cose e rare sommerge miseramente*" e nos abandonar, num pendor pessimista, "cacodemonofânico", às lamentações nostálgicas. Ou pior, esquecendo nossa condição, investir contra os moinhos de vento do *mainstream* acadêmico, os quais teimam na previsibilidade de seu movimento, mesmo diante de resultados tão desoladamente caquéticos. De outro modo, nos parece evidente – mas todo cavalheiro pode errar – que décadas de batalhas contra o humanismo "idealista", "elitista", "eurocêntrico", em nome de uma mal-entendida função "prática" "útil" e "emancipatória" do conhecimento, tenham produzido efeitos indesejados os quais, em vez de libertar o cidadão, o entregaram desarmado ante a lógica do mercado. Ao mesmo tempo em que, dando razão a Marx, a produção material se concentra nas mãos dos poucos e grandes, a produção intelectual se fragmenta numa multitude de pequenos setores estanques, autorreferenciais, em competição entre si para apanhar as migalhas que caem de cima e, ainda assim, hasteando bandeiras identitárias para se fazerem enxergar melhor. Portanto, o aspirante-pesquisador

sem condições financeiras não poderá, nem mesmo nos dias de hoje, estudar o que quiser, e seu louvável “desejo de subverter a ordem social” terá de ser adiado, por ele se encontrar entre a cruz do mercado do trabalho *extra moenia* (obtenha a todo custo um diploma superior e boa sorte) e a espada das preferências intelectuais de um acadêmico (caso queira prosseguir nessa incerta carreira) que poderia lhe conseguir uma bolsa de estudo.

Umberto Eco, o pensador que, desde o pós-guerra, talvez tenha se aproximado mais de Croce no seu papel de referência cultural italiana, já escreveu: “*I perdenti, come gli autodidatti, hanno sempre conoscenze più vaste dei vincenti, se vuoi vincere devi sapere una cosa sola e non perdere tempo a saperle tutte, il piacere dell’erudizione è riservato ai perdenti*”. O que é subentendido, ainda mais se tratando do país de Machiavelli – e se você não for Umberto Eco – é que ninguém quer perder. Mas o que Benedetto Croce, o hiperprodutivo “filosofo da liberdade”, teria opinado, por exemplo, sobre o *Moloch* produtivista que engole do mesmo modo os *papers* das “ciências da natureza” e os artigos das “ciências do espírito”, sobre a *salami science* como expediente necessário, sobre o Índice H, *Scopus*, Qualis/Capes (*absit iniuria verbis*) e outros tantos indicadores perversos que orientam a distribuição dos fundos públicos, isto é, pagos pelo contribuinte, à pesquisa acadêmica? Tratar-se-ia apenas de meros protocolos burocráticos para justificar decisões por meio da quantificação, do tipo do questionário de 1938 sobre a “classificação racial” de professores universitários e membros das academias italianas, ao qual Croce, único entre os não-judeus, se recusara em responder? Seria um percalço na marcha da liberdade, uma momentânea vitória daquele positivismo que ele combateu, enquanto os desconstrucionistas modernos – como já fizeram os “pan-economicistas” da sua

época – apesar de demonizá-lo, acabaram por lhe se submeter? Ou seria ainda uma imprevisível, porém definitiva, derrota do espírito frente à *techné*, ao mecanicismo, à necessidade, à inteligência postiza ao alcance de todos, mas controlada por poucos? *The answer, my friend, is blowing in the wind*, pois, de outra maneira, estaríamos fazendo filosofia da história, o que não é algo intelectualmente correto, como nos ensinou o “velho de Pescasseroli”.

Resta-nos apenas agradecer, mais uma vez, a Raimundo Nonato Pereira Moreira, por nos ter instigado a pensar: isso é tudo o que leitores exigentes pedem para um autor de nível.

Itaparica, 28/03/2025

Giuseppe Federico Benedini
Professor Titular Pleno de História da Europa e da América
da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Introdução

No segundo semestre letivo de 1992, durante uma aula da disciplina “História Contemporânea I”, no curso de Licenciatura em História, da antiga Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, da Universidade do Estado da Bahia, o professor José Cláudio Alves de Oliveira, propondo a realização de um trabalho acadêmico pelos discentes, citou uma versão abreviada da máxima de Benedetto Croce (1866-1952): “Toda história é história contemporânea”. A partir da alusão, elaborei um pequeno ensaio, hoje perdido. Em seguida, no corpo dos Anais da XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, localizei, mais uma vez, uma menção ao aforismo crociano (SBPH, 1991). Correndo o risco de conferir sentido ao aleatório, creio que ali se esboçou o problema que moveu a pesquisa ora relatada.

Em dezembro de 1993, com algumas ideias na cabeça e o desejo de me tornar professor universitário, conclui a graduação em História. No ano seguinte, entre os dias 11 e 14 de abril, submeti-me ao concurso público para professor auxiliar da disciplina História Contemporânea, aberto pelo Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas. A minha aula versou sobre o ponto “A natureza da História Contemporânea”, mas não citei Benedetto Croce. Aprovado em primeiro lugar no certame, assumi os encargos docentes em 30 de agosto do mesmo ano, ministrando aulas nas disciplinas História Contemporânea I e História Contemporânea II.

No decorrer dos encontros de trabalho, e a partir dos diálogos estabelecidos com os discentes, busquei enfrentar questões que diziam respeito às singularidades da “natureza da história contemporânea” (Barraclough, 1983): a noção de contemporaneidade; as balizas cronológicas

e os traços distintivos que marcam os períodos moderno e contemporâneo; e a possibilidade de uma abordagem que lidasse com os acontecimentos do tempo presente, no contexto das profundadas mudanças geopolíticas, ideológicas e historiográficas que caracterizaram as duas últimas décadas do século XX. Por outro, a curiosidade intelectual me impulsionou em direção à leitura de teóricos que se debruçaram sobre a querela da escrita da História (Certeau, 1982; Veyne, 1995; White, 2019). Assim, a reunião dos desafios experimentados no exercício da docência, com as afinidades relacionadas à Teoria da História, prepararam o meu encontro com a obra de Croce, um dos patriarcas do conhecimento histórico no século XX.

Em dezembro de 1995, buscando aperfeiçoamento profissional, ingressei no Curso de Especialização em Teoria e Metodologia da História, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A partir de então, o problema se deslocou do terreno das discussões sobre a experiência docente para as reflexões epistemológicas acerca da prática historiográfica, o que ensejou o encontro com alguns dos elementos da obra de Benedetto Croce – especialmente o conceito bastante singular do autor acerca do significado de história contemporânea (Moreira, 1998).

Em dezembro de 1996, fui aprovado na seleção do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Em março do ano seguinte, iniciei o curso do Mestrado em História Social do Trabalho, vinculado à linha de pesquisa “História, memória e historiografia”, sob a orientação do professor Héctor Hernán Bruit Cabrera. Os resultados da pesquisa foram apresentados à banca examinadora, constituído pelos professores Héctor Bruit, Edgar De Decca e Edmundo Dias, em 24 de agosto de 1999, quando defendi a dissertação (Moreira, 1999).

Não obstante, o tema Croce reapareceu em minha trajetória de pesquisador, pelo menos, mais duas vezes. A primeira resultou de um convite para elaborar um texto acerca da “filosofia da história de Benedetto Croce”, incluído em uma coletânea acerca da modernidade e da ideia de História (Moreira, *in* Donatelli; Menezes, 2003, p. 220-233). A segunda, também objeto de solicitação de colegas, apareceu sob forma de capítulo que integrou uma coleção acerca de historiadores clássicos – estrangeiros e brasileiros (Moreira, *in* Parada, 2013, p. 138-158).

Enfim, o aparecimento da tradução brasileira de *Teoria e storia della storiografia* (Croce, 2023) incitou a vontade de retomar o projeto historiográfico e literário tantas vezes interrompido. O texto que o leitor ou a leitora tem nas mãos ou na tela do celular, computador, *notebook*, *tablet* ou leitor digital é o resultado do périplo intelectual até aqui descrito.

Assim, parti da matéria que deu forma à dissertação de mestrado. Porém, objetivando a clareza da escrita e a fluidez da narrativa, busquei adequar o texto aos princípios do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, sem prejuízo para a descrição dos resultados alcançados durante o trabalho de pesquisa e as conclusões do inquérito de 1999. Não alterei a ordem dos capítulos adotada na dissertação. Contudo, realizei mudanças nos títulos e incluí subdivisões, buscando deixar a leitura mais dinâmica e menos cansativa. Ademais, realizei o trabalho de atualização bibliográfica e a penosa tarefa de ajustar as citações e referências às normas da ABNT – com os deslizes, os equívocos e as omissões previsíveis. Submeti o texto a um novo processo de revisão gramatical e de conteúdo. A competência e a inteligência do revisor contribuíram para tornar menos árida a obra que aqui lhes entrego. Contudo, os problemas identificados no texto são da minha inteira responsabilidade e devem ser atribuídos à inépcia do autor.

Finalmente, dada à infernal polissemia do termo na língua pátria, tomei a liberdade (contrariando algumas convenções) de grafar em maiúsculo a palavra História, no sentido de “ciência histórica”, “conhecimento histórico”, “disciplina histórica” ou “saber histórico”. Assim procedendo, julguei que tornaria mais nítida a distinção entre o conhecimento (História) e o processo (história), além da narrativa dos acontecimentos (também história).

No presente trabalho, objetivei discutir algumas das implicações teóricas contidas no princípio desenvolvido por Benedetto Croce, segundo o qual *toda verdadeira história é história contemporânea (ogni vera storia è storia contemporânea)*. Assim, procurei analisar as premissas a partir das quais o historiador italiano postulou o caráter essencialmente contemporâneo subjacente ao conhecimento histórico, desenvolvida, fundamentalmente, em duas das suas obras: *Teoria e storia della storiografia* [*Teoria e história da historiografia*, 1917] e *La storia come pensiero e come azione* [*A história como pensamento e como ação*, 1938].

A pesquisa realizada foi de natureza bibliográfica e se desdobrou em três momentos fundamentais. No primeiro, busquei acompanhar a trajetória intelectual e política de Benedetto Croce, na perspectiva da inserção da obra crociana no contexto cultural e político italiano e europeu, no lapso temporal que correspondeu às últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX. No segundo, através da análise dos livros *Materialismo storico ed economia marxistica* [*Materialismo histórico e economia marxista*, 1900] e *Cio che è vivo e cio che è morto della filosofia di Hegel* [*O que está vivo e o que está morto da filosofia de Hegel*, 1907] busquei estabelecer as afinidades intelectuais e as antinomias existentes entre Croce e a tríade de autores fundamentais na arquitetura da sua teoria da historiografia: Giambattista Vico

(1668-1744), Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e Karl Marx (1818-1883). E, finalmente, através de uma análise das obras *Teoria e storia della storiografia*, *La storia come pensiero e come azione* e *Storia d'Europa nel secolo decimonono* [*História da Europa no século XIX*, 1932] tencionei evidenciar os principais argumentos que possibilitaram a Croce sustentar a tese segundo a qual toda verdadeira história é história contemporânea. É quase desnecessário assinalar que a ordem dos capítulos deste livro acompanhou o percurso metodológico.

Quanto à relevância intelectual do objeto da pesquisa, destaco que Benedetto Croce foi o mais expressivo pensador e um dos maiores historiadores italianos do século XX, exercendo uma espécie de "ditadura" sobre a vida filosófica e literária do seu país durante cerca de meio século. O *corpus* dos seus escritos estende-se por mais de sessenta volumes, em que estão entrelaçados gêneros tão diversos quanto História, historiografia, crítica literária, polêmica política e filosofia (particularmente estética, ética e filosofia da história). Conforme enfatizou Hughes (1979, p. 201), desde Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) nenhum indivíduo dominou tão completamente a cultura de um dos principais europeus. O raio de alcance do pensamento crociano, verdadeiramente enciclopédico, extrapolou os limites da cultura italiana e influenciou autores tão diversos quanto o filósofo inglês Robin George Collingwood (1889-1943), o historiador estadunidense Carl Becker (1899-1945), o ensaísta espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955), entre muitos outros (Carr, 2006, p. 56-57; Hughes, *in* Sills, 1972, p. 518).

No que diz respeito aos domínios da historiografia, não é difícil assinalar o influxo exercido por obras como *Storia d'Italia dal 1871 al 1915* [*História da Itália de 1871 a 1915*, 1928] e *Storia d'Europa nel secolo decimono* sobre os seus

compatriotas durante o período fascista (1922-1943). Esses trabalhos, além da repercussão sobre os jovens historiadores, estenderam a influência crociana para o universo dos profissionais maduros da História – como Gaetano De Sanctis (1870- 1957) e Luigi Salvatorelli (1886-1974) – o que deu a Croce (inclusive aos olhos dos fascistas) o título de maior historiador italiano contemporâneo. No curso do século XX, os problemas historiográficos de natureza eminentemente crociana (a exemplo do conceito de história como história contemporânea, das relações existentes entre a política e a ética, e dos estudos sobre as elites intelectuais) foram típicos da escrita da história italiana. Até o final da década de 1960, qualquer debate sobre a história e a historiografia da Itália se iniciava com um exame das teses de Croce (Momigliano, 1993, p. 298-299).

Entretanto, no Brasil, a ascendência intelectual de Benedetto Croce foi pouco significativa, as suas obras escassamente traduzidas e as suas concepções não interessaram fortemente à comunidade historiadora. Essa especificidade brasileira talvez encontre explicação na própria recepção concedida aos primeiros trabalhos de Croce traduzidos para o nosso idioma durante a década de 1930: *Aspetti morali della vita politica* [*Aspectos morais da vida política*, 1928] e *Orientamenti. Piccoli saggi di filosofia politica* [*Orientações. Pequenos ensaios de filosofia política*, 1934]. Nessas obras, os traços do pensamento crociano ressaltados diziam respeito aos posicionamentos do autor como mestre da vida moral italiana e europeia, teórico do liberalismo, opositor do marxismo e do comunismo e crítico dos regimes fascistas italiano e alemão (Croce, 1936a; Croce, 1936b). A iniciativa de traduzir os livros de Croce no Brasil coube a Pasquale Petraccone (c.1895-1951), proprietário da editora Atena. Nascido em Potenza, o economista Petraccone

imigrou para o Brasil em 1926, escapando à ascensão do fascismo. Ademais, editou o jornal *Italia Libera*, integrou com destaque a Liga Antifascista das colônias italianas no Brasil, construiu uma agitada biografia e participou intensamente dos movimentos de esquerda brasileiros, a ponto de ser classificado, nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), como trotskista. Infelizmente, existe farto material sobre a militância política de Petraccone, mas poucos registros acerca do seu trabalho à frente da Atena (Bottmann, 2012, p. 33-34).

No que diz respeito aos livros de Benedetto Croce que poderiam interessar mais diretamente aos historiadores, destaque-se que tardiamente vieram a lume as traduções de *Materialismo storico ed economia marxistica* (Croce, 1948), *La storia come pensiero e come azione* (Croce, 1962) e *Teoria e storia della storiografia* (Croce, 2023). Assim, no contexto da historiografia brasileira, durante muito tempo, as leituras acerca de Benedetto Croce foram mediadas pelos pontos de vista de alguns dos seus intérpretes (Gramsci, 2023a. p. 277-432; Schaff, 1995; White, 1994, p. 241-252; White, 2019, p. 383-431). O quadro esboçado prefigura a recepção de Croce, no Brasil, não como historiador ou teórico do conhecimento histórico, mas na condição de filósofo, ou melhor, sob o estigma do “filósofo da história”.

O relativo desconhecimento da obra de Benedetto Croce no universo da comunidade historiadora brasileira, de alguma forma, acompanha a desvantagem da escrita da história italiana em relação às congêneres francesa, inglesa e alemã no mercado de trocas historiográficas. Assim, com a notável exceção de Carlo Ginzburg (1939-) e talvez de Giovanni Levi (1939-), os historiadores peninsulares não são muito afamados em nossas plagas. A título de exemplo, Arnaldo Momigliano (1908-1987), Delio Cantimori (1904-1966)

e Frederico Chabod (1901-1960), três dos maiores e mais influentes historiadores italianos do século XX, não gozam de expressivo conhecimento entre os seus colegas brasileiros.

Por outro lado, Croce não é um autor fácil de ler, como assinalou Gardiner (1995, p. 274), o pensador foi um expositor desordenado das suas próprias ideias, e a estranha mistura de agudo senso comum e de filosofar idealista, característica de grande parte da sua obra, muitas vezes é desconcertante para os leitores. Não obstante, desde cedo, Croce se interessou por problemas suscitados pela indagação histórica e pela natureza dos juízos históricos. Assim, o presente trabalho ambiciona contribuir para um entendimento mais completo acerca da vida e da obra de Benedetto Croce. Ademais, também almeja discutir algumas questões suscitadas pela historiografia italiana do século XX, tais como a distinção entre história (*res gestae*) e historiografia (*historia rerum gestarum*); as relações estabelecidas entre História e filosofia; e, fundamentalmente, a tese segundo a qual toda verdadeira história é história contemporânea, e que, portanto, os livros sobre o passado servem para esclarecer as questões do tempo presente.

Na sequência, discuto quatro conceitos, ou quatro noções (Barros, 2004, p. 82-83), que considerarei relevantes no contexto do presente estudo, a saber: *filosofia da história*, *historicismo*, *historiografia* e *teoria da História*. Aqui, devo confessar que, na elaboração do projeto literário, estabeleci que os conceitos seriam discutidos ao longo dos capítulos, à proporção que emergissem da tapeçaria textual. Contudo, os meus esforços foram em balde e fui obrigado a manter a configuração original. Por que? Na perspectiva de explicar a deficiência, tomo como minhas as escusas de Sigmund Freud (1856-1939), ao resumir e recapitular a segunda parte de *Der Mann Moses und die monotheistische Religion* [*Moisés e o monoteísmo*, 1939]: "Estou ciente de que um método

de exposição como esse é tão inconveniente quanto pouco artístico, e eu mesmo o deploro sem reservas. Por que não o evitei?” (Freud, 2001, p. 90). Prosseguindo, o sábio austríaco admitiu: “Não me é difícil descobrir a resposta para isso, mas não é fácil confessar. Descobri-me incapaz de apagar os traços da história da origem da obra, o que foi, de qualquer modo, fora do comum” (Freud, 2001, p. 90). E arrematou: “trata-se de uma inépcia cuja culpa deve ser assumida pelo autor. Infelizmente, o poder criativo de um autor nem sempre obedece à sua vontade: o trabalho avança como pode e com frequência se apresenta a ele como algo independente e até mesmo estranho” (Freud, 2001, p. 91).

A expressão *filosofia da história* foi pioneiramente utilizada por Voltaire (1694-1778), na obra *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations* [*Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações*, 1756], para designar o novo gênero histórico de inspiração iluminista, que se debruçava sobre a interpretação dos acontecimentos históricos, das mudanças, da sucessão dos fatos e, sobretudo, da origem e da evolução das sociedades das nações (Rama, 1980, p. 49). Todavia, ao longo dos séculos XIX e XX, o termo foi aplicado, indiscriminadamente, a uma série de planos especulativos acerca do gênero histórico, construídos por autores tão diversos quanto Tucídides (c.460 a.C.-c.400 a.C.), Agostinho de Hipona (354-430), Ibn Khaldun (1332-1406), Jacques-Bénigne Bossuet (1628-1700), Giambattista Vico, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Karl Marx, Antonio Gramsci (1891-1937), Oswald Spengler (1880-1936), Arnold Toynbee (1889-1975) e Benedetto Croce (Le Goff, 2023, p. 76-77). Assim, sob o ponto de vista de muitos estudiosos contemporâneos, as chamadas filosofias da história possuem em comum – na maioria das vezes – o propósito de oferecer uma exposição completa do processo histórico, sob uma perspectiva finalista,

de forma a se poder ver que aquele “faz sentido” (Gardiner, 1995, p. 7-8).

Entretanto, a noção de “sentido”, aplicada ao passado, apresenta nuances obscuras e suscetíveis das mais variadas interpretações. Uma coisa é supor que a história tem um *significado*, no sentido de que tudo o que aconteceu ou irá acontecer foi (ou é) anteriormente ordenado por intermédio de alguma “mão invisível” – a exemplo da noção de *Providência* de Vico ou da *astúcia da razão* hegeliana; outra, bem diferente, é apenas sugerir que o curso da história, até a atualidade, manifestou uma tendência em determinada direção e (talvez) prever, com base na inclinação observada, como será o seu desenvolvimento futuro; e, finalmente, algo mais distinto ainda, é pretender que os acontecimentos históricos se ajustem a leis causais particulares, em função das quais se podem explicar os acontecimentos do passado e predizer as modificações do futuro (Gardiner, 1995, p. 8).

Em consequência dessas ambiguidades, existe uma extrema dificuldade em delimitar uma fronteira nítida entre o gênero histórico em questão e outros domínios ligados à especulação ou à investigação científica, a exemplo da sociologia, da metodologia, ou da História propriamente dita. Em segundo lugar, trata-se de um engano afirmar a existência de um campo de estudo denominado “A Filosofia da História”, para a construção do qual diversos pensadores, situados em contextos espaciais e temporais distintos, ofereceram as suas contribuições. Logo, existem filosofias da (ou, ainda, sobre a) história (Gardiner, 1995, p. 8).

A maioria dos historiadores de ofício do século XX alimentam profunda desconfiança para com as filosofias da história, que tendem (nas suas diversas formas) a levar a explicação histórica à descoberta ou à aplicação de uma causa única e original, substituindo a pesquisa em história pelas

técnicas científicas de evolução das sociedades – concebendo essa marcha evolutiva como abstração baseada no apriorismo ou ainda em conhecimento sumário dos trabalhos científicos. Entretanto, as suspeitas em relação às filosofias da história não devem servir como pretexto para que os profissionais do conhecimento histórico recusem o exercício da reflexão teórica nas suas produções (Le Goff, 2023, p. 24).

A própria ambiguidade do conceito em discussão revela que as fronteiras entre filosofia e História ainda não estão estritamente traçadas ou, em última hipótese, não são passíveis de delimitação. Por outro lado, tanto o desconhecimento dos trabalhos históricos por parte dos filósofos da história, quanto o correspondente desprezo nutrido por diversos historiadores ao conhecimento filosófico, não facilitaram o diálogo entre os dois campos em discussão. Sobre o último aspecto, deve-se frisar que a chamada filosofia da história correspondeu, muitas vezes, à vontade de preencher, a partir de termos inadequados, o desinteresse dos historiadores positivistas (ou “metódicos”) pelos problemas teóricos, e à recusa em tomar consciência dos próprios preconceitos filosóficos subjacentes ao seu ofício – o qual pretendiam que fosse puramente científico. No entanto, o estudo sobre as filosofias da história não somente faz parte de uma reflexão sobre a História, como impõe a todos debruçar-se sobre a historiografia (Le Goff, 2023, p. 24, 76).

Segundo Croce (1973, p. 128-131), a expressão filosofia da história – tomada no sentido primitivo, aplicado ao termo durante o século XVIII – significava *considerações sobre a história*, ou ainda, uma historiografia pensada em relação aos conceitos de humanidade e de civilização. Esse gênero apresentava uma natureza mais filosófica do que a prática habitual dos historiadores da época – enredados sob o império das velhas crenças religiosas – ou dos meros

eruditos, cronistas, diplomáticos e narradores dos eventos militares. Entretanto, a utilização desse conceito se modificou em seguida, quando as filosofias da história, seguindo o exemplo das religiões, adquiriram um caráter mitológico e transcendente: todas objetivavam descobrir e revelar o *Weltplan* (desenho do mundo), desde o seu nascimento até a morte, ou ainda, do seu aparecimento no tempo à entrada na eternidade, assumindo o aspecto de teofanias ou cacodemonofanias.

A crítica crociana ao gênero em discussão emergiu nos seus primeiros escritos teóricos, a exemplo do ensaio "Sulla forma scientifica del materialismo storico" ["Sobre a forma científica do materialismo histórico", 1896], no qual a expressão "fazer filosofia da história" foi utilizada pelo autor como sinônimo para a elaboração de história fantástica, artificial e, por vezes, tendenciosa. Em substituição às filosofias da história – identificadas com a redução conceitual dos diversos elementos da realidade histórica às noções de *Providência* e *desenvolvimento* – Croce propunha uma atitude crítica frente ao conhecimento histórico, ou seja, um *filosofar sobre a história*. O juízo em questão anunciava, precocemente, uma distinção que se transformaria em um elemento central da obra crociana, ou seja, a separação entre a *filosofia da história* e a *teoria da historiografia*. No que diz respeito à primeira, identificava-se com a descrição de uma *história universal*, ao feitio hegeliano, e com o *apriorismo*, isto é, a dedução do desenvolvimento histórico a partir das noções de necessidade natural ou mecânica. Já a segunda, relacionava-se às reflexões de cunho teórico-metodológicas e aos demais problemas relacionados à prática historiográfica (Croce, 2007, p. 14-15, Cristofolini *in*, Tagliacozzo, 1990, p. 311-312).

Finalmente, a crítica crociana às filosofias da história atingiu seu ponto culminante em *Teoria e storia della*

storiografia. Nessa obra, Croce associou firmemente as filosofias da história ao determinismo histórico naturalista e proclamou, entre outros juízos, a sua “morte” do gênero e a sua dissolução no conhecimento histórico. Assim, a própria concepção de uma filosofia da história trazia em si um contrassenso: não existia a filosofia da história, mas História que é Filosofia e vice-versa. Para Croce, mesmo após a “morte” das filosofias da história, nada impedia que se continuasse falando de um *filosofar sobre a história*, para expressar a exigência de determinada elaboração teórica a respeito de dado problema histórico. Entretanto, doravante, as investigações sobre gnoseologia histórica se resolveriam não mais em uma filosofia da história, mas na *historiografia* (Croce, 1941, p. p. 53-69).

Poucas noções aplicadas ao conhecimento histórico contêm em si a carga de ambiguidade e a conotação polissêmica presentes na palavra *historicismo*. Esse termo possivelmente foi utilizado pela primeira vez no estudo *Giambattista Vico als Philosoph und Gelehrter Forscher [Giambattista Vico como filósofo e acadêmico, 1881]*, escrito pelo teólogo austríaco Karl Werner (1821-1888), para nomear o conjunto das posições que, no século XVIII, valorizavam o conhecimento histórico em contraposição ao racionalismo a-histórico de matiz cartesiana. Sob esse enfoque, o historicismo afirmava a concepção da realidade enquanto história e somente passível de conhecimento mediante a sua historicidade, diferenciando-se, portanto, das abordagens jusnaturalistas. Posteriormente, o historicismo foi interpretado a partir de diversos pontos de vista nas obras de estudiosos como Ernest Troeltsch (1865-1923) e Karl Heussi (1877-1961), entre muitos outros. No conjunto desses trabalhos, a plêiade de significados aplicados à noção de historicismo somente agravou a confusão terminológica e a infernal polissemia que a acompanham

desde o nascedouro (Abbagnano, 1970, p. 483-4; Iggers, *in* Wiener, 1973, p. 456-464; Meinecke, 1982; Rodrigues, 1978, p. 78-82; Wehling, 1994, p. 13-39).

Segundo Meinecke (1982, p. 11-13), a emergência do historicismo foi uma das maiores revoluções espirituais processadas no pensamento ocidental. Conforme o historiador alemão, o historicismo não foi mais do que a aplicação à vida histórica dos novos princípios vitais descobertos pelo grande movimento germânico existente desde Gottfried Leibniz (1646-1716) até a morte de Goethe – seguindo uma tendência geral iniciada desde a Reforma Protestante. Assim, Meinecke vinculou o historicismo à *revolta romântica* contra o movimento das Luzes e descobriu no italiano Giambattista Vico o seu genuíno precursor. De acordo com a argumentação desenvolvida por Meinecke, o cerne do historicismo consiste na substituição de uma consideração generalizante sobre as forças humanas históricas por uma abordagem individualizante. Essa consideração não implica a exclusão, por parte do historicismo, da busca de regularidades e tipos universais da vida humana, mas que tais características necessitam ser empregadas e fundidas com o seu sentido individual. Em síntese, o historicismo não seria somente um método das ciências do espírito, mas uma parte integrante do pensamento moderno.

Por seu turno, Nadel (1964, p. 291, *apud* Le Goff, 2023, p. 87) conceituou o historicismo a partir do reconhecimento de que todos os acontecimentos históricos devem ser estudados, não como se procedia anteriormente, como ilustrações da moral e da política, mas enquanto fenômenos históricos. Assim, na prática, o historicismo se manifestou pelo aparecimento da História como disciplina universitária autônoma. Na teoria, exprimiu-se mediante duas proposições: o que acontece deve ser explicado em função do momento no qual ocorre; e, para

proceder a referida explicação, existe uma ciência específica, que se utiliza de processos lógicos, a História. Segundo ainda Nadel, os princípios enunciados não eram recentes, porém, a insistência colocada sobre alguns deles conduziu a exageros doutrinários. No que diz respeito à primeira tese, deduziu-se a ideia de que fazer história de algo é dar uma explicação suficiente a um determinado processo. Logo, aqueles historiadores que enxergavam uma determinada coerência na ordem cronológica dos acontecimentos consideraram a ciência histórica capaz de predizer o futuro.

As deduções supracitadas resultaram em uma estreita associação entre o historicismo e a previsibilidade histórica, mormente no interior do debate que se travou em torno das conclusões expostas na obra *The poverty of historicism* [*A miséria do historicismo*, 1957], de Karl Popper (1902-1994). Esse filósofo procedeu uma vigorosa crítica ao historicismo, concebido como uma teoria ligada a todas as ciências sociais, a qual faz da predição histórica seu fim principal e ensina que o mesmo pode ser alcançado mediante a descoberta dos ritmos ou padrões, das leis ou tendências gerais que guiam o desenvolvimento histórico (Rodrigues, 1978, p. 78-79; Wehling, 1994, p. 19-21).

Na perspectiva de demonstrar que sua crítica visava atingir um determinado conjunto de teorias ou doutrinas que privilegiaram a sucessão temporal dos fenômenos culturais (entendendo-os como um processo determinista e teleológico) e não o conjunto das questões relacionadas aos procedimentos de teoria e metodologia da História, Popper estabeleceu a diferença entre *historismo* e *historicismo*. O primeiro elemento relacionava-se com os problemas do conhecimento histórico em geral (relativismo, antirracionalismo, ceticismo etc.), vistos em suas diversas acepções (ontológica, epistemológica, metodológica). No que diz respeito ao segundo termo, aí

estavam incluídas as teses sobre a previsibilidade histórica, antes mencionadas. Assim, objetivando evitar equívocos analíticos, conceituais e terminológicos, alguns historiadores aceitaram a distinção e passaram a utilizar o termo *historismo* para discutir os problemas relacionados ao conhecimento histórico ou, ainda, às atitudes, aos pressupostos e à mentalidade da escola histórica alemã do século XIX (Holanda, 1979, p. 8-9; Wehling, 1994, p. 19).

A noção de historicismo ocupa um lugar central na teoria da história de Croce, a ponto de a sua *Filosofia dello spirito* (*Filosofia do espírito*) ter sido nomeada também *storicismo assoluto* (historicismo absoluto). Assim, em 1902, no interior da sua *Estética*, Croce valeu-se da expressão *istorismo* para estabelecer uma contraposição entre uma abordagem histórica e um enfoque racionalista ou formal da arte. Anos mais tarde, identificou o vocábulo *istorismo* com o *historismus* da tradição historiográfica alemã e cunhou uma variação italiana do termo (*storicismo*) para descrever sua própria posição filosófica (Iggers *in*, Wiener, 1973, p. 457). Entretanto, foi no corpo de *La storia come pensiero e come azione* que Croce precisou seu conceito de historicismo, segundo o qual esse princípio, no uso científico da palavra, é a afirmação de que a vida e a realidade são história e nada mais que história. Correlata a essa afirmativa, aparecia a negação da teoria que considerava a realidade dividida em super-história e história, em outras palavras, em um mundo de ideias e de valores e numa dimensão inferior que os refletia de maneira fugaz e imperfeita, ou – dito de forma idêntica – entre uma história racional e perfeita, que sucederá necessariamente a forma inferior anteriormente mencionada. Segundo Croce, contra o modelo teórico supracitado, usualmente denominado “racionalismo abstrato” ou “iluminismo”, o historicismo se desdobrava em oposição e polêmica, elevando-se acima dele. Conforme o

intelectual italiano, a polêmica entre o historicismo e o modelo iluminista apresentava seu ponto nevrálgico na demonstração de que as ideias ou valores, tomados sob a condição de modelos e medida da história, não eram universais, mas fatos particulares e históricos indevidamente elevados à primeira condição (Croce, 1973, p. 53).

Na perspectiva de traçar mais nitidamente a oposição entre o conceito em tela e o Iluminismo, Croce procedeu a aproximação entre humanismo e historicismo, identificando-os na fórmula: *o historicismo é o verdadeiro humanismo* (Croce, 1973, p. 286). Conforme asseverou, o princípio universal do humanismo, tanto daquele que floresceu na Antiguidade quanto nas suas variantes modernas, consistiu na referência a um passado do qual se poderia retirar a luz na perspectiva de iluminar a obra e a ação próprias. Entretanto, esse problema foi somente entrevisto – mas não bem colocado e resolvido – conforme procedeu o historicismo, que esclareceu tanto a dependência quanto a autonomia do presente em relação ao passado, isto é, da nova obra em relação aos trabalhos já existentes que compunham a história da humanidade. Portanto, por maiores que fossem as concessões do humanismo, o mesmo jamais chegou à conclusão enunciada posteriormente pelo historicismo: ou seja, que o passado (através do qual se aclara nossa determinação e ação) é a história de toda a humanidade que, vez por outra, torna a se fazer presente. Em suma, o historicismo compreendia como história toda história, tanto aquela da ação quanto a do pensamento, não menos do que a da literatura e a da arte. Assim procedendo, o historicismo representou a realização do programa humanista (Croce, 1973, p. 286-291).

Na conotação moderna assumida pela noção, a palavra *historiografia* foi cunhada por Tommaso Campanella (1569-1639), para indicar “a arte de escrever corretamente a

história” e empregada na obra *Philosophiae rationalis partes quinque. Videlicet: grammatica, dialectica, rhetorica, poetica, historiographia, iuxta propria principia* [As cinco partes da Filosofia Racional. A saber: gramática, dialética, retórica, poética e historiografia, de acordo com seus próprios princípios, 1638]. O vocábulo permaneceu com esse significado em inglês e francês (em alemão, utiliza-se *Historik*), ao passo que, em italiano, passou a expressar, na esteira das reflexões de Croce, a ideia do conhecimento histórico em geral ou o complexo das ciências históricas. Portanto, face à reconhecida ambiguidade do vocábulo história, o termo historiografia parece oportuno para indicar especificamente o conhecimento histórico, em sua distinção da realidade histórica. Assim, as interpretações que foram dadas a esse conhecimento aparecem segmentadas em dois grupos, que são denominados de 1) historiografia (ou história) universal e 2) historiografia pluralista. No primeiro caso, a explanação sobre o conhecimento histórico corresponde à explicação da realidade histórica como mundo. Já a historiografia pluralista corresponde à abordagem da realidade histórica como objeto definível ou verificável somente através dos instrumentos de pesquisa ao alcance do historiador (Abbagnano, 1970, p. 484).

Achamada história universal (do alemão *Weltgeschichte*) é o conhecimento do plano providencial do mundo – conforme assinalou Hegel em *Vorslesungen über die Philosophie der Geschichte* [Conferências sobre a Filosofia da História, 1837] – e apresenta duas características fundamentais. Em primeiro lugar, trata-se de um trabalho de filósofo e não de historiador, em que as obras propriamente históricas podem servir somente como auxílio não indispensável. O filósofo Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) definiu esse gênero como história *a priori*. Por outro lado, a história universal é independente das limitações do material historiográfico

e dos instrumentos de pesquisa, podendo prescindir de qualquer obra histórica que tenha sido ou possa vir a ser escrita. Segundo ainda Fichte, esse gênero apriorístico é independente da história *a posteriori*, a qual pertence ao historiador (Abbagnano, 1973, p. 484).

A historiografia pluralista caracteriza-se pelo abandono de conceitos como *mundo histórico* ou *história universal*, além de reconhecer a pluralidade das formas do conhecimento histórico e da sua dependência face aos documentos disponíveis e aos princípios que orientam a opção historiográfica. Dessa maneira, a História versa sobre objetos delimitados ou delimitáveis e não sobre a totalidade do processo histórico. Como não se trata de um juízo sobre esse todo, exclui, como desprovidos de sentido, os conceitos de progresso, decadência, entre outros, em seu sentido absoluto. Sob esse enfoque, o conhecimento histórico apresenta-se como *perspectivista*, *individualizante* e *seletivo*, objetivando, ainda, a *explicação condicional* e a determinação das *probabilidades retrospectivas*. Portanto, uma das condições do conhecimento histórico é o *pluralismo das escolhas*, ou seja, a possibilidade de efetuar opções historiográficas diferentes e de mudar e corrigir aquelas já processadas (Abbagnano, 1973, p. 484-485).

Ao longo da sua extensa obra, Croce estabeleceu a distinção capital entre *história (res gestae)*, ou conjunto de ações e fatos, e *historiografia (historia rerum gestarum)*, ou pensamento histórico (Croce, 1941, p. 297-299; Croce, 1973, p. 315-316). Conforme asseverou o historiador italiano, a historiografia traduzia-se, essencialmente, enquanto obra do pensamento, ou seja, identidade e, ao mesmo tempo, distinção entre os conhecimentos filosófico e histórico, como história contemporânea e viva, resultado de um estímulo prático e moral e que prepara para a ação, nascendo das paixões e

dos interesses humanos para esses sentimentos, ligando-se estreitamente à vida e às suas necessidades demandadas pelo presente. A historiografia, divisada como a verdadeira história contemporânea, distinguia-se tanto das filosofias da história, quanto da crônica (a história morta) e das chamadas pseudo-histórias – aquelas de caráter filológico, poético e retórico. Sob esse enfoque, a filosofia não é mais que a *metodologia da História* (Croce, 1941, p. 3-40; Croce, 1959, p. 227-231).

A expressão *teoria da história*, generalizada e não aplicada a um processo histórico nacional, foi utilizada pioneiramente pelo escocês Dugald Stewart (1753-1828), professor de filosofia moral em Edimburgo, para designar o gênero usualmente conhecido por outros escritores como história hipotética, ideal, conjectural, natural ou generalizadora. Essa noção, entretanto, não teve a fortuna crítica da congênere filosofia da história, criada por Voltaire, pois, somente no século XX, foi novamente utilizada para exprimir o gênero de cogitações de que também se ocupava a primeira. A generalização do uso dessa expressão ocorreu em paralelo à publicação das seguintes obras: *Zur Theorie und Methodik der Geschichte* [*Teoria e metodologia da História*, 1902], de Eduard Meyer (1855-1930); *Theory of History* [*Teoria da História*, 1925], de Frederic J. Teggart (1870-1946); e *Zur Theorie und Geschichte der Historiographie* [*Teoria e história da historiografia*, 1915) e *Teoria e storia della storiografia* (1917), de Benedetto Croce. No que se refere à definição do conceito, aos limites do seu campo de atuação e os efeitos práticos da sua adoção como disciplina acadêmica, coube ao professor holandês Jan Romein (1893-1962), discípulo de Johann Huizinga (1872-1945), contribuir decisivamente para o entendimento de tais questões. Além de buscar definir o que se entendia como teoria da história – a qual, para ele, fundamentava as suas raízes no pensamento

iluminista do século XVIII – Romein também a introduziu como disciplina na Universidade de Amsterdã, em 1943. Não obstante as ponderações, concordou com a dificuldade em delimitar uma linha de separação nítida entre a teoria e a filosofia da história (Rodrigues, 1978, p. 441).

Mais uma vez, coube a Romein, nos anos de 1930, estabelecer a distinção entre os domínios do conhecimento histórico anteriormente aludidos, nos seguintes termos: a filosofia da história distinguia-se claramente da teoria, posto que a primeira pairava além da história e a segunda se inseria no âmbito do processo histórico. Assim, a teoria da história se diferenciava da metodologia histórica em um aspecto fundamental: a primeira ensinava a natureza da verdade histórica e a segunda trabalhava com os meios que possibilitam descobri-la. Segundo Romein, a teoria se distinguia também da chamada história prática, já que a última se vinculava aos assuntos que têm sequência e unidade geográfica, enquanto a primeira abarcava a matéria cuja unidade é conceptual, e não temporal ou espacial (Rodrigues, 1978, p. 442).

Portanto, o historiador holandês definiu os domínios da teoria da história a partir da seguinte consideração: os problemas relacionados à objetividade, à causalidade, aos padrões e ritmos, à periodização e aos fenômenos históricos e suas definições (Renascimento, Barroco, Romantismo, feudalismo, capitalismo, imperialismo, revolução, ditadura, Estado) e aos agentes do processo histórico constituíam o terreno da teoria da história, conforme foi exemplificado no *Homo ludens* (1938), de Huizinga (Rodrigues, 1978, p. 442).

No que diz respeito à interpretação concedida por Croce à noção de teoria da história, um primeiro indício pode ser vislumbrado no ensaio “Les études relatives à la théorie de l’histoire en Italie durant les quinze dernières années” [Os estudos relativos à Teoria da história na Itália durante os

quinze últimos anos, 1902). Nesse texto, embora repudiasse a tentativa de construir alguma *filosofia da história*, Croce não se opunha ao que denominava *teoria da historiografia*. No trabalho em discussão, o ensaísta argumentou que a teoria da historiografia (ou *metodologia histórica*) se ocupava em estabelecer os critérios através dos quais os historiadores davam às suas narrativas forma, unidade e conteúdo apropriados. Quanto à filosofia da história, buscava descobrir as supostas leis pelas quais as ações humanas assumiam necessariamente determinadas formas em tempos e lugares distintos (Croce, 1951, 177-191).

Em *Teoria e storia della storiografia*, Croce, além de acrescentar outros elementos ao problema antes mencionado, consolidou a utilização da noção aqui discutida. Em primeiro lugar, sublinhou que tanto a *historiografia* quanto a *teoria da história* expressavam obras do pensamento, tão intrinsecamente vinculadas entre si que formavam uma unidade. Por outro lado, assinalou que não havia um só historiador que não possuísse (de modo mais ou menos reflexivo) uma teoria da história própria, até porque polemizava, expressamente ou de forma subentendida, com os seus pares (Croce, 1941, p. 152-164). Ademais, a primeira parte do volume foi dedicado ao domínio posteriormente dominado, na esteira do pensamento crociano, *teoria da historiografia* ou *metodologia da História* – investido das questões de natureza epistemológica e dos demais problemas atinentes ao fazer historiográfico. Croce acreditava que as filosofias da história, a crônica, as pseudo-histórias, a história universal e as concepções deterministas e naturalizantes da história foram dissolvidas, superadas e subsumidas em uma teoria da historiografia (Croce, 1941, p. 3-148).

Assim, objetivando combater a ingerência das filosofias da história e das metodologias derivadas das

ciências naturais nos territórios do conhecimento histórico, na perspectiva de reafirmar a ideia de autonomia da história, Croce buscou resolver as dúvidas e as perplexidades que atormentavam os historiadores contemporâneos e seus predecessores no interior de uma teoria da historiografia. No âmago desse *Novum Organum*, História e filosofia identificavam-se e, ao mesmo tempo, distinguiam-se. A filosofia representava o papel de metodologia da História. E, finalmente, a teoria crociana da historiografia apresentava como tese central a ideia de que toda verdadeira história é história contemporânea.

O livro ora apresentado foi dividido em quatro seções fundamentais. No primeiro capítulo, busquei contextualizar a vida e a obra crociana na atmosfera intelectual e política vigente na Itália e no continente europeu, entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. No segundo, procurei identificar as influências marcantes exercidas por Vico, Hegel e Marx sobre a teoria da historiografia de Croce, assim como destacar a recepção crítica de tais concepções no conjunto da obra do pensador italiano. No terceiro momento, partindo de uma análise dos volumes *Teoria e storia della storiografia*, *La storia come pensiero e come azione* e *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, intentei evidenciar os principais argumentos mobilizados por Croce para sugerir o princípio segundo o qual toda verdadeira história é história contemporânea. Por fim, na conclusão, assumi um enorme risco ao esquadrihar alguns elementos atinentes à fortuna crítica de Benedetto Croce nas primeiras décadas do século XXI.

Portanto, espero que aceitem o convite para um passeio intelectual, caros leitores e caras leitoras.

Capítulo 1

Benedetto Croce (1866-1952): um esboço biográfico¹

Neste capítulo, discuto a trajetória, a formação intelectual e as atividades políticas de Benedetto Croce, contextualizando-as na paisagem histórica italiana e no panorama da “reorientação do pensamento social europeu” (Hughes, 1979) da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Assim, procurei enfatizar as relações estabelecidas pelo autor com as correntes intelectuais e os movimentos políticos da época que julguei significativos para a compreensão do pensamento, das afinidades eletivas e das escolhas realizadas por Croce durante a sua existência. Ademais, selecionei fatos que me pareceram importantes, busquei aproveitar as ausências e os vazios do percurso crociano, tracei um esquema cronológico, evidenciei as origens sociais e procurei atentar para os condicionantes históricos do indivíduo Benedetto Croce. Portanto, essa abordagem desemboca na elaboração de uma síntese da biografia da personagem, evidenciando, por conseguinte, as ambiguidades, potencialidades e vicissitudes do gênero, intensamente discutidas na contemporaneidade (Borges, *in* Pinsky, 2006, p. 203-233; Bourdieu, *in* Ferreira; Amado, 1998, p. 183-191; Dosse, 2009; Levi, *in* Ferreira; Amado, 1998, p. 167-182; Levillain, *in* Rémond, 1996, p. 141-184; Loriga, *in* Revel, 1998, p. 225-249; Loriga, 2011).

Em linhas gerais, o *tour de force* aqui envidado partiu da análise dos escritos autobiográficos de Benedetto Croce, que, na verdade, perpassam toda a sua extensa obra, com destaque para o *Contributo alla critica di me stesso* [*Contribuição à*

¹Nas páginas seguintes, retomei e ampliei as reflexões acerca da trajetória intelectual e política de Croce, elaboradas em um trabalho anterior (Moreira, *in* Guilherme; Augusto; Freitas, 2025, p. 78-100).

crítica de mim mesmo, 1915]. Composto durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), para marcar 50 anos de existência ao autor, o opúsculo foi impresso privadamente, em 1918. Em 1931, passou a integrar o volume *Ética e política*, sob a condição de apêndice. A partir de 1950, ganhou notas complementares que cobrem determinadas facetas das ações intelectuais e políticas do autor, posteriores a 1915 (Croce, 1945, p. 363-411; Croce, 1955a, p. 1137-1174).

A propósito, Croce não apenas tematizou, quanto esteve atento aos debates acerca das relações entre a biografia, os escritos autobiográficos e o conhecimento histórico. Assim, como epígrafe do *Contributo*, elegeu a seguinte citação de Goethe; “Por que o historiador não haveria de fazer consigo mesmo o que fez com os demais” (Croce, 1955a, p. 1137). Prosseguindo na mesma senda, intitulou uma das sessões do livro *Il carattere della filosofia moderna [O caráter da filosofia moderna, 1941]* como “L’autobiografia come storia e la storia come autobiografia” (“A autobiografia como história e a história como autobiografia”). No texto, recorrendo a uma das suas conhecidas máximas, Croce asseverou: “toda verdadeira história é sempre autobiografia” (Croce, 1959, p. 139-141).

Quanto à trajetória intelectual de Croce, Momigliano (1993, p. 288-289), destacou que o material biográfico e autobiográfico sobre o pensador é tão abundante quanto se pode desejar para qualquer dos seus contemporâneos. Todavia, a abundância, a facilidade e a elegância dos seus próprios escritos, aliadas às observações dos amigos, não fizeram senão aumentar o enigma básico da personalidade de Croce. Segundo o mesmo intérprete, parte da dificuldade para compreender a trajetória do pensador reside na variedade de situações históricas em que atuou durante a sua longa vida. Desta forma, as atividades intelectuais de Croce podem ser divididas em seis etapas, as quais correspondem a um período

bem definido da história da Itália. Assim, os anos de formação do jovem teórico terminaram quando a Itália foi sacudida pelo assassinato do rei Umberto I (1844-1900). Em seguida, veio a fase de intensa colaboração intelectual com Giovanni Gentile (1875-1944), na qual elaborou todo o seu sistema filosófico, encerrada com a conquista colonial da Líbia (1911). Nos anos seguintes, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, Croce se encontrou isolado e modificou profundamente as suas ideias. Nos anos de 1918 a 1924, colaborou com os democrata-cristãos, os nacionalistas e os fascistas. Na continuação (1925-1943), desempenhou o papel de líder moral do antifascismo italiano, mas também o termo de referência para as atividades intelectuais dos próprios fascistas. Finalmente, na última década da sua vida, o velho pensador se deu conta que as novas gerações seguiam o seu próprio caminho – embora seja apressado dizer que a sua influência passou a ser diminuta ou os seus escritos tenham se tornado meras repetições.

De toda sorte, antes mesmo de discutir a trajetória de Benedetto Croce, procurei recuperar, mesmo que de forma provisória e sumária, em razão dos limites inerentes ao presente trabalho, determinadas coordenadas da vida política e cultural da Itália, no período anterior e nas décadas imediatamente posteriores à sua unificação.

1.1 *Risorgimento*, neo-hegelianismo e liberalismo: algumas coordenadas históricas

O Reino da Itália completou o processo de formação de um Estado que se pretendia nacional em 3 de fevereiro de 1871, com a proclamação de Roma como a capital do novo país. O movimento de construção do Estado italiano ocorreu mediante a hegemonia liberal-conservadora do Reino de Piemonte-Sardenha, dirigido pelo rei Vítor Emanuel II (1820-1878) e

pelo primeiro-ministro Camilo Benso (1810-1861), o conde de Cavour. O processo que culminou na unificação territorial italiana recebeu, na tradição historiográfica peninsular, o nome de *Risorgimento*.² O conjunto de eventos históricos em tela se estendeu por um período compreendido entre os séculos XVIII e XIX e combinou revoltas populares, guerras, alianças entre Estados, acordos diplomáticos e a aplicação do chamado princípio das nacionalidades (Gramsci, 2023b, p. 11-128; Hobsbawm, 1991; Hobsbawm, 2021, p. 137-160; Rémond, 1990, p. 149-163; Saitta, 1989, p. 34-108).

Ao longo do século XIX, um dos elementos culturais que contribuíram para a formação de certo espírito nacionalista em parcelas da intelectualidade italiana, foi a difusão do sistema filosófico de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. O hegelianismo chegou aos intelectuais italianos emigrados durante o período da Restauração (1815-1830) não diretamente da Alemanha, mas da França, mediado por Victor Cousin (1792-1867), que buscou discutir os novos desenvolvimentos do pensamento alemão nos *Fragments philosophiques* [*Fragmentos filosóficos* 1826], os quais, nos anos subsequentes, iniciaram a *intelligentsia* peninsular na obra de Hegel. Portanto, foi um hegelianismo aclimatado às especificidades políticas e culturais da Itália que penetrou nessas latitudes, através do esforço teórico de intelectuais do *Mezzogiorno*³, como Augusto Vera (1813-1885), filósofo e tradutor do filósofo teutônico. Essa característica condicionou a evolução do pensamento de Hegel no cenário italiano, sendo interpretado como uma filosofia da liberdade, entendido como a afirmação de um

²Substantivo masculino derivado do verbo *risorgere*, que significa ressurgimento, reaparecimento, renascimento. No sentido histórico, o *Risorgimento* expressou o processo que resultou na unificação territorial da Itália, que se desenrolou da segunda metade do século XVIII até 1871.

³Literalmente, a expressão significa meio-dia, mas que indica, para fins históricos, sociais, políticos e econômicos, o sul italiano e a Itália insular.

Estado independente, antieclesiástico, identificando-se com a busca da unidade nacional (Cavalcanti; Piconne, 198[], p. 37-38). Assim, conforme recordou Jacobitti (*in* Tagliacozzo, 1990, p. 341), Bertrando Spaventa (1813-1883) escreveu que a filosofia italiana do *Risorgimento* foi alemã, pois Hegel e outros filósofos germânicos eram conhecidos em Nápoles antes de 1848. Entretanto, segundo Cavalcanti e Piccone (198 [], p. 37-38), as razões sociais e históricas do sucesso tardio de Hegel, na Itália, vinculavam-se ao atraso daquela sociedade no século XIX e ao fato de o pensador alemão ser vislumbrado como o filósofo da Revolução Francesa – portanto, como catalisador da modernização e renovação da sociedade italiana através do *Risorgimento*.

O principal centro de estudo e difusão do hegelianismo italiano foi a Universidade de Nápoles, onde exerciam o magistério dois dos mais significativos expoentes do neo-hegelianismo peninsular: Augusto Vera e Bertrando Spaventa. No caso específico de Spaventa, a importância da sua obra decorria, primordialmente, da tentativa de desprovincializar a filosofia italiana, até então confinada em um espiritualismo tradicionalista. Em síntese, esse filósofo buscava vincular, mais uma vez, o pensamento peninsular ao contexto mais amplo da cultura europeia, fazendo de seu conceito de nacionalidade da filosofia italiana um espaço de expressão da universalidade, no qual deveriam ser reunidos todos os opostos, na perspectiva de uma unidade harmônica na qual marcassem presença as demais tendências do pensamento europeu. Assim, Spaventa acreditava que a filosofia itálica deveria colocar-se ao nível de sua congênera alemã, posto a teoria filosófica ter alcançado maiores avanços nos países de cultura germânica do que nas nações latinas (Abbagnano, 1984, p. 63-66; Jacobitti, *in* Tagliacozzo, 1990, p. 341-342).

No período que antecedeu à unificação, a difusão do pensamento de Hegel, nos limites da Itália setentrional, foi obra dos intelectuais napolitanos emigrados após o malogro dos movimentos populares de 1848 no *Mezzogiorno*. A partir de 1860, com a incorporação dos antigos domínios dos Bourbon ao Reino da Itália pelas tropas de Giuseppe Garibaldi (1807-1882), alguns desses exilados passaram a desempenhar funções estratégicas na administração e na vida cultural do novo Estado – a exemplo de Francesco De Sanctis (1817-1883), reitor da Universidade de Nápoles, e Silvio Spaventa (1822-1893), encarregado da Polícia. Essa intelectualidade napolitana contribuiu para tornar o neo-hegelianismo um elemento fundamental da formação cultural italiana do final do século XIX e início do século XX. Assim, segundo Cavalcanti e Piconne (198[], p. 38-39), o hegelianismo de matiz napolitana é o fio condutor que admite estabelecer um *continuum* intelectual entre homens com histórias de vida e posições políticas tão distintas quanto Bertrando Spaventa, Antonio Labriola (1843-1904), Benedetto Croce e Antonio Gramsci.

Também destaque-se que o fenômeno histórico denominado liberalismo (Matteucci, *in* Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 686-705) marcou profundamente o processo do *Risorgimento* e a vida política no Reino da Itália. Acerca da questão em tela, Anderson (1996, p. 26-27) ressaltou que em nenhum país da Europa o liberalismo foi tão polimorfo e paradoxal quanto na Itália. Assim, na Inglaterra, a sua pátria de origem, o liberalismo atingiu uma realização pura no Estado mínimo e no livre comércio da era gladstoniana (segunda metade do século XIX). Cumprida a sua vocação histórica, o liberalismo inglês declinou e sucumbiu como força política, sob o controle de Lloyd George (1863-1945). Na França, por seu lado, o liberalismo como doutrina era

uma expressão da Restauração, teorizando as virtudes de uma monarquia amparada pelo voto censitário. Hegemônico sob o regime orleanista (1830-1848), parodiado sob o Segundo Império (1852-1870), o liberalismo francês estava demasiado comprometido ao advento da Terceira República (1870-1940), baseada no sufrágio universal masculino. Na Alemanha, o liberalismo capitulou ao conservadorismo prussiano de Otto von Bismarck (1815-1898), abandonando as convicções parlamentares pela adesão ao sucesso militar contra a Áustria. Após a abdicação política, o liberalismo germânico mergulhou na desordem econômica, quando o livre-comércio foi descartado pelo Império (1870-1918). Na Itália, ao contrário da Alemanha, a unificação nacional foi alcançada não sobre o cadáver, mas sob a própria bandeira do liberalismo. Ademais, o liberalismo que emergiu vitorioso do *Risorgimento* possuía uma dupla legitimidade: tanto era a ideologia constitucional dos moderados piemonteses, codificando a estrutura do seu domínio sob a monarquia, quanto era a definição secular do Estado italiano, criado contra a vontade da Igreja Católica. As especificidades do liberalismo peninsular atuaram de modo a tornar supérfluo por muito tempo o cumprimento de uma agenda liberal normal na Itália. O nome do liberalismo estava tão completamente identificado com o alçamento da nação e a causa do Estado estabelecido, que os seus principais estadistas e pensadores sentiam pouca pressão para aperfeiçoar a honestidade eleitoral ou a liberdade política. “Pois precisamente porque seus ideais clássicos foram, ao mesmo tempo tão exaltados e caricaturados na Itália, eles mantiveram uma força normativa radical que perderam em outras partes e provariam ser capazes de entrar nos mais inesperados e combustíveis padrões em oposição à ordem estabelecida” (Anderson, 1996, p. 27).

Por sua vez, Bellamy (1994, p. 187) explorou algumas das vicissitudes do “liberalismo transformado” italiano durante o período histórico em análise. Um primeiro elemento a ser sopesado reside no fato de que a elite liberal italiana era composta por proprietários de terras progressistas, ao invés de uma burguesia empresarial, que procuravam modernizar a economia agrícola sem perturbar as relações sociais tradicionais. Assim, na Itália, as ideias e instituições liberais estavam comprometidas de modo decisivo pelas restrições de uma sociedade predominantemente agrária. Em que pese o rápido crescimento industrial experimentado na virada do século XIX, a nova classe burguesa permaneceu subordinada política e economicamente à dos proprietários rurais. Logo, em vez de desafiar a moralidade e os privilégios das elites pré-industriais, a burguesia italiana amoldou-se aos seus próprios interesses e continuou a defender a velha ordem. Assim, ao contrário da Inglaterra ou da França, era mais difícil considerar a criação de uma ordem econômica liberal a partir da libertação das forças sociais. Mais do que em qualquer outras das principais nações da Europa, as novas relações sociais de produção tiveram que ser impostas por um Estado cada vez mais intrusivo. “Não surpreende que tanto a teoria quanto a prática do liberalismo italiano tenham envolvido várias inconsistências e contradições internas. As tensões entre os ideais liberais e as realidades sociais, entre o liberalismo ético e o econômico, até certo ponto presentes em todos os regimes liberais, eram todas bastante claras na Itália” (Bellamy, 1994, p. 187-188).

1.2 Benedetto Croce: os primeiros anos (1866-1886)

Nesse contexto de epílogo do *Risorgimento*, nasceu Benedetto Croce, em 25 de fevereiro de 1866, na comuna

de Pescasseroli, província de Chieti, localizada na região de Abruzo, na Itália central, oriundo de uma família de proprietários rurais e funcionários públicos do *Mezzogiorno*, comprometida com a tradição dos Bourbon napolitanos e rigidamente católica. O seu pai, Pasquale Croce, havia nascido em Montenerodomo (na mesma província) e pertencia a uma antiga família do burgo, cujas origens remontavam ao século XV. A sua mãe, Luisa Sipari, era natural de Pescasseroli e havia retornado à comuna, na companhia do marido, em 1866, durante a epidemia de cólera que se abateu sobre Nápoles, onde residiam. Na ocasião, Luisa deu à luz a Benedetto, o terceiro rebento do casal, precedido por um menino e uma menina, falecidos ainda nos primeiros anos de vida. Logo após o aparecimento do que se tornou o primogênito dos Croce, nasceram mais quatro filhos, dos quais dois feneceram precocemente e os demais sobreviveram: Alfonso, nascido em 1867, e Maria, que veio ao mundo em 1870. O avô paterno também se chamava Benedetto, exercia a magistratura, atuou como conselheiro da Suprema Corte de Justiça do Reino das Duas Sicílias e faleceu em Nápoles, em 1852 (Croce, 1992, p. 5).

O jovem Benedetto era primo, pelo lado paterno, de Bertrando e Silvio Spaventa, embora as relações com tais parentes fossem frias e distantes. No corpo do *Contributo alla critica di me stesso*, Croce urdiu uma cena que faz lembrar a noção psicanalítica de “romance familiar” (Freud, 2015, p. 419-424), ao asseverar que o seu pai seguia a linha tradicional das pessoas honradas de Nápoles, segundo a qual os homens de bem deveriam ocupar-se somente dos assuntos familiares e dos negócios, mantendo-se equidistantes dos meandros da política. Muito embora seja pouco plausível a alegação, considerando o arquétipo conservador e monarquista da linhagem, aliás, evidenciado pelo autor, Croce destacou que

nenhum eco da vida pública ou da política ressoou sobre a família (Croce, 1945, p. 368-369).

O pretense ambiente apolítico familiar repetiu-se na escola católica frequentada pelo menino Benedetto, em Nápoles, a partir dos nove anos. Essa instituição possuía uma clientela aristocrática, ligada à tradição dos Bourbon, e sua maior contribuição à italianidade consistia em relembrar os ideais do neoguelfismo – ou seja, do movimento dos que concordavam com as ideias de Vincenzo Gioberti (1801-1852), que atribuía ao papa uma função diretora, como presidente de uma confederação de príncipes italianos (Jemolo, *in* Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 820-821) – praticado por alguns dos seus sacerdotes. Nas páginas do *Contributo*, Croce assinalou que, durante a época em que esteve matriculado na referida escola, possuía somente uma ideia muito vaga a respeito dos eventos capitais do *Risorgimento*, a exemplo das revoluções, das conspirações e dos sucessos de 1848-49 e 1860. Da mesma forma, apenas ouviu os nomes de Cavour, Garibaldi e Giuseppe Mazzini (1805-1872). A realidade histórica das personagens em questão e o significado ideal das suas existências foi uma descoberta realizada no final da sua juventude (Croce, 1945, p. 369).

O idílio do universo familiar refratário à política, imaginado por Benedetto Croce, aos 50 anos, necessita ser submetido à prova. E um indício significativo emerge quando o argumento exposto no *Contributo* é confrontado com os registros presentes em outra modalidade de “escrita autorreferencial” ou “escrita de si” (Gomes, 2004, p. 7-24): o *curriculum vitae* do autor, datado de 10 de abril de 1902. No texto, redigido 13 anos antes da obra autobiográfica, Croce mencionou ter tomado conhecimento, através da leitura dos jornais pelo seu pai, de “alguns fatos pavorosos sobre a Comuna e os petroleiros de 1871” (Croce, 1992, p. 5-23). Ora, qual evento ocorrido na

Europa no período em tela apresentava uma dimensão mais explosivamente política do que a revolta de 1871? Primeira experiência de um governo de trabalhadores, a Comuna de Paris impactou a vida política e o pensamento social das últimas décadas do século XIX (González, 1999; Merriman, 2015). Assim, a vida e a morte do movimento foram cercadas por pânico e histeria, especialmente nas páginas da imprensa, que a acusava de instituir o comunismo, expropriar os ricos, partilhar as suas mulheres, estabelecer o terror, perpetrar massacre generalizado, gerar caos, anarquia e um sem-número de estigmas que provocassem pesadelos nas classes respeitáveis – “tudo, não é necessário dizer, arquitetado pela Internacional” (Hobsbawm, 2021, p. 260).

Nos fios das reminiscências crocianas de 1902, também é significativa a alusão aos “petroleiros de 1871”. Em outro trabalho (Moreira, 2023), sinalizei que o apodo “petroleira” foi forjado no calor da refrega política, contemporânea aos eventos da Comuna de Paris, com o objetivo desqualificar lutas sociais e políticas – inclusive as do abolicionismo brasileiro das décadas de 1870 e 1880. Assim, o neologismo derivava da expressão francesa *pétroleuse*, utilizada com o fim de estigmatizar as mulheres defensoras da Comuna, acusadas de empregarem petróleo para causar incêndios em Paris, durante a “semana sangrenta” (21 a 28 de maio), quando as tropas de Versalhes esmagaram a experiência revolucionária. No léxico dos adversários ideológicos da Comuna, a alcunha de “petroleiro” era sinônimo de “anarquista”, “comunista”, “incendiário”, “niilista”, “revolucionário” e “terrorista”, sintetizando assim todos os radicalismos do século XIX.

Uma análise minimamente satisfatória acerca das razões para a insistência crociana no tema do apoliticismo nos ambientes familiar e escolar em sua infância e juventude não pôde ser realizada no curso da pesquisa aqui relatada.

De toda sorte, uma hipótese de trabalho é que se tratava de uma peça da estratégia de como o autor desejava projetar uma imagem, apresentar-se aos leitores da sua autobiografia – e não apenas narrar o que realmente viu, ouvi, viveu ou pensou. Tratar-se-ia, então, de um procedimento denominado pelo crítico literário estadunidense Stephen Greenblatt (1943-) como “automodelagem”, ou seja, autodramatização, autopromoção ou tentativa de copiar o modelo da vida de outra pessoa (Burke, 2003, p. 12). Por enquanto, fica o registro da mera conjectura.

Nas páginas da sua autobiografia, Croce narrou alguns casos do que denominou da sua “vida interior”. Assim, buscando descobrir na infância longínqua sinais das suas afinidades eletivas, ressaltou que, aos seis ou sete anos, não conhecia prazer maior do que o de ingressar em uma livraria, ao lado da mãe; olhar, em estado de êxtase, os volumes dispostos nas estantes; seguir, com os olhos úmidos de emoção, os livros que o vendedor expunha à sua escolha; e levar para casa as novas e preciosas aquisições, das quais até o cheiro do papel impresso lhe dava um doce prazer. Croce assinalou que a sua mãe conservava o seu amor pelas obras lidas durante a adolescência, quase todas pertencentes à literatura romântica de temas medievais. Conforme o juízo do filho, Luisa Croce também nutria um grande amor pela arte e pelos monumentos antigos. Benedetto creditou à mãe o despertar do seu interesse pelo passado, resultado das visitas que faziam às igrejas napolitanas, em que se detinham largamente ante os quadros e às tumbas. Finalizando, Croce asseverou que, durante toda a sua infância, teve, no fundo do coração, uma tendência íntima e acariciada: a literatura, ou melhor, a História (Croce, 1950, p. 1139-1140).

Uma interpretação possível para o “caso da vida interior” crociano é que se trata de uma “ilusão biográfica” (Bourdieu,

in Ferreira; Amado, 1998, p. 183-191). A esse respeito, alguns elementos do fenômeno, presente em biografias, autobiografias e similares, foram analisados pelo sociólogo francês, para quem falar de "história de vida" é pelo menos pressupor que a existência é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma experiência individual, concebida como uma história e o relato desse conjunto de acontecimentos. Assim, um pressuposto dessa teoria é que a existência constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma "intenção" subjetiva e objetiva, de um "projeto", colocando explicitamente o que já se encontra implícito nos "já", "desde então", "desde pequeno" das biografias comuns ou nos "sempre" das histórias de vida. Essa noção coincide com a percepção do senso comum, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas, ou como um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional, que tem um começo, etapas e um fim – no sentido de término e de finalidade – "um fim da história." Sob essa perspectiva, na história de vida está implícita uma filosofia da história, tanto no sentido de sucessão de acontecimentos históricos, quanto de teoria do relato, narrativa de historiador ou de romancista, indiscerníveis, sob esse aspecto, na biografia e na autobiografia. "Essa história de vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo" (Bourdieu, in Ferreira; Amado, 1998, p. 184). Portanto, o sujeito (o investigador) e

o objeto (o investigado) da biografia têm o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, tacitamente, de qualquer existência).

A partir de tais ajuizamentos, cabe presumir que o relato autobiográfico (e não seria diferente no caso do texto de Croce) se baseia, pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica, ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. “Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (Bourdieu, *in* Ferreira; Amado, 1998, p. 185). Segundo o autor, não se pode compreender uma trajetória sem que se tenha construído previamente os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Como lembrou Levi (*in* Ferreira; Amado, 1998, p. 169), as advertências sobre a ilusão biográfica sugerem ser indispensável reconstruir o contexto, “a superfície social” em que age um indivíduo, em uma pluralidade de campos.

Em 28 de julho de 1883, Benedetto Croce perdeu os pais e a irmã quando um terremoto varreu a estação de verão de Casamicciola, na ilha de Ischia, ficando ele mesmo soterrado, por várias horas, sob os escombros, além de sofrer diversas fraturas. Após o falecimento dos genitores,

o rapaz, acompanhado pelo irmão Alfonso, mudou-se para Roma, permanecendo, então, sob a tutela de Silvio Spaventa. Em seus escritos autobiográficos, Croce descreveu os anos passados na capital do Reino da Itália como os mais dolorosos e sombrios da sua existência. Nas suas confissões, assinalou que se sentia em Roma como perdido em um sonho, deparando-se com uma sociedade muito diferente da que o havia rodeado até então, pois vivia na casa de um quadro dirigente de grande reputação, ouvindo sem cessar as discussões sobre política, jurisprudência, ciência e as repercussões dos debates parlamentares. Abalado pela desdita familiar que o havia golpeado, com o organismo enfraquecido, aparentava sofrer de todas as enfermidades. Ingressou na Universidade de Roma, mas não chegou a concluir o curso de Direito no qual se matriculou. Experimentando as angústias e as dúvidas da juventude, sem amigos, diversões e saídas noturnas, o jovem órfão chegou a pensar em cometer suicídio (Croce, 1955a, p. 1143-1146; Croce, 1992, p. 10-14). De toda sorte, o ambiente universitário lhe possibilitou estabelecer relações intelectuais com Antonio Labriola, catedrático de Filosofia e Pedagogia, que, em fins da década de 1880, tornou-se o “pai do marxismo italiano” e o “primeiro marxista acadêmico” da Europa (Gerratana, *in* Hobsbawm, 1984, p. 11-49).

1.3 História local, marxismo, rebelião antipositivista e sistema filosófico (1886-1917)

Croce retornou a Nápoles em 1886. Com a sobrevivência garantida pela fortuna herdada dos genitores, passou a se dedicar aos estudos históricos, filosóficos e filológicos, além de contribuir para a organização dos arquivos municipais e colaborar assiduamente com periódicos provinciais. No espaço de tempo entre 1886 a 1892, concentrou as suas pesquisas

em três frentes principais: a crítica literária, muito influenciada pelo idealismo de Francesco De Sanctis; o resgate e a revalorização das histórias e anedotas locais dos séculos XVII e XVIII, o que resultou no livro *Storie e leggende napoletane* [*Histórias e lendas napolitanas*, 1919]; e, finalmente, o projeto relacionado à preparação de uma história moral da Itália, dos seus sentimentos e da sua vida espiritual a partir do Renascimento, com ênfase nas relações e nos influxos recíprocos entre a civilização italiana e os povos estrangeiros. Algumas das obras que possuíram a influência dessa etapa do pensamento crociano são *Rivoluzione napoletana nel 1799* [*Revolução napolitana de 1799*, 1897] e *La Spagna nella vita italiana durante la rinascenza* [*A Espanha na vida italiana durante a Renascença*, 1917], publicadas em tempo oportuno (Croce, 1945, p. 376-379).

Em 1893, aos vinte e sete anos, Croce produziu o primeiro trabalho teórico significativo acerca da natureza do conhecimento histórico: o ensaio *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte* (*A História subsumida ao conceito geral da arte*). Nesse texto, debruçou-se sobre a querela relativa ao caráter da História enquanto forma de conhecimento artístico ou científico – problema intensamente debatido na Alemanha do final do século passado por Wilhelm Dilthey (1833-1911), Heinrich Rickert (1863-1936), Georg Simmel (1858-1918) e Wilhelm Windelband (1848-1915), entre outros pensadores. Esta direção dominante da filosofia alemã, nos últimos decênios do século XIX, responsável pela discussão do problema crítico da História, associou-se à chamada crise do historicismo. A ascensão das disciplinas históricas à condição científica, ao longo do século XIX, fizera nascer, a propósito delas, um problema semelhante àquele que Immanuel Kant (1724-1804) propusera a respeito das ciências naturais: a questão da possibilidade da História

enquanto ciência, isto é, da sua validade. Portanto, o debate girava em torno do estatuto epistemológico do conhecimento histórico, opondo os neo-hegelianos, encabeçados por Dilthey, aos neokantianos, liderados por Windelband. Para este último, o conhecimento histórico distinguia-se das ciências naturais não pelos objetos que tomava para investigação, mas por suas finalidades. O conhecimento histórico era "idiográfico", ou ainda "produtor de imagens", ao passo que a abordagem científica era "nomotética", idealizadora de leis. Dilthey, por seu turno, sustentava que a História pertencia ao ramo das "ciências do espírito", enquanto disciplinas como a Biologia e a Física ocupavam o terreno das "ciências da natureza" (Abbagnano, 1970, p. 483-484; Iggers, *in* Wiener, 1973, p. 61; Collingwood, 1995, p. 214-226, 244-247; White, 2019, p. 388-391).

Na perspectiva de contribuir para o debate supracitado, Croce sustentou que o conhecimento histórico não se reduzia ao terreno meramente artístico, ou seja, que fosse, *stricto sensu*, arte, mas que a História estava incluída sob o conceito geral da arte. Conforme avaliou posteriormente, os intentos desse ensaio eram basicamente três: em primeiro lugar, combater a intromissão dos esquemas derivados das ciências naturais no âmbito da historiografia; em seguida, afirmar o caráter teórico e a seriedade da arte, encarada pelo positivismo dominante enquanto objeto de diversão; e, por último, negar a perspectiva segundo a qual a historicidade fosse uma terceira modalidade do espírito teórico, distinta tanto da forma estética quanto da teórica (Croce, 1933a, p. 235-236).

O encontro do jovem Benedetto com o materialismo histórico, no crepúsculo do século XIX, foi mediado, em larga proporção, por Antonio Labriola. Segundo precisou o próprio Croce, em abril de 1895, Labriola lhe remeteu para leitura e

publicação o ensaio "In memoria del Manifesto dei comunisti" ("Em memória do Manifesto dos comunistas") – editado às suas expensas no mesmo ano. Conforme admitiu, a leitura do texto o impressionou vivamente, a ponto de fazê-lo esquecer os projetos intelectuais anteriores e mergulhar nos estudos de Economia e na literatura clássica do marxismo, até então campos de conhecimento desconhecidos. O interesse crociano pelo materialismo histórico, aliado à prática adquirida com a literatura marxista e à atenção a qual dispensou, durante algum tempo, aos periódicos socialistas alemães e italianos, comoveram-no profundamente e, pela primeira vez, suscitaram algo parecido com paixão política em um intelectual até então se definia como apolítico (Croce, 1945, p. 381-383).

Entretanto, o engajamento político crociano não foi duradouro. Segundo avaliou posteriormente, mesmo sob a influência de Labriola, nunca fora exatamente "marxista ortodoxo" e nem mesmo se conseguiria determinar o momento em que teria ocorrido a sua "conversão", embora o seu interesse filosófico pela doutrina e a forma como se inseriu nos debates sobre o socialismo italiano pudessem criar tal ilusão (Croce, 2007, p. 7-9). Assim, entre 1895 e 1900, Croce publicou um conjunto de ensaios nos quais dialogava criticamente com a herança teórica de Marx e com a produção intelectual de Labriola. Em 1900, sete desses ensaios foram incluídos no volume *Materialismo storico ed economia marxistica*. Essencialmente, na publicação supracitada, Croce esgrimiou quatro argumentos básicos contrários ao marxismo. No primeiro, destacou que as concepções do materialismo histórico somente poderiam ser entendidas e utilizadas de maneira aceitável se reduzidas à condição de mero "cânone de interpretação". No segundo, assinalou que a teoria marxista do valor-trabalho não era senão o resultado de uma comparação elíptica entre dois tipos de sociedade. No terceiro argumento,

criticou a lei referente à queda da taxa do lucro, que, se fosse exatamente estabelecida como acreditava Marx, importaria no final automático e iminente da sociedade capitalista. Por fim, propôs a criação de uma “ciência filosófica da Economia”, que surgiria ao lado dos estudos econômicos empírico-abstratos (Croce, 2007, p. 9-10).

A reação de Labriola face à exposição desses juízos foi o rompimento das relações de amizade com o antigo pupilo. O filósofo ainda registrou as suas impressões acerca das ideias do jovem Croce na correspondência que manteve com Georges Sorel (1847-1922), a quem considerava um autêntico marxista, resultando no opúsculo *Discorrendo di socialismo e di filosofia. Lettere a G. Sorel* [Discutindo socialismo e filosofia. Cartas a G. Sorel, 1898] (Labriola, 1969). Na verdade, os artigos do Croce “revisionista” inseriam-se no contexto mais amplo da primeira crise do marxismo, simbolizada pelos trabalhos de críticos do materialismo histórico, a exemplo de Sorel, na França, Eduard Bernstein (1850-1932), na Alemanha, e Giovanni Gentile, na Itália. Por sinal, Croce era amigo e editor das obras de Sorel na Itália. No que se refere a Bernstein, em uma carta dirigida a Sorel, admitiu ter se inspirado, em certa medida, nos ensaios crocianos sobre o materialismo histórico. No mesmo período, Gentile publicou *La filosofia di Marx* [A filosofia de Marx, 1899], enquanto o também revisionista Charles Andler (1866-1932) falava abertamente na dissolução do marxismo. Escrevendo quase trinta anos após a ocorrência desse debate, um antigo seguidor enxergou em Croce o “líder intelectual das tendências revisionistas do final do século XIX” (Gramsci, 2023a, p. 281, 287)

Concluída a batalha com o marxismo teórico, o qual considerou como irremediavelmente esgotado em 1900, Croce voltou as suas energias intelectuais contra as concepções dos positivistas italianos, na perspectiva de recuperação de

uma abordagem espiritualista do real e se inserindo em uma rebelião antipositivista no âmbito da cultura italiana. Por paradoxal que possa parecer, Croce não precisou os termos da sua participação no embate contra o positivismo nas páginas do *Contributo alla critica di me stesso* e, muito menos, aquele movimento filosófico mereceu qualquer referência significativa na autobiografia supracitada.

Segundo Bochenski (1951, p. 96), o positivismo foi introduzido na Itália por Carlo Cattaneo (1801-1869), Giuseppe Ferrari (1812-1876) e Enrico Morselli (1852-1929). O referido sistema filosófico encontrou na figura de Roberto Ardigò (1828-1920) um porta-voz tão influente, que se converteu na direção dominante da vida espiritual da Itália, no final do século XIX. Ao lado do positivismo, afirmou-se também o idealismo, representado por Bertrando Spaventa e Augusto Vera, que se acercaram do hegeliano e da direção historicista do *Risorgimento*. De toda sorte, a hegemonia da visão de mundo positivista aparecia não somente entre os filósofos, mas também no conjunto dos intelectuais italianos.

Por sua vez, Bobbio (1993, p. 15-32, 120-126) sublinhou que, não obstante o prestígio do patriarca Ardigò e o fervor dos seus discípulos, o positivismo oficial foi uma filosofia sem raízes na sociedade italiana, aparecendo como uma crença estrangeira. Em um país economicamente retardatário, a doutrina em questão estava destinada a chegar tarde e, uma vez transplantada, a viver com dificuldade. Assim, a filosofia positivista foi atacada em duas frentes opostas: os marxistas, criticavam os seus aspectos relacionados ao naturalismo determinista e ao evolucionismo otimista; e os chamados "irracionaisistas" voltavam as suas baterias contra a postura intelectualista abstrata e o cientificismo reformador. No caso da variante historiográfica positivista dominante na Itália, esta apresentou uma versão rígida e dogmática, dificultando

as suas chances de sucesso e a tornando presa fácil para os adeptos do “espiritualismo perene”. Enfim, o positivismo italiano, aparecendo na sociedade como uma forma de pensamento anacrônico, sucumbiu frente aos ataques dos cruzados do espiritualismo clerical e laico, capitaneados por Croce. Contra o positivismo, o filósofo propugnou o “renascimento do idealismo”, acreditando dever impulsionar uma obra de reforma radical, de oposição total, de inversão (Bobbio, 1993, p. 121).

Nesse contexto da rebelião antipositivista, Croce dedicou-se à elaboração do seu próprio sistema, autodenominado *Filosofia come scienza dello spirito* (*Filosofia como ciência do espírito*). Assim, em 15 anos, foram publicados os quatro volumes que o compõem, a saber: *Estetica come scienza dell'espressione e linguistica generale* [*Estética como ciência da expressão linguística geral*, 1902], *Logica come scienza del concetto puro* [*Lógica como ciência do conceito puro*, 1905 e 1909], *Teoria della pratica: Economia ed etica* [*Teoria da prática: Economia e ética*, 1908] e, finalmente, *Teoria e storia della storiografia* (1917). No conjunto da obra crociana foi advogada uma visão idealista do real, na perspectiva de combater os postulados do positivismo e de defender a autonomia do conhecimento histórico face à ingerência das metodologias oriundas das ciências naturais. A *Filosofia dello spirito* opunha-se, igualmente, ao materialismo histórico. Assim, Croce transformou-se no “restaurador do idealismo” nos primórdios do século XX.

O combate travado por Croce e os seus aliados contra o positivismo apresentava uma dimensão claramente política, não se restringindo a uma simples contestação filosófica ao sistema de Auguste Comte (1798-1857). Assim, a crítica crociana ao determinismo anti-humanista, ao árido naturalismo, às torpes simplificações sociológicas, à ingênu

adoração aos fatos brutos e à redução do homem ao seu meio ambiente seguia de perto as ideias conservadoras contrárias às tentativas de reforma na velha ordem legada pelo *Risorgimento*. As críticas do “espiritualismo perene” de Croce ao positivismo confundiam-se com o repúdio do intelectual italiano às concepções que postulavam a ampliação das bases do poder político e à ascensão de novas classes sociais, ou seja, ao socialismo e à democracia (Bobbio, 1993, p. 21-22).

A vitória de Croce na luta contra o positivismo foi arrasadora. A reação idealista italiana ensejou não apenas modificações das concepções gerais relativas à filosofia, mas também concernentes aos gostos, aos estilos, às simpatias e às aversões de toda uma época cultural. Assim, se o positivismo chegou a dar explicações naturalistas até para as manifestações do espírito, o idealismo repudiou todas as formas de naturalismo para explicar os fatos da natureza por uma via espiritual; se os positivistas exaltaram a forma de conhecimento derivado das ciências da natureza, os idealistas reduziram-na à condição de saber generalizante, ao passo que a filosofia elevou-se ao *status* de saber universal e a História, à ciência do individual, não redutível aos esquemas abstratos dos naturalistas. Portanto, a batalha travada contra as ideias comtianas tornou-se peça extremamente importante na estratégia de Croce, no sentido de promover, na Itália, a restauração do idealismo (Bobbio, 1993, p. 120-127).

Assim, os anos iniciais do século XX foram caracterizados pela hegemonia crociana nas searas da cultura peninsular. Com efeito, o pensamento de Croce foi o centro de irradiação e de convergência de diversos movimentos intelectuais dessa época, desde os supostamente inovadores aos tradicionalistas – muito embora o próprio Croce tenha manifestado, no *Contributo*, a sua mescla de surpresa e desagrado (talvez apenas por mero exercício de retórica) à condição de

“mestre e guia espiritual dos jovens”, que lhe foi atribuída por admiradores (Croce, 1945, p. 388-389). Um exemplo de tal predomínio pode ser divisado no ataque sistemático ao positivismo, quando Croce chamou em seu auxílio tanto os marxistas quanto os partidários das “forças do irracional” (Bobbio, 1993, p. 61-80).

As razões que explicam a ascendência de Croce sobre jovens artistas e intelectuais irracionalistas, a exemplo dos escritores Giovanni Papini (1881-1956), Giuseppe Prezzolini (1882-1982) e Giuseppe Antonio Borgese (1882-1952), são ainda nebulosas, já que a maioria dos movimentos artísticos e intelectuais desse período fundiam, em uma confusa amálgama, elementos tão díspares quanto aspectos do decadentismo literário, fragmentos de doutrinas nacionalistas extremadas, concepções elitistas e imperialistas, além de crenças derivadas do socialismo revolucionário de matriz soreliana (Paris, 1993, p. 42-51). Croce compartilhava com os jovens intelectuais do mesmo repúdio ao positivismo e do desprezo à democracia. Logo, não é implausível supor que o reforço dos seus contatos com os irracionalistas ocorreu sob a influência de Giovanni Gentile que, no período posterior a 1900, ocupou o espaço como principal interlocutor de Croce, anteriormente preenchido por Labriola. Por outro lado, não se deve menosprezar os influxos crocianos sobre a produção de Gentile e muito menos a amizade que unia os dois intelectuais (Croce, 1945, p. 383-384, 387-388, 399).

Na esteira da vinculação intelectual com Gentile, Croce lançou, em 1903, a sua própria revista, *La Critica (A Crítica)*, que circulou até 1944. Versando sobre temas relacionados à história, literatura e filosofia, o periódico expunha, em seu programa, a intenção de, mediante seus artigos, ilustrar a vida intelectual italiana dos últimos cinquenta anos, partindo da formação do novo Estado italiano, da nova Itália. Com as

atividades desenvolvidas na revista, Croce acreditava dar o melhor de si, em termos teóricos e práticos, à cultura italiana, cumprindo, assim, uma obra política, no sentido mais amplo da palavra: obra de estudioso e de cidadão, que não mais se envergonhava, como ocorria anteriormente, frente aos homens políticos e socialmente ativos (Croce, 1945, p. 387-389).

A criação de *La Critica* coincidiu com a emergência de uma autêntica floresta de publicações que expressavam uma miríade de pontos de vista marcados por sentimentos nacionalistas e irracionalistas na Itália. No mesmo ano do lançamento da revista de Croce, Enrico Corradini (1865-1931), outro representante das “forças do irracional”, iniciou a publicação de *Il Regno (O Reino)*, ao tempo em que Papini e Prezzolini inauguravam o seu *Leonardo*. No ano seguinte, G. A. Borgese lançou a revista *Hermes*. As quatro publicações estavam estreitamente relacionadas. Borgese, àquela altura protegido de Croce, era nacionalista e seguidor do poeta Gabriele D’Annunzio (1863-1938). Por seu turno, *Il Regno* – viveiro da *intelligentsia* fascista – dedicava-se ao mesmo credo crociano antipositivista e antidemocrático. Já Papini e Prezzolini uniram as suas energias nos ataques às ideias convencionais dos círculos acadêmicos. No entanto, a aliança entre Croce e a intelectualidade nacionalista se dissolveu frente a duas conflagrações bélicas: a conquista da Líbia e a Primeira Guerra Mundial – Croce se opôs a ambos os conflitos. Logo, os irracionalistas passaram a julgar o seu antigo mestre superado, demasiadamente burguês e mentalmente incapaz de compreender as gerações mais novas. Contudo, as afinidades teóricas com Gentile foram mantidas e mesmo estreitadas. Com o seu auxílio, Croce transformou uma pequena casa editora, a Laterza, de Bari, em uma das mais importantes da Itália, chegando mesmo a ditar os rumos da política editorial do país (Momigliano, 1993, p. 290-291).

Ao longo dos anos que antecederam à participação da Itália na Grande Guerra, a produção de Benedetto Croce foi extraordinária, tanto se considerada sob o ângulo qualitativo quanto sob o quantitativo. Além das três primeiras partes da *Filosofia dello Spirito* (*Estética, Lógica e Filosofia della pratica*), elaborou *Cio che è vivo e cio che è morto della filosofia di Hegel*, *Problemi di Estetica* [*Problemas de Estética*, 1910], *La filosofia di Giambattista Vico* [*A filosofia de Giambattista Vico*, 1911], os primeiros artigos que deram origem à *Teoria e storia della storiografia* (1911-1913), o *Breviario di Estetica* [*Breviário de Estética*, 1913], além de quatro outros volumes da série *La letteratura della nuova Italia* [*A literatura da nova Itália*, 1914-1915] e centenas de monografias, ensaios, notas críticas e resenhas impressas em *La Critica* ou em outros periódicos italianos e estrangeiros. O próprio autor considerou esse período como o mais fecundo da sua vida intelectual (Croce, 1945, p. 389-390).

1.4 Posições políticas, conservadorismo e relações com o fascismo (1917-1925)

Contrastando com a sua prodigiosa atividade literária, Croce participou escassamente da vida política italiana do primeiro quarto do século XX, não obstante a sua nomeação para o Senado do Reino, em 1910, e o fato de ter integrado o quinto gabinete do *premier* Giovanni Giolitti (1842-1928), como ministro da Instrução Pública, entre junho de 1920 e junho de 1921. Croce estava convencido de que a política era uma atividade necessária, porém, inferior. Como idealista coerente, acreditava com firmeza que as ideias e os seus portadores (os homens da cultura) eram os dirigentes da história. As suas intervenções, no campo da política militante, foram esporádicas e pouco significativas até 1915. A batalha

travada contra a entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, foi cultural e não política. Mais ainda, durante o conflito, posicionou-se mais como defensor da cultura ofendida do que do mundo ensanguentado (Bobbio, 1993, p. 137).

Croce não pertenceu explicitamente a quaisquer dos grupos liberais existentes na Itália antes do advento do fascismo, ao contrário, combateu a ideia e o fato de os partidos permanecerem organizados. O último ponto de vista foi defendido em um artigo denominado "Il Partito come giudizio e pregiudizio" ["O partido como juízo e como preconceito", 1912]. No texto, o intelectual pronunciou-se, então, a favor dos movimentos políticos que não se propusessem a um "programa definitivo", "dogmático", permanente, orgânico, mas que tendessem, em cada oportunidade concreta, à resolução dos problemas políticos imediatos. As simpatias crocianas inclinavam-se para a ala conservadora do liberalismo italiano, reunida em torno do periódico *Giornale d'Italia* (Gramsci, 2023a, p. 422-423).

Ademais, Bobbio (1993, p. 127) destacou que, na condição de restaurador do idealismo italiano, Croce não somente apresentou "ímpeto de conservador", mas foi, no sentido mais amplo e menos estreito da palavra, um conservador (Bonazzi, *in* Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 242-246), ao menos durante o primeiro quarto do século XX. Aqui, impõe-se discutir certas afinidades eletivas que vinculavam Croce a um dos "herdeiros de Maquiavel" (Hughes, 1979, p. 249-277): Gaetano Mosca (1858-1941) – um dos formuladores da denominada "teoria das elites" (Albertoni, 1990), ao lado de Vilfredo Pareto (1848-1923) e Roberto Michels (1876-1935).

Assim como Mosca, por quem nutria grande estima, Croce expressou em seus textos políticos alguns dos temas da grande herança do pensamento conservador, ou, nos

termos da história política italiana, da tradição moderada: 1) o realismo histórico que zomba da conversa dos profetas desarmados; 2) o sentimento da santidade da tradição, do valor da continuidade histórica; 3) a desconfiança ante o progresso irresistível, unida ao amor pelo passado, pelas coisas mortas que vivem no presente e que se constituem como objeto de reverência aos herdeiros do presente, através da memória; 4) uma concepção não pessimista, tampouco otimista e muito menos idílica da história; 5) a ideia segundo a qual o indivíduo não tem nenhum valor ou, se o tem, o fato decorre da obscura função que a providência histórica lhe designou, sem que ele saiba ou dependa da sua vontade; e 6) um profundo sentido da complexidade inextrincável das vicissitudes humanas, já que as fortes paixões valem mais do que as virtudes medíocres, pois os poucos estão destinados ao domínio de muitos (a exemplo das aristocracias que controlam as plebes) e os projetos de emancipação das forças populares, obra dos reformadores incorrigíveis (jacobinos, socialistas, democratas, radicais) não passavam de teias de aranha, fadadas a se desfazerem ao primeiro vento (Bobbio, 1993, p. 127-128).

E mais uma característica do ideário político crociano deve ser aditada: o “grande medo” da revolução social. Uma referência direta a esse temor ficou anotada em um dos ensaios de *Materialismo storico ed economia marxistica*, no qual Croce expressou a sua compreensão para com o pânico de muitos de que a força política do proletariado pudesse culminar em um desenfreamento bestial das massas populares em direção a um imprevisível abalo social, semelhante às *jacqueries* do século XIV, na França, e às guerras camponesas, na Alemanha, nos primórdios das Reformas Religiosas – movimentos ocorridos em períodos nos quais era nula a cultura política das plebes. “O medo, que provém de saber que os movimentos

proletários, quando não instintivos e cegos, podem ser dominados, enquanto a consciência esclarecida pode sofrer derrotas temporárias” (Croce, 2007, p. 95).

Para exorcizar esse pesadelo, Croce depositava toda a sua confiança na preservação do sistema social que havia feito próspero e feliz o “glorioso” século XIX. O posicionamento político crociano pode ser sintetizado nesta sentença lapidar, exposta em *Cultura e vita morale* [*Cultura e vida moral*, 1914]: “Não se trata [...] de criar um novo mundo, mas sim de seguir trabalhando sobre o velho, que é sempre novo” (*apud* Bobbio, 1993, p. 129). Esse “velho mundo” de Croce relacionava-se com o universo, idealizado, do *Risorgimento*, que havia se desenvolvido “como reação contra a orientação francesa, maçônica e jacobina”. O idílio de Croce aparecia como uma era positiva entre dois momentos negativos: o Iluminismo (jacobinismo, enciclopedismo, igualitarismo) e o positivismo, com todos seus contrassensos filosóficos e as conseguintes aberrações políticas e morais (Bobbio, 1993, p. 129-130).

Paradoxalmente, Croce gostava de creditar ao marxismo parcela expressiva do realismo histórico com o qual supria as suas posturas conservadoras. No prefácio à terceira edição de *Materialismo storico ed economia marxistica*, escrito em 1917, examinando as razões objetivas que o conduziram ao estudo do marxismo, ressaltou ter encontrado naquela concepção política as melhores tradições da ciência política italiana, graças à sua firme asseveração do princípio da força, da luta e do poder, além da oposição satírica e cáustica às insípidas teorias do direito natural, anti-históricas e democráticas, contrárias, enfim, aos ideais de 1789. No auge da Primeira Guerra Mundial, Croce agradecia ao velho revolucionário alemão por ter contribuído para torná-lo insensível “às seduções alcinescas [...] da Deusa Justiça e da Deusa Humanidade” (Croce, 2007, p. 10-11).

A entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, em 1915, deixou Croce em uma marcante solidão intelectual, a qual se refletiu nas dúvidas angustiantes acerca do tempo presente e do futuro da civilização europeia, manifestadas na conclusão do *Contributo alla critica di me stesso* (Croce, 1950a, p. 1171-1172). Todavia, esse ostracismo permitiu o estudo das obras dos grandes historiadores e a reflexão acerca dos métodos da História. Pode-se mesmo afirmar que quase toda a produção histórica crociana, até o período em análise, relacionava-se com episódios da história de Nápoles, pouco influenciando sobre a formação dos historiadores italianos. A situação mudou com o aparecimento de *Teoria e storia della storiografia* (1917) e *Storia della storiografia italiana nel secolo decimonono* [*História da historiografia italiana no século XIX*, 1918]. Tanto Croce passou a ser objeto de interesse dos jovens historiadores peninsulares, quanto se preparou para escrever a história ético-política das décadas seguintes (Momigliano, 1993, p. 293).

Nas três décadas seguintes, Croce desempenhou um duplo papel: inicialmente, na primeira metade dos anos vinte, coerente com seu posicionamento político conservador, simpatizou com o movimento e o regime fascista; e, em um segundo momento, de 1925 até 1943, na condição de opositor da ditadura, transformou-se no filósofo da liberdade, no virtual ditador da cultura italiana e no ponto de referência moral para todos aqueles que resistiram, de alguma forma, ao fascismo.

Com efeito, as relações existentes entre Benedetto Croce e o movimento fascista no lapso de tempo ocorrido entre os anos de 1922 e 1925 podem ser interpretadas sob o viés da colaboração tática entre a ala conservadora do liberalismo italiano e os sequazes de Benito Mussolini (1883-1945). Na condição de aliado de Giolitti, Croce endossou o

apoio implícito do antigo *premier* à formação do gabinete fascista de 1922. Acerca do ponto em discussão, Tannenbaum (1975, p. 52) destacou que a resposta de Giolitti e dos seus colaboradores mais próximos ao movimento fascista foi suicida. Em certo sentido, os liberais de velho estilo italianos ainda viviam mentalmente no século XIX e fracassaram na tarefa de interpretar as profundas mudanças engendradas pela Primeira Guerra Mundial na sociedade italiana. Assim, às vésperas da ascensão de Mussolini ao governo, Croce argumentava que o fascismo não era perigoso, já que carecia de um programa. Por seu turno, Giolitti estava convencido de que aquele movimento expressava os anseios das classes médias patrióticas, e que, portanto, jamais desafiaria a lei e a ordem, voltando-se contra o Estado – ademais, os fascistas que o fizessem seriam punidos pelos tribunais. A velha raposa política vislumbrava no fascismo uma força saudável, talvez demasiado impulsiva, mas capaz de ser integrada à estrutura da política liberal. Nas eleições de 15 de maio de 1921, Giolitti, buscando reduzir as chances de sucesso dos adversários (os socialistas e os católicos do Partido Popular Italiano) e aumentar a sua maioria parlamentar, levou os candidatos fascistas ao Bloco Nacional que liderava. Os resultados do pleito foram desastrosos para as ambições do primeiro-ministro, pois, além de darem 35 cadeiras aos fascistas, ensejaram aos camisas-negras visibilidade nacional e o direito de serem vistos, 18 meses depois, como um possível partido de governo. Ato contínuo, Mussolini abandonou a aliança com Giolitti e o experimentado político demitiu-se, em julho do mesmo ano. Em suma, no afã de ser pragmático, Giolitti via os fascistas, mas não o fascismo.

Conforme ajuizou Momigliano (1993, p. 294), ao contrário de 1915, quando se negou a aceitar o golpe de Estado que culminou com o ingresso da Itália na Grande

Guerra, em 1922 e nos anos seguintes, Croce simpatizou com os fascistas. Assim, no Senado, continuou votando com Mussolini, mesmo após o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti (1885-1924), em 10 de junho de 1924. Na mesma linha de colaboração para com o novo governo, entre 1923 e 1924, o intelectual e senador apoiou as reformas introduzidas por Giovanni Gentile, ministro da Instrução Pública, contra todos os ataques dos liberais e socialistas. A própria nomeação de Gentile para o primeiro gabinete fascista foi vista, na época, como um sinal da disposição de Croce em colaborar com o fascismo.

Em sua defesa, Croce argumentou, nas notas complementares ao *Contributo alla critica di me stesso*, escritas em 1950, que, nos primórdios do fascismo, considerava esse movimento como um simples episódio do pós-guerra, com alguns traços de reação juvenil e patriótica, que se dissiparia sem provocar mal e, ao contrário, deixaria atrás de si algum efeito benéfico. Não imaginava que a Itália pudesse perder a liberdade, que havia custado tanto esforço e tanto sangue, a qual sua geração julgava conquistada para sempre. Porém, arrematou, o inverossímil aconteceu e o fascismo, longe de ser um fato transitório, criou raízes e consolidou o seu domínio. No corpo do adendo supracitado, Croce fixou a sua passagem para o campo da oposição na segunda metade de 1924, após uma série de falsas promessas do regime e o esgotamento das esperanças de restituição da liberdade. Convidado pelo liberal Giovanni Amendola (1886-1926), escreveu o que se tornou a primeira condenação efetiva de homens do mundo da cultura ao regime fascista: *Il manifesto degli intellettuali antifascisti* [*Manifesto dos intelectuais antifascistas*], publicado em 1º de maio de 1925 (Croce, 1955a, p. 1172-1174).

1.5 Croce opositor (1925-1943)

Com efeito, o fim da transição para um governo abertamente fascista e os seguidos atos de violência cometidos contra os seus principais opositores, ao longo de 1925, não mais permitiam aos italianos acalentarem ilusões quanto à verdadeira natureza do regime. Em poucos meses, antifascistas de peso, a exemplo de Giovanni Amendola e Piero Gobetti (1901-1926), foram assassinados, outros tiveram de exilar-se, como o historiador Gaetano Salvemini (1883-1957), e muitos, aqui representados por Antonio Gramsci, foram encarcerados. Em abril de 1925, Gentile e seus aliados lançaram o *Manifesto degli intellettuali fascisti* [*Manifesto dos intelectuais fascistas*]. Assim, Croce se converteu, quase da noite para a manhã, no líder máximo da *intelligentsia* opositora ao esboçar o documento que respondia às provocações dos letrados autoritários. Paradoxalmente, o mesmo êxito alcançado pelo fascismo, assassinando, desterrando e prendendo os seus adversários mais ativos, fez de Croce o virtual "ditador" da cultura italiana (Momigliano, 1993, p. 294-295; Bobbio, 1993, p. 226-227).

O manifesto redigido por Croce sustentava três pressupostos básicos: em primeiro lugar, reafirmava o princípio relacionado à autonomia da arte e da cultura face à política; em seguida, condenava os ataques contra a democracia e o liberalismo e a glorificação da força e do irracionalismo, presentes no documento fascista; e, por fim, reafirmava os valores das instituições políticas liberais resultantes do *Risorgimento* e protestava contra a divisão criada pelos intelectuais fascistas em torno dos cidadãos italianos em partidários e inimigos da nação (Croce, 1955b, p. 1056-1160).

Conforme ajuizou Bobbio (1993, p. 225-226), o despertar desse liberalismo de tradição que adormecia em

Croce foi consequência direta da tirania que se abateu sobre a Itália. Consolidada a ditadura fascista, a inspiração liberal-conservadora crociana transformou-se, gradativamente, em uma teoria historiográfica e política do liberalismo, originando uma verdadeira concepção de “história como história da liberdade”. Croce se elevou a uma visão global da história em que o liberalismo não era uma ideologia como as outras, mas o ponto de chegada do pensamento moderno, que oferecia à historiografia um critério de interpretação histórico – o progresso do processo histórico coincide com o avanço da liberdade; a ação prática, um ideal moral – a liberdade como princípio universal de ação política; e a própria realidade, que é história, a explicação da sua força criadora – a liberdade como sujeito da história (Bobbio, 1993, p. 230). Portanto, entre 1925 e 1940, Croce tornou-se a consciência moral do antifascismo italiano, não mais no papel do “restaurador do idealismo”, mas do “filósofo da liberdade”. Assim, o pensamento crociano dos quinze anos iniciais do século XX, marcado por um enfoque apolítico e mesmo antipolítico, preenchido pela construção de um sistema filosófico, metamorfoseou-se em uma obra historiográfica politicamente comprometida.

Uma interpretação complementar para as posturas do Croce opositor insiste nas amplas implicações do seu sistema filosófico de Croce, motivo pelo qual o pensador não poderia ficar isolado do impacto das dramáticas mudanças sociais e políticas da sua época. Croce não estava preocupado apenas em conservar a sua supremacia cultural, pois o entendimento do papel da filosofia: “constituindo uma tentativa de compreender e orientar a experiência histórica concreta da humanidade, o incumbia de chegar a um acordo com os acontecimentos contemporâneos” (Bellamy, 1994, p. 240-241). Logo, as opiniões de Croce experimentaram várias transformações durante a sua longa trajetória. Assim,

pode-se distinguir três períodos difíceis no desenvolvimento do sistema filosófico crociano, diretamente relacionados às suas preocupações políticas mais amplas. No primeiro (1900-1906), Croce foi o *enfant terrible* da filosofia italiana, revoltado contra o positivismo e elogiando os poderes criativos infinitos do gênero humano. Em seguida, veio a fase de contenção e repressão das primeiras ideias (a exemplo da polêmica contra a autoridade institucional), capturadas por um sistema – o historicismo conservador do senador Croce (1907-1924). Finalmente, o momento crucial (1925-1952): “opondo-se ao fascismo, passou a elaborar uma filosofia distintamente liberal e explicitamente relacionada a todo o seu projeto cultural para a ressurreição da ordem liberal” (Bellamy, 1994, p. 241).

A arquitetura da obra crociana, composta durante a era fascista, pode ser disposta em dois grandes blocos: os trabalhos históricos de caráter “ético-político” e os ensaios filosóficos e historiográficos de inspiração liberal. No primeiro, incluem-se: *Storia del regno de Napoli* [*História do Reino de Nápoles*, 1925], *Storia d’Italia dal 1871 al 1915* [*História da Itália de 1871 a 1915*, 1928], *Storia dell’età barocca in Italia* [*História da idade barroca na Itália*, 1929] e *Storia d’Europa nel secolo decimonono*. No segundo, destacam-se: *Aspetti morali della vita politica, Etica e Politica* [*Ética e Política*, 1931], *Orientamenti. Piccoli saggi di filosofia politica, La storia come pensiero e come azione* e *Il carattere della filosofia moderna*.

No conjunto desses volumes, Croce exaltou as conquistas do liberalismo europeu e italiano no século XIX e criticou, por uma via indireta, os principais equívocos teóricos das mentes fascistas (irracionalismo, ativismo desvairado e autoritarismo), que advogavam a tese relativa à morte do ideário liberal. O intelectual elevou o liberalismo ao patamar de religião da liberdade e doutrina metapolítica, concepção total do mundo e da realidade. No decorrer da *Storia d’Europa*

nel secolo decimonono, por exemplo, reafirmou o princípio hegeliano segundo o qual a marcha da história se confunde com a caminhada da liberdade. Criticando indiretamente os pressupostos fascistas, Croce assinalou que a liberdade foi o espírito animador das diversas épocas históricas, o princípio fundamental e o fio condutor das lutas no curso da história. Advertiu que a perda da liberdade sempre foi considerada como causa ou sinal da decadência nas artes, nas ciências, na economia e na vida moral. Aos historiadores, lembrou que o liberalismo proporcionava à historiografia um critério seguro de interpretação do processo histórico, no qual a liberdade aparecia como o próprio sujeito e a força criadora da história. Concluindo, asseverou que o liberalismo não havia perecido, como pressupunham os fascistas, e renasceria, mesmo quando se apresentasse incompreendido e esquecido (Croce, 1965, p. 7-21, 307-316).

No ensaio “Liberalismo e liberismo” (1928), Croce precisou o seu conceito atinente ao ideário liberal. Polemizando com o economista Luigi Einaudi (1874-1961), sustentou que o *liberalismo* era um ideal ético e político, enquanto o *liberismo*, apenas um legítimo princípio econômico. O conflito entre as concepções anteriormente citadas surgia quando se atribuía ao segundo elemento o valor de regra ou lei suprema da vida social, colocando-o, dessa forma, à altura do primeiro. O resultado de tal inversão era a transformação do ideal ético do liberalismo em uma moral econômica hedonista e utilitária, voltada somente para a satisfação máxima dos prazeres individuais ou da sociedade compreendida como reunião e média dos indivíduos. Assim, o primado sobre a vida moral deveria caber ao liberalismo, que tratava dos problemas econômicos da sociedade à luz da ética. Portanto, a liberdade deveria ser orientada à promoção da vida espiritual na sua totalidade, presente nos elementos

morais que compunham a existência social (Croce, 1936a, p. 47-53).

Embora o liberalismo, visto sob a ótica crociana, aprovasse a maioria das exigências e das providências do liberismo – não por razões utilitárias, mas movido por princípios éticos – o primeiro ideal poderia ser compatível com outros sistemas econômicos (inclusive o socialista). Essa conclusão contribuiu para alimentar uma forma singular de concepção política denominada “liberal-socialismo” ou “socialismo liberal”, que criou raízes na política italiana, entre décadas de 1920 e 1940 (Tranfaglia, *in* Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 705-708). Sob essa perspectiva é que se deve compreender a ascendência dos pontos de vista crocianos sobre movimentos antifascistas como *Rivoluzione liberale* (Revolução liberal), idealizado por Piero Gobetti, *Giustizia e libertà* (Justiça e liberdade), fundado por Carlo Rosselli (1899-1937), e *Liberalsocialista*, dos professores Aldo Capitini (1889-1968) e Guido Calogero (1904-1986), grupos que convergiram para o *Partito d’Azione* (Partido de Ação), operante entre os anos de 1942 e 1947, um dos braços políticos da Resistência, que possuiu entre os seus fundadores Norberto Bobbio (1909-2004), filósofo, politicólogo e senador vitalício da República Italiana (Anderson, 1996, p. 9-66; Rêgo, 2001; Rosselli, 1988; Treves, 1944, p. 99-124).

Croce manteve as suas atividades intelectuais durante a vigência da era fascista, não obstante a ação da censura, a espionagem, as ameaças e os atos de violência dos partidários da ditadura, inclusive a invasão da sua casa, em Nápoles (Croce, 1955a, p. 1172-1173). No que concerne ao governo, este permitiu que o pensador mantivesse o seu trabalho, embora condicionado a algumas regras não escritas. Mussolini permitiu que *La Critica* circulasse, sob a condição de não publicar ataques políticos diretos ao fascismo. O *Duce* lia

atentamente os livros e os artigos crocianos e, ainda, julgava conveniente manter ativa uma publicação anticomunista, anticlerical e, após 1933, antinazista. Algumas dessas regras eram bem aceitas pelo intelectual, outras não (Momigliano, 1993, p. 295).

Contra os esforços do fascismo para desterrar intelectualmente Benedetto Croce, o filósofo exerceu, durante os anos da ditadura, uma influência muito maior do que aquela representada por outros intelectuais, a exemplo de Giovanni Gentile, expressando o fato em discussão a suprema ironia da vida cultural nesse período. Apesar dos esforços do regime e dos seus partidários para suscitem uma "cultura fascista" e de buscar impô-la nas escolas, na imprensa e nos institutos, eles não lograram originar um arcabouço cultural próprio. Essa consideração não implica afirmar que, durante os anos do regime, tenha deixado de existir uma vida cultural intensa, nem que a mesma tenha sido efêmera. Entretanto, a cultura do período fascista foi crociana (Bobbio, 1993, p. 225).

Uma censura admissível ao magistério moral e político do Croce opositor diz respeito ao fato de o mesmo jamais ter proposto uma saída clara para superação do fascismo, preferindo entregá-la à ação da misteriosa Providência. Daí o porquê da sua concepção de "história como história da liberdade" ser essencialmente fatalista. Não obstante, as suas ideias relacionadas à exaltação da liberdade e à autonomia da arte foram aceitas pelo conjunto das forças políticas que deram sustentação à Resistência (liberais, democratas cristãos, socialistas e comunistas). Os princípios crocianos funcionaram como um elemento de ligação entre tais matizes ideológicos. Assim, Croce tornou-se o guia espiritual dos jovens intelectuais antifascistas, para os quais a oposição do regime nascia de um ato de impulso moral, sendo político

na exata medida em que expressava uma ação de rebeldia contra a ditadura e uma negativa de obediência ao tirano (Momigliano, 1993, p. 296; Bobbio, 1993, p. 236-237).

1.6 Os últimos anos (1943-1952)

Com a queda do fascismo, em julho de 1943, Croce participou do Comitê de Libertação Nacional, da formação dos primeiros governos de unidade antifascista, como ministro sem pasta, e da refundação do Partido Liberal, agremiação que presidiu até 1947, exercendo os mandatos de deputado e senador. Ao completar oitenta e dois anos, retirou-se da vida pública. Todavia, manteve a rotina de erudito, publicando obras que discutiam as relações entre os conhecimentos histórico e filosófico, dentre as quais *Filosofia e storiografia* [*Filosofia e historiografia*, 1949] e *Storiografia e idealità morale* [*Historiografia e idealidade moral*, 1950]. Dedicou-se, ainda, a partir de 1945, à reestruturação da sua revista, agora denominada *Quaderni della Critica* (*Cadernos da Crítica*). E, finalmente, em 1946, suas reflexões de caráter historiográfico passaram a contar com o suporte do *Istituto di studi storici* (Instituto de Estudos Históricos), na sua bem-amada Nápoles (Hughes, in Sills, 1972, p. 518-519).

Segundo Momigliano (1993, p. 297-298), com o fim da Segunda Guerra Mundial e o conseqüente retorno à liberdade de expressão e da livre circulação das ideias, os aspectos antiquados e reacionários da atitude de Croce passaram ao primeiro plano. No final dos anos 1940, a publicação das notas de Gramsci acerca do antigo mestre – significativamente presentes em *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* [*O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*, 1948] e *Gli intellettuali e la organizzazione della cultura* [*Os intelectuais e a organização da cultura*, 1949] – e

as suas agudas observações sobre determinadas atitudes do filósofo da liberdade, a exemplo do “papado laico” exercido sobre a cultura italiana, circularam amplamente. Porém, observou-se muito pouco que a indiferença de Gramsci em relação às ciências naturais, à Antropologia e, inclusive, à Economia era resultado da influência crociana. Por outro lado, a preocupação dominante dos últimos anos de Croce foi o combate ao comunismo, formalizando o contraste entre o seu sistema filosófico e o de Marx.

Por fim, a recusa sistemática do filósofo em examinar com profundidade a experiência fascista sobre a sociedade italiana reforçou as suspeitas sobre o conservadorismo do seu sistema de ideias e das posições políticas que dele derivavam. Buscando minimizar o impacto do fascismo, Croce o encarava como sintoma de uma “decadência moral” temporária do liberalismo no primeiro quarto do século XX, vitimado pela Primeira Guerra Mundial. Portanto, o fascismo não passara de uma “doença moral” europeia, da qual a Itália poderia se recuperar em pouco tempo (De Felice, 1978, p. 35-36, 257-258).

“O que é em nossa História um parêntese de vinte anos?” (*apud* Paris, 1993, p. 106), questionou Benedetto Croce, em 1944. Após a libertação da Itália, Croce julgou inconcebível a ideia de escrever a história do fascismo, movimento pelo qual afirmava sentir viva aversão. “Repugna-me e fatiga-me falar ainda do fascismo”, observou, em 13 de outubro de 1945, no seu diário (*apud* De Felice, 1978, p. 253). Em fevereiro de 1946, respondendo a um convite para redigir essa história, observou: “Não a escrevi e não a escreverei, porque odeio de tal maneira o fascismo que me proíbo de pensar sequer a sua história” (*apud* De Felice, 1978, p. 253). Entretanto, em março de 1950, retornando ao tema, no artigo intitulado “L’obiezione contro la ‘Storia dei propri tempi’” (“A objeção

contra a 'História dos próprios tempos'), protestou contra os que apresentavam o fascismo somente como um de momento de negatividade e pessimismo. Segundo o autor, contra essa imagem de um "quadro completamente negro" e de vergonha e erro, dever-se-ia buscar converter o momento supracitado à positividade da história, até mesmo fazendo justiça aos que aderiram ao fascismo movidos por sentimentos nobres e generosos, embora não apoiados pela necessária crítica, como acontece aos espíritos jovens e imaturos (Croce, 1950, p. 107-116).

Ao falecer, em 20 de novembro de 1952, aos oitenta e seis anos, Benedetto Croce deixou a impressão de não haver dito tudo que queria dizer.

Capítulo 2

Croce, Vico, Hegel e Marx: afinidades eletivas e antinomias

Neste capítulo, procuro identificar e analisar os elementos teóricos basilares que deram forma à teoria da historiografia de Benedetto Croce e, especificamente, possibilitaram sustentar a tese atinente à contemporaneidade de toda verdadeira história. A partir das referências investigadas, argumento que o sistema filosófico e a teoria historiográfica crociana abarca, essencialmente, um espectro de concepções presentes em três distintas abordagens sobre o conhecimento histórico, a saber: a tradição historiográfica italiana (principalmente o historicismo de Giambattista Vico); a filosofia hegeliana da história; e as reflexões especificamente históricas de Marx. Portanto, o que se pode denominar de teoria crociana da historiografia resultou da sistematização dos seus estudos sobre os três pensadores supracitados, na qual o formulador da *Filosofia dello spirito* decidiu “o que estava vivo e o que estava morto” em tais concepções. Assim, a determinação do que estava vivo e o que estava morto nos sistemas de pensadores que o precederam foi uma operação executada com insistência por Croce. Na condição de árbitro automeado do gosto pelo moderno humanismo europeu, ele se sentia compelido a demonstrar, com frequência incomum, a sua capacidade analítica, inclusive definindo o que ainda vivia e o que havia perecido em qualquer atitude que diferisse da sua. Contudo, taticamente, negava que existisse alguém capaz de adivinhar o que estava vivo e o que estava morto em seu próprio sistema, pois “sua filosofia era quintessencialmente um *organon* de ‘crítica’, uma filosofia crítica *par excellence*; daí ser ela, além de crítica de outras filosofias, crítica também de si mesma, e daí precaver-se contra

o 'falso otimismo' e o 'falso pessimismo' que haviam jogado por terra todos os sistemas anteriores" (White, 2019, p. 387).

No interior da determinação anteriormente referida, Croce fixou precisamente uma hierarquia dos sistemas filosóficos do pensamento ocidental, na qual sua *Filosofia dello spirito* aparecia como a culminância daquele. Assim, reconhecer a influência preponderante de Vico, Hegel e Marx sobre a obra historiográfica crociana não significa menosprezar ou negar o papel análogo representado por outros sistemas de pensamento, a exemplo do neokantismo alemão do final do século XIX, mas sublinhar a centralidade daquelas sistematizações na construção de uma teoria da crociana da historiografia. No que se refere ao neokantismo, conforme assinalado no capítulo anterior, sabe-se que uma parcela da obra crociana respondeu aos desafios da chamada "crise do historicismo", aqui identificada com as discussões sobre a natureza do conhecimento histórico, às quais Dilthey, Windelband, Rickert e Simmel ofereceram aportes relevantes. O interesse de Benedetto Croce na discussão sobre o estatuto epistemológico da História, conforme exposto em *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, é esclarecedora acerca dos influxos dos pressupostos do neoidealismo teutônico sobre as suas reflexões teóricas e metodológicas. A esse respeito, a própria insistência em provar a utilidade e a validade do conhecimento histórico em *Teoria e storia della storiografia* (Croce, 1941, p. 3-6) é um indício da ascendência de certos pontos de vista neokantianos sobre o pensador italiano. Segundo Gardiner (1995, p. 326), Croce, por vezes, deu a impressão (talvez não inteiramente voluntária) de admitir que a validade dos juízos históricos era verificável subjetivamente, mediante a um apelo à experiência interna ou à "intuição" do historiador. Essa característica o remeteria, outra vez, para as searas do idealismo alemão do final do

século XIX, ancorado na crença de que o entendimento da História se processava através da empatia.

Não obstante o registro de tais influxos, o aspecto que desejei ressaltar na formação da teoria da historiografia de Benedetto Croce foi a sua especificidade italiana. A respeito do ponto em discussão, deve-se recordar que o movimento historicista não foi, evidentemente, um bloco monolítico de ideias. Não sem razão, distinguiu-se o historicismo alemão do italiano, representado por Croce (Barraclough, 1980, p. 30). Assim, não é implausível destacar que Croce fundamentou os alicerces da sua teoria, essencialmente, a partir das discussões com os sistemas de Vico, Hegel e Marx. Os influxos dos três filósofos na elaboração da *Filosofia dello spirito* foram reconhecidos, em diversas ocasiões, pelo próprio autor. A esse respeito Hughes (1979, p. 206) estabeleceu até mesmo uma hierarquia das influências da trindade sobre o sistema filosófico crociano, que acompanharia a seguinte ordem: Vico, Marx e Hegel.

Finalmente, as incursões de Benedetto Croce nas obras dos filósofos supracitados resultaram em três livros, que ocupam lugar de relevo na sua teoria da historiografia: *Materialismo storico ed economia marxistica*, *Ciò che è vivo e ciò che è morto della filosofia de Hegel* e *La filosofia de Giambattista Vico*. Portanto, nutrindo-se das porções vitais dos sistemas construídos por esses pensadores – ao mesmo tempo em que desprezava, ignorava e suprimia os seus elementos mortos – Croce pôde sustentar a tese da historiografia como pensamento vivo e contemporâneo.

2.1 Croce e Vico

Algumas vezes, destacou-se que uma das linhas mestras da história italiana e a chave por excelência da

unidade cultural peninsular é representada pelo conjunto da sua historiografia. O conhecimento que moderna e contemporaneamente denominamos História nasceu na Itália, ou ainda, mais especificamente, na região da Toscana, entre os séculos XII e XVI. Desde a sua origem, essa escrita foi sempre mais do que um conjunto de meros relatos ou uma celebração ou, ainda, uma reunião de curiosidades disparatadas, como sucedia às suas congêneres europeias. Já no seu ponto de partida, a historiografia italiana estava – e assim permaneceria – intimamente ligada à consciência civil, política e moral, expressando uma tensão, dialética para alguns e insuperável para outros, entre a sociedade e as instituições, o indivíduo e a coletividade. Assim, em cada época da história italiana – do apogeu de Florença, Gênova e Veneza, no final da Idade Média, ao declínio do século XVI, passando pelo *Risorgimento* e pela unificação – a historiografia foi levada a exprimir as necessidades e as esperanças das novas forças sociais, e, posteriormente, a traduzir, no plano das ideias, a sua inevitável decepção (Aymard; Vivanti, *in* Burguière, 1993, p. 458; Saitta, 1996, p. 200-217).

A essa solicitação permanente e continuamente renovada, a historiografia italiana deve também uma indiscutível (e profícua) singularidade de organização e funcionamento. Decorrem dessa característica as trocas permanentes com a literatura, a filosofia e a política. A historiografia italiana apresentou uma mistura variável de abertura para a Europa e para o mundo e de refúgio na península. Assim, por parte dos maiores historiadores, havia a recusa da especialização em um período cronológico estritamente definido. Não havia um caminho de contorno pelo passado que não reconduzisse o historiador ao presente – a sua verdadeira paixão – e sem que ele tivesse necessidade de se justificar. A erudição mais

exigente preparou o historiador italiano para um engajamento político ou religioso. De tal modo, o conhecimento histórico ganhou uma rara liberdade de comportamento (Aymard; Vivanti, in Burguière, 1993, p. 458).

Benedetto Croce foi um profundo conhecedor da historiografia do seu país. Na verdade, antes de se aventurar pelas searas da filosofia e da estética, o intelectual foi um estudioso dos episódios relacionados à história de Nápoles. Essa vinculação com a escrita da história peninsular não cessou de crescer ao longo da extensa trajetória crociana. No manancial da historiografia italiana, Croce bebeu na fonte das reflexões sobre a História do napolitano Giambattista Vico. Uma das interpretações possíveis acerca da influência de Vico na obra de Croce é que, na *Scienza Nuova* [*Ciência Nova*, 1725], delineou-se a filosofia de um “historicismo absoluto”, representado, essencialmente, pelo princípio de que o verdadeiro é o fato (*verum ipsum factum*), antecipando a identidade hegeliana, retomada por Croce, entre o real e o racional (Aymard; Vivanti, in Burguière, 1993, p. 461).

Nas páginas do *Contributo alla critica di me stesso*, Croce assinalou que leu, pela primeira vez, a *Scienza Nuova* em 1892, em um período que antecedeu à recepção dos influxos do hegelianismo e do marxismo (Croce, 1945, p. 380). Por outro lado, muito embora *La filosofia de Giambattista Vico* seja posterior à publicação dos ensaios sobre o marxismo e da monografia sobre Hegel, esse detalhe não indica uma influência teórica menor do pensador napolitano do século XVIII nos fundamentos da teoria crociana da historiografia, conforme precisou, em diferentes oportunidades, o próprio autor. Croce não escondia a sua preferência pelo *philosophus italicus*, quando confrontado com os demais pensadores. Como destacou Burke (1997, p. 13.), para Croce, Vico foi nada mais, nada menos, do que o século XIX em embrião.

Ao lado de Fausto Nicolini (1879-1965), Croce participou diretamente da segunda redescoberta da obra de Vico, ocorrida nos primórdios do século XX – a primeira, registrada no século anterior, fora patrocinada pelo historiador francês Jules Michelet (1798-1874). A influência dos pontos de vista de Croce sobre os estudos de Vico, na centúria passada, é tão significativa a ponto de se poder afirmar, com uma certa dose de exagero, que o viquianismo moderno pode ser descrito, em termos gerais, como crociano, posto concentrar-se nas qualidades estritamente epistemológicas do seu herói. Sob a perspectiva em foco, o viquianismo não passaria de uma nota de rodapé do princípio cristão do *verum et factum convertuntur* (“conheço porque faço, faço porque conheço”), que o pensador de Nápoles tomou de empréstimo da teologia agostiniana e venerou como ponto cardeal do conhecimento histórico, segundo o qual os seres humanos conhecem melhor o que eles mesmos fizeram – a história – e não o mundo da natureza – obra de Deus (Merquior, in Tagliacozzo, 1990, p. 364).

Nas análises historiográficas que se sucederam desde o século XIX, configuram-se, pelo menos, duas abordagens sobre a obra de Giambattista Vico: por um lado, o filósofo napolitano foi interpretado como teórico do processo histórico em si mesmo e, por outro, como um dos fundadores da História, aqui pensada sob a condição de conhecimento racional, de ciência histórica. Logicamente, a segunda perspectiva foi muito mais popular entre os historiadores. No âmago do segundo renascimento de Vico, capitaneado por Croce e Sorel, a teoria do *corso* e *ricorso*, ou seja, dos ciclos históricos, foi menosprezada, enquanto as reflexões sobre o conhecimento histórico foram aclamadas. No que diz respeito a Croce, a supressão do princípio do *corso* e *ricorso* decorreu do fato de que ele o considerava um imbróglio conceptual,

uma “lei” muito vulnerável da marcha da história. Assim, o interesse crociano fixou-se na ideia de conhecimento histórico existente em Vico (Merquior, *in* Tagliacozzo, 1990, p. 364; Jacobitti, *in* Tagliacozzo, 1990, p. 343-344).

Como já mencionado anteriormente, no conjunto da obra crociano, o seu inventor acolheu determinados elementos das reflexões viquianas, ao mesmo tempo em que recusou outros não compatíveis com o seu sistema filosófico. Em primeiro lugar, Croce buscou inserir a obra de Vico no contexto mais amplo do pensamento moderno, iniciado pelo Renascimento. Assim, tornou Vico mais amplamente conhecido, apresentando-o como um “moderno” e o transformando em um “historicista”. Em seguida, percebeu, na *Scienza Nuova*, uma resposta à “filosofia mecânica” cartesiana, estabelecendo uma analogia com a “rebelião antipositivista” desencadeada pelos historicistas alemães do final do século XIX (Dilthey, Windelband etc.). Finalmente, ignorou e isolou os pontos de vista de Vico com os quais não simpatizava e que forneciam premissas aos métodos históricos derivados do positivismo, especialmente a preocupação viquiana pela comparação, pela generalização e pelo sistema, além da afirmação da existência de leis que norteavam o desenvolvimento social (Burke, 1997, p. 103-104).

Croce gostava de comparar os pontos de vista de Vico às reflexões filosóficas desenvolvidas por Hegel. Por exemplo, nas páginas de *Ciò che è vivo e ciò che è morto nella filosofia di Hegel* estabeleceu instigantes paralelos entre o filósofo alemão e o pensador de Nápoles. Para Croce, Vico fora um precursor da lógica hegeliana, não somente por pensar dialeticamente a vida e a história, bem como por ser avesso à lógica formal aristotélica e à matemática e à física cartesianas. Por outro lado, Vico fundara uma lógica da imaginação (poética) e da História (baseada no princípio da

fidedignidade). Para complementar, o filósofo do século XVIII concedeu importância à lógica indutiva da observação e da experiência, pressentindo uma dialética mais concreta (Croce, 1933b, p. 37). Croce recordou ainda que tanto Vico quanto Hegel contribuíram para a dessacralização do conhecimento histórico com as suas doutrinas não religiosas. No que diz respeito ao pensador napolitano, ele estabeleceu o princípio segundo o qual o verdadeiro se identifica com o feito, e os seres humanos somente podem conhecer genuinamente que o fizeram. Assim, atribuiu aos indivíduos plena consciência do mundo humano, posto ser obra sua, ao passo que devolveu a Deus o conhecimento do universo natural restante, criação divina e cuja ciência somente lhe pertencia. Croce via, nesse ponto, uma limitação, um obstáculo, ao enunciado revolucionário que seria estender o princípio aplicado ao mundo humano a todo o real (Croce, 1933b, p. 62-63).

Segundo Croce, do mesmo modo que Hegel opunha-se às posturas anti-historicistas dos enciclopedistas e dos cultores do *Aufklärung*, Vico batalhou contra os princípios idênticos do cartesianismo, e possuía, não menos do que Hegel, o conceito relacionado à "astúcia da razão", a que denominava "Providência Divina". Por último, vale assinalar que tanto o primeiro quanto o segundo pensador conceberam a filosofia como uma "história eterna ideal", sobre a qual se processam, no tempo, as histórias particulares. Para Croce, diante de tantas semelhanças, era de admirar que Hegel (ao menos no período em que compunha a sua *Fenomenologia do Espírito*) não houvesse conhecido a *Scienza Nuova*, escrita quase cem anos antes (Croce, 1933b, p. 63-64, 66, 74-75).

Segundo ainda Croce, não obstante as coincidências anteriormente destacadas, Vico levava uma enorme vantagem sobre Hegel, considerados os juízos críticos adotados por Croce para determinar o que estava vivo e o que estava morto na

obra desses pensadores: ao contrário do filósofo de Stuttgart, Vico não fora corrompido pela filosofia da história. Sem dúvida alguma, Croce enxergava, tanto em um quanto em outro, os verdadeiros precursores do historicismo – inclusive do seu *storicismo assoluto*. No *Contributo alla critica di me stesso*, por exemplo, reconheceu, nos dois pensadores, os “grandes antepassados” da *Filosofia dello spirito* (Croce, 1945, p. 402-403). Por outro lado, recusava a ideia de que o autor da *Scienza Nuova* fosse um filósofo da história, nos moldes sobre os quais esse gênero se desenvolveu nos séculos XVIII e XIX. Nas páginas de *La storia come pensiero e come azione*, assinalou que no pensamento histórico viquiano permaneceu estranha a atitude de filosofar e mitificar o curso cronológico da história, procurando, ao contrário, as “modificações na mente” que governam perpetuamente o processo histórico. Assim, tratava-se de um grave erro colocar a obra de Vico à frente da linha da filosofia da história germânica, constituída substancialmente por uma formação mitológica (Croce, 1973, p. 131). Portanto, segundo a perspectiva crociana, Vico não fora um filósofo da história de índole hegeliana.

Ao ressaltar as semelhanças entre Vico e Hegel, Croce, na verdade, implementava uma interessante estratégia de *viquianização* do hegelianismo. Ademais, um outro elemento do pensamento de Vico serviu como uma arma poderosa na guerrilha crociana contra as pretensões dos positivistas de reduzirem a historiografia aos métodos das ciências naturais. Embora acompanhasse de perto e com especial atenção a “rebelião antipositivista” dos pensadores alemães do final do século passado, Croce sabia (conforme declarou a Windelband) que Vico havia precedido os teutônicos na batalha contra o pensamento abstrato, anti-histórico e naturalista derivado do Iluminismo. Assim, impressionado com as analogias entre a resistência de Vico ao cartesianismo e a revolta dos

historicistas europeus contra o positivismo, Croce procedeu a retomada do princípio viquiano relacionado ao *verum ipsum factum* (Burke, 1997, p. 103-104).

Segundo Gardiner (1995, p. 12-13), o interesse de Vico pela história ligava-se a uma determinada teoria do conhecimento. Portanto, acreditava, para se conhecer realmente a natureza de qualquer coisa era necessário tê-la feito. Ao contrário do mundo dos objetos e dos acontecimentos naturais, criados por Deus, o “mundo das nações” – ou história humana – foi construído pelos homens. A história se constituía em algo que os seres humanos poderiam conhecer. Dentro dessa linha de raciocínio, Vico teria estabelecido uma linha divisória entre a História e as ciências da natureza, além de buscar uma caracterização dos aspectos distintivos da indagação historiográfica frente aos demais ramos do conhecimento. Assim, as reflexões de Vico sobre o caráter do conhecimento histórico apresentaram consequências capitais. O que hoje denominamos processo histórico poderia ser compreendido pelos indivíduos, mas somente através do esforço imaginativo e do discernimento crítico, que seria possível tornar transparentes as provas e as fontes históricas, recuperando as formas de pensar e de sentir que elas encerram.

Em suma, conforme asseverou o próprio Vico, um princípio indubitável da *Nova Ciência* dizia respeito ao fato de que o mundo das nações fora certamente feito pelos homens e, por esse motivo, as razões para a sua existência deviam ser encontradas no interior da própria mente humana. Assim, a história não poderia ser mais certa do que quando o homem, construtor de todos os objetos desse mundo, também os descreve. Dessa forma, estava justificado o princípio do *verum ipsum factum*, prenhe de consequências para a escrita da história dos séculos XIX e XX (Vico, 1974, p. 184; Gardiner, 1995, p. 26).

No que se refere à tese crociana atinente à contemporaneidade de toda verdadeira história, essa, seguramente, alimentou-se do princípio do *verum ipsum factum*. No corpo de *La storia come pensiero e come azione*, sob o pretexto de discutir a certeza e a verdade histórica contidas nos documentos e testemunhos, Croce sublinhou a necessidade de ultrapassar o nível do “possível” no contato com os registros históricos através de um viés claramente viquiano. Mais ainda, compreendendo a noção de documento a partir de uma visão ampla, destacou que os registros históricos, recolhidos de vez em quando ao espírito do historiador, adicionados às capacidades adquiridas e aos seus pensamentos e sentimentos, tornam possível o conhecimento do acontecido através de uma espécie de anamnese platônica, ou antes, em virtude do princípio formulado por Vico da conversão do verdadeiro no feito, pela qual o homem, que criou a história, a conhece perpetuamente, recriando-a no pensamento (Croce, 1973, p. 104-105). Para Croce, toda a historiografia não se baseava em nada mais do que nesses “documentos vivos”.

Portanto, as concepções viquianas forneceram um argumento espetacular para Croce sustentar a autonomia do conhecimento histórico frente às investidas dos positivistas, que desejavam reduzir a História aos critérios metodológicos derivados das ciências naturais. Na mesma perspectiva, não se trata de um hipótese descabida admitir a possibilidade de Croce ter vislumbrado no *verum ipsum factum* um princípio interpretativo, por excelência, do conhecimento histórico. Conforme esse cânone, a história é perpetuamente escrita no pensamento dos homens, consubstanciando, dessa maneira, a tese segundo a qual toda a verdadeira historiografia é história viva e contemporânea.

2.2 Croce e Hegel

Benedetto Croce foi o mais representativo teórico do neo-hegelianismo do século XX. Essa afirmativa transformou-se em um lugar-comum entre os intérpretes da obra crociana. Houve até quem afirmasse que o croceanismo era o hegelianismo do século XX e que, para os italianos, “ser herdeiros da filosofia clássica alemã significa ser herdeiros da filosofia crociana, que representa o momento mundial hodierno da filosofia clássica alemã” (Gramsci, 2023a, p. 306). Afinal, a obra do pensador italiano apresenta paralelos com a do filósofo alemão, da mesma forma que Hegel, Croce elaborou uma visão de mundo claramente idealista, centrada no conceito de que o próprio Espírito é história. Ambos os pensadores possuíam um saber enciclopédico e produziram tratados sobre áreas tão distintas quanto a estética, a lógica e a historiografia. No entanto, Croce jamais admitiu claramente ter sido um adepto incondicional das teses do filósofo de Stuttgart. No caso de serem concedidos créditos às observações anotadas em *Ciò che è vivo e ciò che è morto della filosofia di Hegel* e no *Contributo alla critica di me stesso*, o pensador italiano jamais foi um “hegeliano”, ou ainda, precisando melhor a sentença negativa, era tão hegeliano quanto platônico, aristotélico, cristão, viquiano, cartesiano, kantiano etc. (Croce, 1933b, p. 188; Croce, 1945, p. 402).

As razões da resistência crociana em assumir a herança hegeliana necessitam ser bem avaliadas e discutidas mais pacientemente. Uma das pistas estaria no caráter singular experimentado pelas concepções hegelianas na Itália durante o *Risorgimento*, referidas no primeiro capítulo. Nas páginas do *Contributo*, ao examinar as influências teóricas que nortearam decisivamente a sua trajetória intelectual, Croce destacou que o hegelianismo, verdadeira tradição doméstica

legada pelo parente Bertrando Spaventa, não passou de “mera conjectura” ou “falsa imaginação”. Mesmo quando estudou em Roma, podendo ter nas mãos os livros de autoria de Spaventa que interpretavam o pensamento de Hegel, a impressão não foi nada positiva. A leitura dessas obras, longe de iniciá-lo no universo do hegelianismo, contribuíram para afastá-lo daquele sistema filosófico. Segundo Croce, duas razões colaboram decisivamente para essa tomada de posição: por um lado, o seu mestre Labriola era, ao mesmo tempo, discípulo de Johann Friedrich Herbart (1776-1841) e adversário de Hegel; por outro, não encontrava satisfação nenhuma nas obras do parente que, ademais, eram rechaçadas por sua forma abstrata, árida e obscura. Para concluir, o jovem Croce, despreparado filosoficamente, tinha o seu pudor de intelectual turvado pela filosofia hegeliana da história (Croce, 1945, p. 396-398).

Segundo Croce, o germe do hegelianismo chegou ao seu pensamento muito mais tarde, através do marxismo. Assim, sob a orientação de Labriola, percebeu quanto da realidade histórica se mesclava com os diversos conceitos arbitrários e artificiais da filosofia hegeliana. De toda sorte, ressaltou o autor do *Contributo*, mesmo o Hegel que se apresentava através dos olhares de Marx e Engels recebeu uma acolhida cautelosa e crítica, já que, à essa época, buscava purificar o materialismo histórico dos resíduos do apriorismo abstrato, provenientes da filosofia da história e do evolucionismo (Croce, 1945, p. 398-399).

Anos mais tarde, Croce estabeleceu novos contatos com o hegelianismo através da sua colaboração e amizade com Giovanni Gentile. Entretanto, este era adepto da tese hegeliana relacionada à unidade entre a filosofia e a história da filosofia, concepção que aquele rejeitava. Mesmo sem conseguir persuadir totalmente o amigo, Gentile o convenceu

da justeza de alguns dos seus argumentos. Croce, por seu turno, aceitou as premissas hegelianas do companheiro ao seu modo e em conformidade com um conceito pessoal de Espírito, do qual a filosofia é um momento. Assim, no corpo da segunda edição da *Logica*, emergiu, pela primeira vez, a fórmula relacionada à identidade entre a filosofia e a historiografia, reconhecidamente uma tese de importância capital para a teoria crociana da história (Croce, 1945, p. 399, 405; Croce, 1933a, p. 6-9).

Nas páginas do *Contributo*, retomando a crítica realizada na monografia sobre Hegel, Croce assinalou que a *Filosofia dello spirito* não representava o prosseguimento, mas a total reversão do hegelianismo. Assim, o sistema crociano negava todos os aspectos de transcendência e panlogismo presentes na filosofia da história de Hegel: a distinção entre Fenomenologia e Lógica; as construções dialéticas das filosofias da natureza e da história; a tríade de *Logos*, Natureza e Espírito. Em contrapartida, Croce entendia o Espírito como única realidade na qual a Natureza não passava de um aspecto da própria dialética espiritual (Croce, 1945, p. 402-403).

Cerca de vinte anos depois, em *La storia come pensiero e come azione*, Croce procurou fixar a diferença da identidade hegeliana entre filosofia e História e a fórmula semelhante por ele empregada. Segundo o pensador italiano, Hegel pretendia resolver a História na filosofia, concedendo-lhe o caráter de um sistema que se desenvolve e se cumpre no tempo. Sob a perspectiva crociana, ao contrário, a filosofia era incorporada pela História enquanto momento abstrato do pensamento histórico e seus sistemas como princípios historicamente transitórios e, da mesma forma que todo ato histórico, de eterno valor (Croce, 1973, p. 245-246).

As especificidades do "hegelianismo crociano", anteriormente expostas, justificam, em parte, as negativas do

seu autor em admitir que, em alguma oportunidade, mesmo quando estudou as obras do mestre alemão, tenha sido seu seguidor. Entretanto, existe outro elemento que deve ser levado em consideração no que concerne às contribuições de Hegel para a teoria da historiografia de Croce: a mediação representada pelo historicismo de Giambattista Vico. A esse respeito, Jacobitti (*in* Tagliacozzo, 1990, p. 342), discorrendo acerca da recepção do filósofo alemão, na Itália do século XIX, sublinhou que o pensamento de Hegel não sobreviveu intacto às especificidades peninsulares, sendo imediatamente “viquianizado”. Assim, de maneira bastante precoce, mesmo os mais entusiasmados neo-hegelianos entenderam que, não obstante os aportes para a luta do *Risorgimento*, a filosofia de Hegel continha em si um cavalo de Tróia: a história, segundo os hegelianos, não era obra do homem, mas de Deus. Essa concepção contrastava fortemente com a mensagem de Vico, segundo a qual o mundo das nações certamente foi construído pela mão humana. A visão transcendental de Hegel foi posta de lado, por estudiosos como Francesco De Sanctis, e prontamente substituída pela perspectiva eminentemente imanentista de Vico. Portanto, a crítica à visão teologizante e transcendente da história já estava presente na tradição neo-hegeliana da Itália muito antes de Croce decidir analisar o que estava vivo e o que havia perecido no sistema de Hegel. Esse imanentismo e seu conseqüente repúdio a toda transcendência constitui a essência da filosofia italiana e a herança direta do viquianismo.

Para uma visão mais sistemática acerca das considerações elaboradas por Croce sobre a filosofia da história de Hegel e das contribuições do hegelianismo para a sua teoria historiográfica, faz-se necessária uma incursão no ensaio *Cio che è vivo e cio che è morto della filosofia di Hegel*. No trabalho em apreço, o autor italiano não pretendeu

realizar uma exposição completa do sistema hegeliano, ou mesmo da sua doutrina lógica, mas centrar o foco sobre o que considerava a parte mais característica da obra do filósofo alemão, bem como sobre os novos aspectos de verdade por ele revelados, da mesma forma que apontar os erros nos quais se enredou. Na perspectiva de valorizar a porção viva do sistema hegeliano, Croce assinalou que o princípio dialético relacionado à identidade entre o real e o racional, ou seja, a simbiose entre o fato e a ideia presente na filosofia da história do mestre alemão, resultou em uma exaltação à história. Assim, a história, a vida do gênero humano, os fatos que se processaram no tempo, deixaram de ser concebidos como algo isolado ou indiferente em relação à essência das coisas, à ideia, ou, pior ainda, como uma diminuição ou deturpação da referida ideia (Croce, 1933b, p. 58-59).

Segundo Croce, nos diversos sistemas filosóficos desenvolvidos tanto pelos contemporâneos de Hegel, quanto por aqueles que o precederam e sucederam, não se admitia o valor do conhecimento histórico. Assim, nas concepções de Johann Friedrich Herbart, não havia lugar para a História, já que carecia da ideia de desenvolvimento, nem mesmo em Arthur Schopenhauer (1788-1860), ou ainda em Auguste Comte e Herbert Spencer (1820-1903). Sob perspectiva hegeliana, ao contrário, o finito e o infinito se configuravam em uma única realidade; o bem e o mal formavam um único processo; a história era a própria realidade da ideia; e o Espírito não era nada fora do desenvolvimento histórico. Assim, todo fato, precisamente por ter esse caráter, constituía-se como um dado da ideia, pertencendo ao organismo concreto desta última. Conforme a avaliação de Croce, na obra de Hegel, toda a história se tornava história sagrada, imanente e negadora da transcendência (Croce, 1933b, p. 58-60). Entretanto, ponderou, o pensamento

hegeliano, aplicado tanto à história quanto à historiografia, apresentava determinados erros filosóficos cruciais. Hegel, sempre conforme o severo julgamento crociano, realmente não compreendera a autonomia da historiografia, posto ter-se emaranhado no panlogismo, ou seja, o princípio que postulava a redução de todos os demais processos do Espírito à forma lógica (filosófica), devendo os outros elementos perecerem. O resultado consequente da aplicação do sistema hegeliano ao conhecimento histórico foi dar vida à filosofia da história (Croce, 1933b, p. 167).

A elaboração da filosofia hegeliana da história, entendida por Croce, não como uma filosofia abstrata, mas enquanto uma "historiografia de segundo grau", resultou, nem mais nem menos, na anulação da História. Segundo Croce, para Hegel, a consideração filosófica acerca da narração histórica (ou ainda, a "história filosófica") era a verdadeira História, em relação à qual o gênero cultivado pelos historiadores aparecia como um equívoco, posto ser construída mediante um método que não conduzia à completa verdade. O aparecimento desta filosofia da história implicava a dissolução da historiografia, a negação do conhecimento histórico produzido pelos historiadores (Croce, 1933b, p. 119-120). Ainda de acordo com o ponto de vista de Croce, Hegel, envolvido numa postura panlogista, terminou por antipatizar e desprezar os historiadores. Ademais, para o filósofo alemão, somente os fatos que representavam o movimento do Espírito, a história do Estado, apresentavam valor. Os fatos particulares restantes não passavam de uma massa supérflua, e o trabalho de recolhê-los fielmente seria embaraçar e obscurecer os objetos dignos da História, pois a característica essencial do Espírito e de cada época estava contida nos grandes eventos (Croce, 1933b, p. 125-126).

Croce sublinhou, ainda, que Hegel remeteu para o romance, ou seja, para uma manifestação artística, os fatos

que julgava serem não históricos, pois a arte – sob a perspectiva hegeliana – era uma forma provisória a que a filosofia dissipava e substituía. Portanto, Hegel era tão incapaz de compreender tanto a autonomia da arte quanto a da História. Por mais estranho que possa parecer, a mesma filosofia responsável pela reivindicação do valor da história, das *res gestae*, ficava impossibilitada de reconhecer a importância das *historia rerum gestarum* e, conseqüentemente, das próprias *res gestae*. Assim, esfaimada de História e nutrida por esse gênero, a filosofia de Hegel realizava, pois, sem perceber, a propaganda do jejum. Segundo destacou Croce, contrassenso aludido não tardou em vir à luz, pois da escola hegeliana tanto saíram os grandes historiadores quanto os mais petulantes e cômicos detratores da historiografia e dos eventos históricos de que se tem notícia (Croce, 1933b, p. 128-129).

Não obstante apontar a série de equívocos que julgava estarem presentes no âmago do hegelianismo, Croce não se furtava a prestar as devidas homenagens às contribuições legadas pelo filósofo alemão ao conhecimento histórico. Nas páginas de *Il carattere della filosofia moderna*, por exemplo, pontuou que, graças ao pensador germânico, se havia adquirido a consciência de que o ser humano é a sua própria história, sendo essa a única realidade. Assim, a história se realizava como liberdade e se pensava enquanto necessidade, e não mais como a sucessão caprichosa de acontecimentos contrários à coerência racional, mas como a própria atuação da razão. Enfim, a história somente poderia ser considerada irracional quando se desprezava e desconhecia o próprio lugar da razão no curso do desenvolvimento histórico (Croce, 1959, p. 45).

No que se refere à tese crociana da contemporaneidade de toda história, esse princípio encontra uma analogia no corpo das suas *Conferências sobre a Filosofia da História*. Discorrendo acerca do curso da história universal, Hegel afirmou: “Quando

lidamos com a ideia de espírito e consideramos tudo na história universal como a sua manifestação, ao percorrermos o passado – não importando a sua extensão – somente tratamos com o presente” (Hegel, 1995, p. 72). Assim, a filosofia, ocupando-se do verdadeiro, só tinha a ver com o eternamente presente. Para a filosofia, tudo que pertencia ao passado era resgatado, pois a ideia é sempre presente e o espírito, imortal. “[...] para ela , não há passado nem futuro, apenas um *agora* essencial” (Hegel, 1995, p. 72).

Em síntese, a crítica de Croce à construção da filosofia hegeliana da história não o impossibilitou de reconhecer a validade de determinados elementos no sistema do pensador alemão, conforme evidenciado anteriormente. Assim, a herança hegeliana, adicionada, comparada e interpretada à luz dos ensinamentos de Vico, pode ter ensejado a Croce elementos que deram corpo ao princípio segundo o qual toda verdadeira história é história contemporânea.

2.3 Croce e Marx

Neste tópico, discuto a incorporação de determinados aspectos do pensamento de Karl Marx à teoria da historiografia de Benedetto Croce. Assim, se em relação ao historicismo de Vico, Croce encontrava o melhor da tradição historiográfica italiana (contido no princípio do *verum ipsum factum*) e, em Hegel, a redescoberta de tópicos relacionados à cultura filosófica do *Risorgimento*, no que concerne a Marx as afinidades teóricas não eram tão evidentes. Como o próprio Croce reconheceu, a aproximação com os escritos marxistas foi mediada por Labriola, seu antigo professor e amigo. Portanto, o debate de Croce com o marxismo adquiriu um complicador afetivo, já que se tratava, também, de um diálogo crítico com o professor Labriola.

De toda sorte, conforme destacou Momigliano (1993, p. 289-290), o estudo do materialismo histórico tornou-se de importância permanente para a elaboração do edifício teórico crociano. Através dos escritos de Marx, Croce apreendeu que os sistemas legais refletiam uma ordem econômica e social e que a história política aparecia como uma luta pelo poder. Na mesma linha de interpretação, destaque-se que foi Marx – e não Francesco De Sanctis – quem conduziu Croce à redescoberta de Hegel, de Maquiavel e, talvez, de Vico. Entretanto, Croce não tinha a intenção nem o desejo de subverter a ordem social a que devia a sua riqueza e, por conseguinte, a liberdade de estudar o que desejava. Na mesma perspectiva, não lhe interessava destruir a ordem moral que, instintivamente, reconhecia como sua, em que pese haver abandonado muito precocemente a crença religiosa na qual fora educado.

No prefácio à terceira edição de *Materialismo storico ed economia marxistica*, escrito em 1917, Croce resumiu algumas das razões objetivas que o conduziram a interessar-se por tais concepções, no ocaso do século XIX. Em primeiro lugar, ponderou, através desse sistema, experimentava indiretamente a fascinação da grande filosofia histórica do período romântico, ensejando a descoberta de um hegelianismo muito mais vivo e concreto do que estava habituado a encontrar nos discípulos e expositores do mestre alemão, que o tratavam como uma espécie de teólogo ou metafísico platonizante. Ademais, o marxismo exerceu um amplo e benéfico influxo sobre os acadêmicos italianos entre 1890 e 1900. Graças a esse sistema, introduzido por Labriola na universidade, ao mesmo tempo que o socialismo, os estudos históricos foram retomados da incompetência dos filólogos puros e letrados, após um longo período de decadência, proporcionando excelentes frutos de história

econômica, jurídica e social –estimulando o pensamento filosófico para a renovação das suas atividades (Croce, 2007, p. 10-11).

Ao longo da sua existência, Croce não se furtou a prestar homenagens aos benefícios legados pelo marxismo, principalmente no que diz respeito ao seu “realismo histórico”, que o levava às melhores tradições da ciência política italiana, graças à sua firme asseveração dos princípios da força e do poder (Croce, 2007, p. 10). Entretanto, com o passar dos anos, o autor desenvolveu uma repulsa àquela doutrina e ao seu resultado político mais evidente, o comunismo. Assim, o ensaio “Come nacque e come morì il marxismo teorico in Italia (1895-1900)” [“Como nasceu e como morreu o marxismo teórico na Itália (1895-1900)”, 1938], constituiu a elegia crociana ao materialismo histórico de natureza científica.

Um exame mais detalhado das principais teses sustentadas pelo jovem Croce acerca do marxismo pode ser vislumbrado no volume *Materialismo storico ed economia marxistica*. Na obra em tela, dois ensaios são significativos tanto para avaliar a influência de Marx sobre a teoria crociana da historiografia quanto para identificar determinados filtros utilizados pelo então iniciado nos mistérios da nova doutrina: “Sulla forma scientifica del materialismo storico” e “Per la interpretazione e la crítica di alcuni concetti del marxismo” [“Para a interpretação e a crítica de alguns conceitos do materialismo”, 1897].

No primeiro texto, Croce buscou interpretar o marxismo à luz das lições e dos escritos de Labriola. Entretanto, ainda nas primeiras páginas do ensaio crociano, as diferenças teóricas entre o discípulo e o mestre foram explicitadas. Assim, ao contrário de Labriola, que via no materialismo histórico “a última e derradeira filosofia da história”, o pupilo divisava exatamente o inverso: “O chamado materialismo

histórico *não é uma filosofia da história*" (Croce, 2007, p. 14). Para corroborar o ponto de vista enunciado, lembrou que a reação filosófica do espírito havia destruído as construções levantadas pela teologia e pela arbitrariedade metafísica, que enchiam de sombras o campo da historiografia. A velha filosofia da história fora golpeada mortalmente. Assim, a expressão "fazer filosofia da história" passou a significar elaborar história fantástica e artificiosa e, por vezes, ainda tendenciosa. Sustentando um mote que se tornou clássico na sua crítica às filosofias da história, Croce lembrou que mesmo a literatura do período que aparecia enquadrada sob essa rubrica, da qual a obra de Labriola era um notável exemplo, não desejava ressuscitar o antigo gênero. As obras que, na época, se apresentavam sob o título de "Filosofia da História", objetivavam tão somente uma atitude que se reduzia a um "filosofar sobre a história" (Croce, 2007, p. 14). Aqui, destaque-se que a discrepância entre um plano geral especulativo e teleológico acerca do processo histórico (as filosofias da história) e uma reflexão epistemológica sobre o campo da História (a teoria da historiografia), distinção que marcou a obra crociana, encontrava-se em gestação.

Nunca será demasiado sublinhar que o aspecto central da crítica crociana às filosofias da história era voltado contra a presunção desse gênero em proceder uma redução do curso do processo histórico. Assim, sublinhava Croce, sendo possível restringir os diversos elementos da realidade que aparecem no curso da história, tornava-se viável a construção de uma filosofia da moral ou do direito, da ciência ou da arte e, ao mesmo tempo, de uma filosofia das relações dessas disciplinas entre si. Porém, não se podia elaborar, conceptualmente, o complexo individualizado de tais elementos, isto é, o fato concreto, que é o curso histórico. No seu conjunto, o movimento histórico se reduziria a um só conceito, o do *desenvolvimento*, "vazio de

todo conteúdo próprio da história” (Croce, 2007, p. 14-15). Conforme aduziu Croce, o materialismo histórico, na forma apresentada por Labriola, liberto das concepções metafísicas e abstratas, abandonou praticamente toda a pretensão de estabelecer “a lei da história”, de encontrar o conceito a que se poderiam reduzir os complexos fatos históricos. Assim, o melhor louvor que se podia tributar à concepção materialista da história não seria denominá-la “a última e definitiva filosofia da história”, mas afirmar francamente: “ela não é uma filosofia da história” (Croce, 2007, p. 16-19).

Um outro elemento da crítica do Croce ao materialismo histórico dizia respeito à afirmativa de Friedrich Engels (1820-1895), segundo a qual essa doutrina não era senão um *novo método*. Segundo o ensaísta, o termo método não lhe parecia de todo justo quando aplicado à concepção materialista da história. Lembrou que os filósofos idealistas, ao tentarem deduzir racionalmente os fatos históricos, criaram, realmente, um novo método. Entretanto, os historiadores da escola materialista, ao utilizarem os mesmos instrumentos intelectuais, prosseguiram na trilha dos demais confrades, ou ainda, dos filólogos, somente oferecendo com o seu trabalho “alguns *novos dados*, algumas novas experiências. Dessa forma vemos quão diferente é o conteúdo, mas não a forma metódica” (Croce, 2007, p. 19-20).

Sob a perspectiva do jovem Croce, o materialismo histórico não se tratava (nem poderia ser) de uma nova filosofia da história, nem tampouco um novo método, mas era (e deveria ser) precisamente “*uma soma de novos dados, de novas experiências*, que penetram na consciência do historiador” (Croce, 2007, p. 20). Em auxílio a essa proposição, lembrou que Labriola, analisando as novas experiências e os conceitos proporcionados pelo materialismo histórico, demonstrou ter a História, no curso do seu desenvolvimento,

chegado à teoria dos fatores históricos, ou seja, à concepção segundo a qual o processo histórico é o efeito de uma série de forças denominadas condições físicas, formações sociais, instituições políticas, indivíduos dirigentes. Na mesma linha de raciocínio, lembrou que o materialismo histórico procedia mediante as indagações das relações existentes entre os fatores supracitados, considerando-os todos como parte de um único processo (Croce, 2007, p. 20-21).

No que dizia respeito à História, conforme a avaliação crociana, o materialismo histórico se resolvia, pois, em uma advertência a ter presentes as observações formuladas por ele como um novo auxílio para a compreensão do processo histórico. A tarefa do historiador assemelhava-se, portanto, ao problema do homem de Estado, ou seja, *“compreender em suas causas e em sua atuação, as condições de um povo dado num período dado”* (Croce, 2007, p. 24). Entre os dois ofícios, porém, havia uma diferença crucial: o historiador se detinha em expor as referidas condições históricas, enquanto o estadista deveria modificá-las. Segundo Croce, face a esse problema, a maioria dos historiadores italianos, na época, conduziam-se ao acaso, agindo como os velhos eruditos que faziam filologia e procuravam as etimologias. Diante desse panorama, cabia ao materialismo histórico proporcionar aos estudos historiográficos as contribuições que resultassem em uma compreensão mais íntima e profunda da realidade. Assim, a coordenação e a subordinação dos fatores – que o materialismo histórico afirma em geral e de forma aproximada, para grande parte dos fatos – deveriam ser esclarecidas e determinadas para cada caso particular pelo historiador. Nessa operação, estariam tanto a obrigação do historiador, quanto as dificuldades da sua profissão, que poderiam ser insuperáveis em alguns casos (Croce, 2007, p. 24-25).

Um dos pontos mais polêmicos do ensaio (e talvez insuficientemente explorado pelo autor) diz respeito à afirmativa segundo a qual não se deveria buscar no materialismo histórico exatamente uma *teoria*, compreendido esse conceito em sua acepção rigorosa. Croce explicou o ponto de vista em foco, ponderando que o materialismo histórico surgiu da premência de se dar conta de uma determinada configuração social e não do propósito de investigar os fatores da vida histórica, além de se constituir no cérebro de políticos e revolucionários, e não no de frios e pacientes sábios (Croce, 2007, p. 22-23).

Uma tese de Croce o afastava da perspectiva “marxista ortodoxa”, da maneira como a mesma se apresentava no final do século XIX: a asseveração de que não havia nenhuma relação *intrínseca* e *necessária* entre o materialismo histórico – visto enquanto “uma soma de novos dados, de novas experiências, que penetram na consciência do historiador” – e o movimento político representado pelo socialismo. A opinião de Labriola era diametralmente oposta, inclinando-se a vincular os dois termos: todo o socialismo estava contido na interpretação materialista da história, que era a própria verdade do socialismo; por outro lado, aquele que, porventura, aceitasse um dos termos e repelisse o outro, nada compreendia eles. Na contracorrente, Croce opinou que o materialismo histórico, despojado de toda sobrevivência de finalidade ou de esquemas providenciais (ou seja, livre das filosofias da história), não poderia servir de apoio ao socialismo nem a alguma outra direção prática da vida. Somente em suas determinações históricas particulares, na observação que, por seu intermédio, seria possível realizar, poderia se encontrar, eventualmente, um ponto de convergência entre o materialismo histórico e o socialismo. Assim, uma tese sustentável apresentar-se-ia desta maneira: a sociedade, atualmente, está configurada de

tal forma que a solução mais adequada que contém em si seria o socialismo. Por outro lado, tal observação não poderia se converter em ação e fato sem uma série de complementos, que constituem as motivações de interesse econômico, não menos importantes do que os aspectos éticos e sentimentais, os juízos morais e os estímulos da fé (Croce, 2007, p. 25-26).

Nesse ponto, Croce ecoava as teses revisionistas do final do século XIX, as quais, entre outras afirmativas, condicionavam a passagem da sociedade burguesa para o socialismo ao campo das possibilidades históricas – e não a vislumbravam como um destino inexorável a ser cumprido, a partir das premissas teorizadas por Marx (Settembrini, *in* Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 117-1121). Assim, como lembrou Gramsci (2023a, p. 307), o pensamento crociano representava uma reação ao “economicismo” e ao mecanicismo fatalista, que grassavam o marxismo na época, ainda que se apresentasse como “superação destrutiva da filosofia da práxis”.

Para encerrar o tratado, Croce voltou-se contra a aplicação do termo “materialismo” às concepções de Marx e Engels, já que aquela palavra não tinha razão de ser na presente situação e fora responsável por tantos equívocos, servindo de arma aos adversários. Para substituir a antiga denominação, propunha designar o conjunto daquelas ideias de “*concepção realista da história*” (registre-se o filtro cultural eminentemente italiano!), assinalando as oposições a todas as teologias e metafísicas no campo da historiografia. Assim, essa abordagem estaria capacitada para acolher em si tanto a contribuição que elevou o socialismo à consciência histórica, quanto, no futuro, outros suportes teóricos advindos de qualquer outra parte” (Croce, 2007, p. 28).

Se, no ensaio antes resenhado, Croce dialogava respeitosa e elegantemente com a tradição marxista, no texto

seguinte, intitulado “Per la interpretazione e la critica di alcuni concetti del marxismo”, consumou o rompimento intelectual com o caro amigo Labriola. Nesse trabalho, o jovem filósofo não polemizou com o materialismo histórico somente através das interpretações do antigo mestre, mas diretamente, e apontou o que lhe parecia os principais equívocos e limitações presentes na essência de *O Capital*. Para esse empreendimento de crítica ao marxismo, Croce buscou as armas no campo do adversário, valendo-se de interpretações de Friedrich Lange (1828-1875), Werner Sombart (1863-1941), Giovanni Gentile e Charles Andler. Mais que nunca, o revisionismo estava na ordem do dia. Para Sombart, por exemplo, da mesma forma que para Croce, a lei do valor exposta por Marx não se tratava de um “fato empírico”, mas um “fato do pensamento”. Logo, o valor de Marx seria um “fato lógico”, que serviria de apoio ao pensamento para compreender os fatos da vida econômica (Croce, p. 2027, 61).

Nas primeiras páginas do texto em discussão, sob o pretexto de analisar o caráter científico de *O Capital*, Croce destacou que essa obra, vista em seu aspecto *formal*, era uma *pesquisa abstrata*, na exata medida em que a sociedade capitalista estudada por Marx não se tratava da formação historicamente existente tal ou qual na França, Inglaterra, Europa ocidental e América. A sociedade capitalista, analisada na obra de Marx, era uma sociedade ideal e esquemática, deduzida de algumas hipóteses que poderiam também não ter sido apresentadas jamais como fatos reais no curso da história. Em suma, em nenhuma parte do mundo seriam encontradas categorias analíticas marxistas, como personagens vivas e corporificadas, posto serem meras abstrações (Croce, 2007, p. 58). Segundo o jovem articulista, enquanto instrumento de *compreensão*, a pesquisa de Marx não abarcava todo o território dos fatos econômicos nem, muito menos, a região

na qual possuiriam origem os mencionados fatos. A análise existente em *O Capital* se restringia a uma formação econômica particular, aquela registrada na sociedade capitalista, o que excluía as demais formações historicamente existentes ou teoricamente possíveis. Assim, se *O Capital*, enquanto *forma*, não passava de uma descrição histórica, como *compreensão*, não era mais do que uma “*monografia econômica das leis da sociedade capitalista*” (Croce, 2007, p. 58-59).

A formulação das primeiras duas teses acerca da cientificidade da obra de Marx resultou num terceiro princípio, não menos polêmico, que dizia respeito diretamente à possível utilidade dos princípios do materialismo histórico aplicados à historiografia. Retomando a linha de argumentação desenvolvida no primeiro ensaio, Croce afirmou que, se o materialismo histórico podia exprimir algo criticamente aceitável, tal aspecto não seria nem uma construção *a priori* de filosofia da história, nem um novo método do pensamento histórico, mas, simplesmente, um “*cânone de interpretação histórica*” (Croce, 2007, p. 74). A referida diretriz aconselhava aos historiadores a dirigir sua atenção ao chamado substrato econômico das sociedades, na perspectiva de uma melhor compreensão das suas configurações e vicissitudes. Para Croce, o conceito de “*cânone*” não deveria encontrar dificuldades, sobretudo quando não se perdia de vista que o mesmo não implicava “*nenhuma antecipação de resultados*” da pesquisa histórica, mas apenas se tratava de uma contribuição à análise das sociedades humanas (Croce, 2007, p. 74-75). Audaciosamente, o jovem Croce operou a redução do materialismo histórico à categoria de *cânone de interpretação histórica*.

As teses crocianas, expostas no ensaio aqui resenhado, colocavam em xeque mesmo o enunciado geral de que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história

das lutas de classe” (Marx; Engels, *in* Reis Filho, 1998, p. 8). Segundo o ensaísta, esse postulado somente possuía validade nas sociedades em que existissem classes, quando as mesmas apresentassem interesses antagônicos e, mais ainda, quando tais estratos da sociedade tivessem consciência do dito antagonismo. Na perspectiva de despir o marxismo de todo o seu caráter providencial, Croce assinalou que, mesmo a supressão das classes sociais na sociedade do futuro, pressagiada pelos socialistas, não era mais do que uma *possibilidade*, não sendo um dado intrinsecamente necessário ao desenvolvimento histórico, até porque, ainda no porvir e sem classes, a história continuaria a sua marcha. Portanto, “também o enunciado particular de que ‘história é luta de classes’ tem esse circunscrito valor de cânone e de orientação que reconhecemos em geral na concepção materialista da história” (Croce, 2007, p. 79).

Croce encerrou o texto cantando loas e rendendo homenagens à “concepção realista da história” legada por Marx. Por certo, o revolucionário alemão, como sociólogo, não havia deixado definições sutilmente elaboradas de “sociabilidade”, a exemplo de Georg Simmel (1858-1918), Rudolf Stammler (1856-1938) ou Émile Durkheim (1858-1917), mas ensinou – ainda que com suas proposições aproximadas no conteúdo e paradoxais na forma – a penetrar no que é a “realidade efetiva da sociedade”. Não por outro motivo, Croce admirava-se que não havia ocorrido a ninguém, até então, denominá-lo, honrosamente, “o ‘Maquiavel’ do proletariado” (Croce, 2007, p. 98-99). No ponto em análise, salta aos olhos a tradução (*Traduttore, traditore!*) de Marx à moda da cultura historiográfica e política italiana.

Portanto, nos dois textos até aqui discutidos, Benedetto Croce arquitetou uma crítica aos princípios sobre os quais repousavam as interpretações do materialismo

histórico do final do século XIX. Como observou Haddock (*in* Tagliacozzo, 1990, p. 328), ao reduzir o sistema de Marx à condição de mero cânone de interpretação histórica, rechaçando a sua abordagem enquanto filosofia da história e, por conseguinte, a dimensão teleológica nele contida, além de negar a validade do elo ideológico que unia necessariamente o socialismo às aspirações políticas do proletariado, Croce destruía a tese da identidade entre a teoria e a práxis, privando, enfim, o materialismo histórico do aparelho conceptual que o transformara em uma distinta teoria da história. Nesse ponto, o croceanismo representava, sem sombra de dúvida, a “superação destrutiva da filosofia da praxis” (Gramsci, 2023, p. 307).

Nos anos que se seguiram, os juízos emitidos por Croce sobre as concepções de Marx tornaram-se, progressivamente, mais ácidos. Assim, no ensaio *Come nacque e come morì il marxismo teorico in Italia*, estudioso decretou a “morte” do materialismo histórico no ano de 1900, além de afirmar não mais se interessar pela querela filosófica, iniciado quatro anos atrás. Ao longo do século XX, com o estreitamento dos vínculos entre o materialismo histórico e o comunismo soviético, o fosso existente entre o pensamento crociano e o marxismo alargou-se. No entanto, como já evidenciado, Croce louvou os efeitos benéficos da “concepção realista da história” sobre a sua formação intelectual e os seus posicionamentos políticos. Assim, no que diz respeito à fortuna crítica de Marx no obra de Benedetto Croce, o legado se configurou em duas noções fundamentais: a valorização do elemento econômico, enquanto cânone de interpretação historiográfica, e a asseveração do princípio do realismo histórico.

No que concerne à tese crociana atinente ao caráter contemporâneo de toda verdadeira história, um rastro pode ser identificado nos escritos propriamente históricos de Karl

Marx, sobretudo em uma conhecida passagem do *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* [*Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*, 1852]. Ao iniciar o texto, Marx parte de um mote hegeliano segundo o qual todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. De toda sorte, conforme o revolucionário alemão, Hegel teria esquecido de dizer: na primeira, como tragédia, na segunda, como farsa. Prosseguindo, Marx lembrou que os homens fazem sua própria história, mas não como querem, sob as circunstâncias da sua escolha, e, sim, a partir daquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. Em uma referência que se remete à observação feita por Hegel sobre o “fardo da história”, assinalou que a tradição de todas as gerações mortas oprime, como um pesadelo, o cérebro dos vivos. Assim, precisamente nos períodos de crise revolucionária, quando os homens do presente parecem empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo até então inexistente, eles conjuram ansiosamente os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentarem a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada (Marx, 1997, p. 21). Na sequência do ensaio, Marx desenvolveu a análise sobre o processo de luta de classes que conduziu ao poder uma personagem medíocre: Charles-Louis Napoléon Bonaparte (1808-1873), Presidente da República e depois imperador da França.

Ante o exposto, pode-se inferir que, no corpo do *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, encontra-se implícito um princípio lógico concernente à relação de identidade e solidariedade entre passado e presente – elemento, aliás, fundamental e recorrente na teoria da historiografia de Benedetto Croce? Por ora, o fascinante questionamento pode ser vislumbrado como

simples esforço de compreensão intuitiva. Não obstante, o dado concreto é que o jovem Croce mencionou *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* no ensaio “Le teori storiche del prof. Loria” (“As teorias históricas do prof. Loria”, 1896), parte integrante do polêmico volume *Materialismo storico ed economia marxistica* (Croce, 2007, p. 33).

No que diz respeito à interpretação de alguns dos escritos de Marx acerca do seu próprio tempo, certos elementos sugerem analogias com a o princípio crociano segundo o qual toda verdadeira história é história contemporânea. Como assinalou Paris (*in* Burguière, 1993, p. 520-521), a História *stricto sensu* ocupa pouco espaço no conjunto da obra marxiana: *As lutas de classes na França*, *O Dezoito Brumário*, *A guerra civil na França*, os artigos pertinentes à revolução na Espanha e sobre Bolívar, os capítulos de *O Capital* sobre a “acumulação primitiva” e talvez alguns resumos do *Manifesto comunista*. Assim, muito embora Marx a quisesse como principal ciência, a História não é o seu principal objeto. No entanto, ao escrever sobre os acontecimentos do seu tempo, a análise histórica marxiana partiu, claramente, de questões demandados pela atualidade na qual estava mergulhado o inquieto autor. Em outras palavras, no corpo de textos como *As lutas de classes na França*, Marx converteu o presente em história. Segundo ainda o historiador francês, esse procedimento pouco se relacionava à primazia do “agora essencial” sobre a história, como postulou Hegel. Ao contrário, no *Dezoito Brumário*, o enfoque concedido ao tempo presente – determinado e, ao mesmo tempo, aberto – estaria bem mais próximo da tese anunciada, posteriormente, por Croce, segundo a qual a “história sempre é escrita do ponto de vista (subjeto) do presente” (Paris, *in* Burguière, 1993, p. 520). Na abordagem de Marx, o que confere ao presente o direito de controlar a história não se relaciona com a sua *contemporaneidade*, mas

ao caráter operatório dos conceitos utilizados pelo historiador – “as lutas de classe”, para compreender a ascensão de Luís Bonaparte, “o modo de produção capitalista”, para refazer a “gênese histórica” do capital.

Na contracorrente dos cânones da História acadêmica da sua época, Karl Marx teria antecipado a tese crociana segundo a qual toda verdadeira história é história contemporânea? A dúvida é pertinente, mas não se deve perder de vista as antinomias entre os sistemas filosóficos elaborados por Croce e por Marx. No que concerne especificamente à dimensão historiográfica, o pensador italiano criticou asperamente o que julgava sobrevivências metafísicas e teleológicas presentes no materialismo histórico, responsáveis por seu avizinhamento das filosofias da história de feição hegeliana. Segundo Croce, a História não oferecia – nem ao historiador, nem tampouco ao homem de ação – um salvo-conduto para agir sobre o tempo presente. Por enquanto, destaco que o tema será abordado em outra ocasião.

Um balanço provisório e sobre as influências de Vico, Hegel e Marx na teoria crociana da historiografia pode ser exposto nos termos que se seguem. Em primeiro lugar, a característica repelida por Croce nos sistemas dos três pensadores era a pretensão de construir uma filosofia da história – aqui entendida como uma especulação sobre o curso dos acontecimentos históricos e um gênero organizado a partir de princípios metafísicos e teleológicos. Assim, as filosofias da história, vistas sob a ótica crociana, apresentavam dois traços fundamentais: a descrição de uma história universal e o apriorismo. Assim, o pensamento hegeliano comportava, explicitamente, ambas as características. No que diz respeito a Marx, Croce, primeiramente, influenciado por Labriola, afirmou resolutamente não ser o materialismo histórico uma filosofia da história. Em seguida, a característica negativa

foi associada ao pensamento de Marx. Ademais, segundo Croce, o equivalente marxiano para o “panlogismo” hegeliano foi o “pan-economicismo” (Croce, 1936b, p. 34-35). No que concerne à posição de Vico, em que pesem as ambiguidades existentes nos diversos trabalhos crocianos, o pensador setecentista foi considerado imune às influências nocivas da “famigerada” filosofia da história (Cristofolini, *in* Tagliacozzo, 1990, p. 341).

Como resposta às pretensas aspirações apriorísticas e reducionistas das filosofias da história, Croce fundamentou, em contrapartida, a sua teoria da historiografia, que absorveu pontos de vista dispostos nas obras de Vico, Hegel e Marx. No que se refere ao filósofo napolitano, Croce recolheu a tese do *verum ipsum factum* e o seu suposto historicismo absoluto. Do legado hegeliano, permaneceram as ideias da história como um processo racional e como uma caminhada progressiva para a liberdade. Na mesma linha de abordagem, o pensamento crociano nutriu-se dos princípios do marxismo relacionados com a visão realista do processo histórico e a abordagem dos fundamentos econômicos da sociedade como um cânone de interpretação historiográfica. Analisando e referendando “o que estava vivo e o que estava morto” nos sistemas de Vico, Hegel e Marx, Croce pôde, também, identificar aportes que o permitiram formular a tese segundo a qual toda verdadeira história é história contemporânea.

Capítulo 3

Benedetto Croce e a historiografia como passado-presente

Neste capítulo, analiso as duas obras em que Benedetto Croce desenvolveu o princípio segundo o qual toda verdadeira história é história contemporânea, a saber: *Teoria e storia della storiografia* e *La storia come pensiero e come azione*. Assim, nos dois primeiros tópicos, considero os argumentos fundamentais mobilizados por Croce que deram suporte ao princípio da contemporaneidade da operação histórica. No terceiro, exercito a possibilidade de se aplicar o princípio crociano a um dos livros do autor: *Storia d'Europa nel secolo decimono*, além de elaborar considerações de ordem geral acerca da teoria da historiografia de Benedetto Croce.

A construção de uma teoria crociana da historiografia implicou em determinados passos, os quais foram plasmados em trabalhos paradigmáticos. No ensaio *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, na perspectiva de contribuir no debate acerca do estatuto epistemológico da História, Croce estabeleceu a aproximação entre o conhecimento histórico e a arte. Após subsumir a historiografia ao conceito de arte, Croce procedeu a identificação entre a filosofia e a História, ou seja, entre o juízo universal e particular, no corpo da *Logica*. Nesse trabalho, concluiu que a verdadeira metodologia da História era representada pelo conhecimento filosófico, e que a historiografia expressava a síntese entre os juízos particular e universal. O passo seguinte foi a afirmação da tese segundo a qual toda verdadeira história é história contemporânea. Esse princípio havia aparecido – de modo implícito e enviesado – nas páginas da *Logica* (Croce, 1933, p. 335). De toda sorte, em *Teoria e storia della storiografia*,

o autor sistematizou uma série de preocupações acerca da natureza do conhecimento histórico. No volume em questão, Croce afirmou resolutamente a tese da contemporaneidade da história como elemento fundamental no trabalho historiográfico, que sempre partia de uma preocupação atual e se vinculava com a vida presente. Finalmente, em *La storia come pensiero e come azione*, o caráter contemporâneo de toda a verdadeira história foi reafirmado e acrescido de novos dados, discutidos nas páginas seguintes.

3.1 Teoria e storia della storiografia

A obra intitulada *Teoria e storia della storiografia* resultou da compilação de ensaios publicados em diversas revistas e de conferências proferidas por Benedetto Croce entre os anos de 1912 e 1913. Paradoxalmente, a primeira edição do livro foi publicada em alemão, sob o título *Zur Theorie und Geschichte der Historiographie* [*Teoria e história da historiografia*, 1915]. A versão italiana da obra somente veio a lume em 1917. No que concerne à original germânica, o editor havia solicitado um livro sobre “filosofia da história”. Em contrapartida, recebeu um trabalho que proclamou a morte daquele gênero histórico e a sua dissolução no âmago da historiografia (Croce, 1941, p. VII).

O próprio lugar ocupado por *Teoria e storia della storiografia*, no conjunto da obra de Croce, não é ponto pacífico. Conforme a avaliação de intérpretes e biógrafos do autor, o tomo integra o quarteto de livros que compõem a *Filosofia dello spirito*. Entretanto, na Advertência à primeira edição italiana do texto em análise, datada de 1917, o próprio pensador questionou esse enquadramento. Segundo Croce, não se devia considerar o tratado historiográfico como um novo elemento sistemático da sua *Filosofia dello spirito*,

mas um aprofundamento e uma ampliação da teoria da historiografia já delineada em alguns capítulos da segunda parte da *Logica*. Sobre esse último aspecto, em 1941, por ocasião da quarta edição italiana de *Teoria e storia della storiografia*, Croce remeteu seu público à leitura de duas obras que complementaríamos os raciocínios historiográficos anteriormente desenvolvidos: *La storia come pensiero e come azione* e *Il carattere della filosofia moderna* (Croce, 1941, p. VII-VIII).

Portanto, uma análise sobre o lugar de *Teoria e storia della storiografia*, no conjunto da obra crociana, deve considerar dois aspectos complementares: o filosófico e o historiográfico. Se, por um lado, a obra aqui enfocada seria uma das partes do *corpus* de escritos que integram a *Filosofia dello spirito*, abarcando, portanto, preocupações mais gerais, por outro, trata-se de uma antologia em que o ensaísta fundamentou um conjunto de procedimentos específicos sobre o que hoje denominamos “operação historiográfica” (Certeau, 1982, p. 65-119).

Em *Teoria e storia della storiografia*, a questão atinente à contemporaneidade do conhecimento histórico emergiu como um dos argumentos que diziam respeito às distinções capitais entre dois gêneros históricos: a História e a crônica (*Storia e cronaca*). Na perspectiva de desenvolver a tese supracitada, Croce partiu da afirmativa segundo a qual costumeiramente se denomina “história contemporânea” aquela referente a um passado muito recente: os últimos cinquenta anos, a década passada, o mês ou o dia anterior, ou mesmo a última hora ou minuto. Entretanto, ponderava, se o historiador sopesasse a questão com estreito rigor, deveria aplicar o adjetivo “contemporâneo” somente à história nascida imediatamente, após o ato que se realizou, enquanto consciência desse mesmo ato. Exemplificando, seria a história

que o autor vai compondo de si mesmo, escrevendo essas páginas que configuram o seu pensamento, necessariamente vinculado ao trabalho de composição. Nesse caso, o conceito contemporâneo estaria bem aplicado, posto que tal história, de maneira idêntica a todos os atos espirituais, estaria fora do tempo (do antes e do agora), formando-se simultaneamente ao ato a que está ligada. Em contrapartida, diz-se "história não contemporânea" ou "história passada" aquela que se encontra na presença de uma narração já formada que nasce como crítica dessa, não importando se da antiguidade milenar ou se de apenas uma hora atrás (Croce, 1941, p. 3).

Todavia, mesmo a história já formada, que se convencionou denominar "história não contemporânea" ou "passada", se realmente é história e não um discurso vazio, também é contemporânea, em nada diferindo da outra. Segundo Croce, da mesma forma que no primeiro caso, a condição para a existência da suposta "história não contemporânea" está ligada à necessidade de que o fato acerca do qual se tece a história vibre na alma do historiador ou, ainda, que este tenha diante de si, inteligíveis, os documentos. Assim, se a história contemporânea surge diretamente da vida, o mesmo ocorre com a história não contemporânea, porque é evidente que somente um interesse pela vida hodierna pode nos levar à investigação de um fato pretérito, que, por conseguinte, enquanto se unifica com uma demanda do atual, não responde a um interesse do passado, mas do tempo presente (Croce, 1941, p. 4).

Desenvolvendo essa argumentação, Croce pretendia eliminar o aspecto paradoxal contido na proposição *ogni vera storia è storia contemporanea*. Segundo a abordagem crociana, a exatidão do princípio enunciado obtinha fácil confirmação e rica exemplificação na realidade da obra historiográfica, desde que os historiadores não incorressem no erro de considerar

todas as obras dos amantes de Clio em seu conjunto, ou de certos grupos desordenadamente, e de, referindo-as a um homem abstrato, ou a eles mesmos vistos abstratamente, perguntar qual o interesse presente que conduz à escrita e à leitura de tais histórias. O próprio autor admitia não possuir nenhum interesse presente pelas histórias relacionadas com a Guerra do Peloponeso ou as Guerras Mitridáticas e aos eventos relacionados com a arte mexicana ou com a filosofia árabe. Portanto, tais fatos não eram histórias, mas, quando muito, títulos de obras históricas. Sob esse enfoque, os acontecimentos acima referidos foram ou serão histórias para aqueles que as pensaram ou pensarão segundo as suas necessidades espirituais (Croce, 1941, p. 4-5).

Conforme o juízo de Benedetto Croce, a contemporaneidade do conhecimento histórico não seria característica de uma classe de histórias (como se considerava na classificação empírica), mas traço intrínseco de toda a historiografia. A partir desse prisma, o autor pontuou que se fazia necessário pensar a relação entre a História e a vida sob um vínculo de “unidade sintética” – implicando tanto a sua coesão quanto a distinção. Prosseguindo, destacou que, uma vez estabelecido o nexu indissolúvel entre a vida e o pensamento, desapareceriam totalmente todas as dúvidas levantadas quanto à “certeza” e à “validade” da história. Como poderia ser incerto aquilo que é um produzir presente do nosso espírito? Como poderia ser inútil um conhecimento que resolve um problema emergente do seio da vida? (Croce, 1941, 5-6).

Muito embora acreditasse tanto na utilidade do conhecimento histórico quanto na sua ligação com o presente, Croce sublinhou que o nexu responsável pela unidade sintética entre, por um lado, o documento e a narrativa e, por outro, a vida e a História, poderia ser rompido. Tal fenômeno

ocorreria nas histórias cujos testemunhos se perderam e, essencialmente, naquelas em que os documentos não mais vivam nos espíritos. Nesse caso, rompido o elo entre o conhecimento histórico e a vida, o que restava não era mais história (porque esta consistia precisamente naquele vínculo). Assim, somente se poderia chamar tal narração de “história” no sentido idêntico a que se denomina “homem” a um cadáver. Para Croce, todas as histórias separadas dos seus documentos vivos eram narrações vazias e, como tais, privadas de verdade. Afinal, uma história sem relação com o documento seria inverificável. Portanto, a vida é presente e aquela história, transformada em narração vazia, é um passado irrevogável, se não absolutamente por si mesmo, certamente no momento atual (Croce, 1941, p. 7-9).

Na verdade, ao discutir tais aspectos, Croce objetivava estabelecer uma nítida distinção entre a escrita da História e a crônica. Sob o olhar crociano, a diferenciação entre os dois gêneros supracitados não residia na qualidade dos fatos que cada um tomou como objeto de estudo. A História, por exemplo, não tratava dos fatos gerais e dos acontecimentos públicos, enquanto à crônica caberiam os eventos individuais e privados. Segundo Croce, a crônica e o conhecimento histórico não se distinguiam enquanto duas formas do gênero, mutuamente complementares ou em que uma estaria subordinada à outra, mas como duas atitudes espirituais diversas. A História é história viva, a crônica é a história morta; a História é história contemporânea, a crônica é história passada; a História é, sobretudo, um ato de pensamento, a crônica, um ato de vontade. Em suma, toda história tornar-se-ia crônica quando não mais fosse pensada, mas somente recordada mediante palavras abstratas, anteriormente concretas e que a expressavam (Croce, 1941, p. 10-11).

De acordo com o ponto de vista crociano, o descobrimento da “verdadeira distinção” entre as modalidades já aludidas possibilitava rechaçar um antigo preconceito arraigado no seio do conhecimento histórico: a anterioridade da crônica sobre a História. Croce propunha o oposto: primeiro a História, em seguida a crônica; ou ainda, primeiro o homem, depois o cadáver. Assim, de acordo com a sua perspectiva idealista, fazer nascer história da crônica seria o mesmo que fazer nascer o ser vivo do cadáver, que é o resíduo da vida, da mesma maneira que a crônica é o resíduo da História (Croce, 1941, p. 11).

Segundo Croce, a história, separada do documento vivo e transformada em crônica, não mais consistia num ato espiritual, mas noutra coisa, um complexo de sons e sinais. Entretanto, da mesma forma, o documento, separado da vida, seria idêntico à crônica, o mesmo complexo de sons e outros sinais. Croce fundamentou tais assertivas a partir de um outro ponto de vista que complementava a tese da contemporaneidade da história: o princípio segundo o qual as coisas externas, fora do espírito, não existem.

Sob o prisma da teoria historiográfica crociana, as verdadeiras fontes da síntese histórica eram o *documento* e a *crítica*, a *vida* e o *pensamento*. Os elementos em questão, por si mesmos, não davam forma à narração histórica. Daí porque o pensador italiano acreditasse estarem as fontes da História no seu próprio âmago, e não no seu exterior. Assim, Croce combateu a ideia de o conhecimento histórico possuir as suas fontes fora de si – à maneira das escolas históricas científica alemã e metódica, dita positivista (Bourdé, *in* Bourdé; Martin, 2021, p. 165-194; Holanda, *in* Holanda, 1979, p. 7-62; Reis, 1996, p. 11-25). Contra o discurso sobre o método das correntes dominantes da História acadêmica da sua época, o autor se valeu de um

recurso inusual: a História precedia as fontes históricas (Croce, 1941, p. 14-15).

Em consonância com uma visão de mundo claramente idealista, Croce acreditava que o espírito humano era o verdadeiro responsável pela construção da síntese histórica. Portanto, cabia ao espírito a preservação dos despojos mortais da História, a exemplo das narrações vazias, dos documentos mortos e das crônicas. Em síntese, o espírito encarregava-se de conservar intactos os vestígios da vida passada, restaurando-os à medida em que os mesmos se alteravam. A obra de conservação dos legados mortais do conhecimento histórico pelo espírito humano expressava, na verdade, atos morais nos quais era afirmada, simbolicamente, a imortalidade das obras realizadas por indivíduos do passado, que viviam na memória hodierna e existirão nas recordações futuras. Portanto, essa atitude de transcrever histórias vazias e de recolher documentos mortos constituía um ato de vida, que servia à existência humana. Chegaria o momento, acreditava Croce, no qual aqueles espólios se apressarão em se reproduzir no nosso espírito e a tornar presente – e enriquecida – a história passada (Croce, 1941, p. 15).

Com efeito, segundo a perspectiva crociana, a história morta reviveria, e a história passada se tornaria presente, à medida que assim demandasse o desenvolvimento da vida. Exemplificando, citava que os gregos e os romanos permaneceram em seus sepulcros até que a nova maturidade do espírito europeu, no Renascimento, possibilitou um novo despertar. No mesmo sentido, as formas primitivas da civilização, grosseiras e bárbaras (de acordo com a perspectiva de Vico), durante muito tempo permaneceram esquecidas, ou pouco estudadas, ou mal interpretadas, sendo revalorizadas por uma nova fase do espírito europeu, conhecida como Romantismo ou Restauração. Portanto, grande parte da

história que, nas diversas épocas, aparecia sob o aspecto de crônica, assim como os documentos supostamente mudos, mediante as necessidades da vida presente, voltarão a falar (Croce, 1941, p. 15-16).

Segundo o historiador italiano, seria impossível entender alguma coisa do processo efetivo do pensamento histórico, a não ser que se partisse do princípio de que o próprio espírito é história, em cada momento construtor da historiografia e, ao mesmo tempo, resultado de toda a história anterior, de modo que o espírito carrega consigo toda a sua história, a qual coincide com ele próprio. Portanto, o espírito reviveria a sua história, mesmo sem aqueles elementos externos chamados narrações ou documentos, que são instrumentos forjados por ele, e atos preparatórios em cujo processo se resolvem. Para esse fim, o espírito assevera e preserva zelosamente as “memórias do passado” (Croce, 1941, p. 16).

No primeiro capítulo de *Teoria e storia della storiografia*, Benedetto Croce discutiu, essencialmente, seis teses cruciais. Em primeiro lugar, sustentou que toda verdadeira história é história contemporânea, posto ser a contemporaneidade não somente característica de uma classe de histórias, mas traço inerente de todo o autêntico conhecimento histórico. Em seguida, estabeleceu um vínculo de unidade sintética entre a História e a vida, na perspectiva de conferir validade e utilidade ao conhecimento histórico. Em terceiro lugar, buscou diferenciar a História da crônica mediante as distintas atitudes espirituais desses gêneros: a História é história contemporânea, viva, e a crônica é história morta. Em consonância com o postulado, destacou que todas as histórias separadas dos seus documentos vivos e transformadas em narrações vazias eram privadas de verdade. Na quinta tese, assinalou serem as verdadeiras fontes da síntese histórica o documento e a crítica, a vida e o pensamento, daí porque

acreditasse estarem os elementos da História mergulhados em seu próprio conhecimento, e não localizados no seu exterior. E, finalmente, lembrou que o próprio espírito é História, sendo aquele, ao mesmo tempo, construtor e resultado desta.

Contra a sua velha adversária, a “filosofia da história”, por exemplo, argumentou que essa forma representava a concepção transcendente da história (teleológica e utópica), ao tempo em que preconizou a sua dissolução no âmbito da historiografia e decretou a sua “morte”. Sustentando a identidade entre filosofia e História e o caráter simplesmente metodológico representado pela primeira face à segunda, conforme asseverou na *Logica*, Croce destacou que a filosofia da história não era senão um momento negativo e abstrato, que jazia em sua positividade, de maneira idêntica a todas as demais doutrinas transcendentais. Contudo, nada impedia que se continuasse a falar de uma “filosofia da história” e de um “filosofar sobre a história”, expressando a exigência de melhor elaboração desse ou daquele problema histórico. Nem sequer estava vedado se denominar “filosofia da história” as investigações de gnoseologia histórica, se bem que, nesse caso, elaborava-se a filosofia não propriamente da *história*, mas da *historiografia*. Porém, mesmo fazendo as concessões, o juízo de Croce era taxativo: a filosofia da história já não mais era um nome passível de utilizações diversas, senão uma concepção muito determinada do gênero histórico – a sua forma transcendente (Croce, 1941, p. 53-69).

Ao longo da sua existência, Croce manteve as linhas gerais que nortearam os raciocínios acima expostos, ao mesmo tempo em que aprofundou, ou mesmo modificou, outros pontos de vista. No conjunto de ensaios e resenhas intitulado incorporados à *Teoria e storia della storiografia* a partir de 1927, Croce, sempre na perspectiva de consubstanciar a tese da contemporaneidade do trabalho historiográfico,

definiu o seu entendimento de História como *monográfico* e discutiu questões relacionadas à periodização. Em primeiro lugar, entendia como *concepção monográfica da história* a investigação ou o problema que surgia de uma necessidade da vida presente e que, por si mesma, versava sobre algo particular, possuindo um objeto determinado e bem definido. Assim, a concepção monográfica opunha-se a toda a abordagem enciclopedista e universalista da história. Todavia, o entendimento monográfico seria distorcido, caso fosse encarada sob o aspecto fragmentado e particularista, privada da luz do universal. Encarando tal concepção como sendo, ao mesmo tempo, particular e universal, Croce a contrapunha à modalidade denominado “história compiladora”, que não apresentava problema algum, tratando-se de um quadro panorâmico (Croce, 1941, p. 321-322).

No que tange ao segundo aspecto previamente enunciado, Croce destacou que, para a historiografia, não era indispensável o conceito de tempo, mas aquele relacionado às ideias de *desenvolvimento* e de *processo*. Na medida em que os processos eram infinitos, podendo cada um constituir-se somente pelo pensamento, a partir do interesse por esse ou aquele fazer, ou seja, das situações com as quais os historiadores se defrontam, afirmava-se a tese da contemporaneidade de toda história e a impossibilidade de um gênero histórico universal ou enciclopédico, que abraçaria e esgotaria, a partir de um ponto de vista abstrato, a totalidade material da história. Segundo o autor, ao se liquidar a ideia de uma história universal assim entendida, eliminava-se, da mesma forma, o conceito de tempo como quadro sucessório da história. Mais ainda, a construção de infinitos processos, segundo inúmeros pontos de vista aos quais nos conduzem o desenvolvimento da vida, significava, com efeito, que a história não possui início ou fim no tempo.

Nessa definição de história como processo, encontrava-se a razão pela qual não seria possível fazer a história dos fatos em curso, de um processo não cumprido, que, desse modo, não podia ser julgado nem pensado. Assim, *os fatos em ocorrência podiam ser tratados não pela História, mas através da crônica* (Croce, 1941, p. 297-297).

Benedetto Croce concluiu *Teoria e storia della storiografia* destacando ainda não haver divisado uma *nova filosofia*, que, ao resolver as antíteses entre o romantismo fantasioso e o positivismo materialista, desse fundamento e justificação a uma nova historiografia. Não obstante, refletindo acerca do conceito que animou o seu livro sobre a história da historiografia e demais questões teóricas nele dispostas, sustentou que, na filosofia apresentada, a Realidade se afirmava como Espírito, que não mais se colocava acima do mundo, mas coincidia com ele. No âmago da nova filosofia crociana, a natureza se apresentava como momento e produto do próprio espírito. Assim, o dualismo, pelo menos aquele que atormentou o pensamento ocidental, desde Tales até Spencer, havia sido superado, e, com isso, ultrapassada a transcendência materialista ou teológica em sua origem (Croce, 1941, p. 285-286).

Na conclusão da obra, Croce também expressou um admirável paradoxo da sua teoria da historiografia: dessa *nova filosofia* e da *nova historiografia*, que é *sujeito* e não *objeto*, não se podia fazer história, ou seja, não podiam emitir juízos históricos acerca de si mesmas e do tempo presente. Para Croce, a historiografia em construção ocupava-se com uma história de “épocas” ou de “grandes períodos”, enquanto a nova era na qual se constituía o recente enfoque historiográfico não havia se encerrado. Essa nova historiografia não podia ser configurada cronológica e geograficamente, pois o autor ignorava a medida de tempo que ele preencheria (desenvolver-

se-ia rapidamente em trinta ou quarenta anos, ou encontraria novos obstáculos, continuando o seu curso por séculos?) e a extensão de países que abrangeria (permaneceria por longo período italiano ou alemão, restrito a determinados círculos itálicos ou germânicos, ou se difundiria rapidamente em todos os países, tanto na cultura geral quanto no ensino público?). Porém, o argumento mais incisivo sustentava não poder o novo período histórico ser delimitado logicamente, pois, para esse fim, seria necessário que se houvesse desenvolvido as suas antíteses, isto é, os novos problemas nascidos infalivelmente de suas soluções – e tais condições, simplesmente, até então, não existiam (Croce, 1941, p. 283-288).

Assim, por um lado, Croce afixou o caráter essencialmente contemporâneo da “nova historiografia”, resultado das questões colocadas pelo tempo presente, por outro, essa iniciativa, que se ocupava de “épocas” ou “grandes períodos”, não podia dizer algo de muita relevância sobre o tempo em que se desenvolvia. Mais ainda, conforme registrado nas notas à margem de *Teoria e storia della storiografia*, em relação aos fatos em processo, cabia à crônica, e não à História, lidar com eles. Por enquanto, note-se a contradição que emerge do axioma segundo o qual toda verdadeira história é história contemporânea.

3.2 *La storia come pensiero e come azione*

A noção pertinente à contemporaneidade de toda verdadeira história foi retomada por Croce em *La storia come pensiero e come azione*, livro em que o tópico alusivo às reflexões desenvolvidas em *Teoria e storia della storiografia* e *Storia della storiografia italiana nel secolo decimonono*, além de outros trabalhos menores, foi acrescido de novas considerações. Uma das principais obras de caráter ético-

político, publicada em pleno curso do regime fascista, *La storia come pensiero e come azione* caracterizou-se por dois princípios filosóficos: por um lado, a afirmação de que a marcha do processo histórico se identifica com a epopeia da liberdade e, por outro, a particular insistência na relação entre historiografia e ação prática. No que se refere ao segundo aspecto, ponderou o autor, o volume em questão caracterizou-se pelo complexo e delicado processo dialético através do qual o pensamento histórico nasce da paixão prática, no qual esse sentimento se converte em ação decisiva (Croce, 1973, p. 1-2).

Na perspectiva de discutir a natureza da verdade em um livro de história, Croce assinalou que a necessidade prática, que está no fundo de todo juízo histórico, confere a toda a história o caráter de "história contemporânea", porque, por muito e muito distantes que pareçam cronologicamente os fatos por ela referidos, a história se relaciona sempre com a necessidade e a situação presentes, nas quais tais fatos propagam suas vibrações (Croce, 1973, p. 5).

De tal modo, acrescentou Croce, a condição presente da alma humana é a matéria que contém em si o *documento vivo* do juízo histórico. Portanto, o que se denomina, no campo da historiografia, documentos escritos, esculpidos, figurados ou aprisionados nos fonógrafos, ou ainda aqueles existentes nos objetos naturais, tais como esqueletos ou fósseis, não agem sob a condição de testemunhos se não forem capazes de estimular, no historiador, estados de ânimo que se encontram presentes no estudioso. A título de exemplo, destacou que, se não existe no historiador o sentimento da caridade cristã, da salvação pela fé, da honra cavalheiresca, ou, ainda, do radicalismo jacobino e da reverência pela tradição, inutilmente passarão pelos seus olhos as páginas dos Evangelhos e das epístolas paulinas, da epopeia carolíngia, dos discursos que

se faziam na Convenção Nacional, das líricas, dos dramas e romances que exprimiram a nostalgia oitocentista da Idade Média (Croce, 1973, p. 11).

Para Croce, o homem é encarado como um *microcosmo*, no sentido histórico da palavra: trata-se de um compêndio de história universal. Ao lado da pequena quantidade de documentos propriamente ditos, aparecem, em quantidade infinitamente maior, um complexo de outros testemunhos sobre os quais continuamente se apoiavam os historiadores no seu ofício – a língua falada, os costumes familiares, as intuições, os raciocínios realizados quase instintivamente e as experiências presentes no organismo. Portanto, a verdade da História não é dada pelo exterior, através do que se denominou classicamente *documentos*, mas vive no âmago do historiador (Croce, p. 1973, p. 11-12). Em consonância com essa linha de raciocínio, pode-se destacar que o labor historiográfico resulta tanto da presença dos testemunhos materiais quanto dos elementos espirituais que o historiador suporta em seu interior, com uma clara preponderância dos *documentos vivos* sobre os demais.

Assim, a verdadeira história, viva e contemporânea, nascia da necessidade de ver claro os problemas práticos e morais, e tem como fonte a consciência humana historicamente formada. Nessa história, os testemunhos dos fatos acontecidos, ou valem como ponto de apoio e como estímulo para excitar a referida consciência – a única que possui autoridade para afirmar o juízo histórico –, ou ficam sendo meros “diz-se” ou “está escrito”, terreno sobre o qual pode trabalhar a fantasia, mas que é estranha ao pensamento (Croce, 1973, p. 143).

Entretanto, Croce advertiu que a insinuação segundo a qual a verdade da história não é dada pelo exterior, mas vive nos historiadores, era um dos motivos que desviaram os filósofos da época romântica – entre eles Johann Gottlieb Fichte

(1761-1814) – para a teoria da história baseada na construção *a priori*, derivada de uma lógica pura e abstrata e fora de qualquer documentação. Segundo ainda o autor italiano, na evolução dessa postura equivocada, Hegel e outros, caindo em contradição e tornando extrínseca a síntese histórica, apelaram para a colaboração entre o pretense *a priori*, de um lado, e suposto *a posteriori* – ou seja, o documento – do outro. Assim, era necessário não superestimar a necessidade prática e o estado de ânimo presentes no historiador, que conformavam somente a matéria necessária, a porção bruta da historiografia. Portanto, o conhecimento histórico, como qualquer outro campo de saber sistematizado, não podia consistir numa hipotética reprodução ou cópia do estado de ânimo anteriormente mencionado, pela razão óbvia de que isso seria totalmente inútil e estranho à atividade espiritual – que não possui, entre suas produções, a do inútil. Daí porque Croce criticasse a vaidade existente nos programas dos historiógrafos que se propunham a representar a vida em seu caráter imediato. Face à constatação, cabia à historiografia superar a existência vivida para representá-la em forma de conhecimento. Em síntese, prosseguindo a linha de raciocínio iniciada na *Logica*, destacou que a historiografia não era *fantasia*, mas *pensamento*. Na condição de pensamento, ela não somente oferece o cunho universal à imagem, tal qual faz a poesia, mas liga intelectivamente a imagem ao universal, distinguindo e unificando, ao mesmo tempo, no julgamento histórico, os acontecimentos (Croce, 1973, p. 12-13).

Em *La storia come pensiero e come azione*, Croce identificou uma notável potencialidade da historiografia enquanto história viva e contemporânea. Assim, no ensaio “La storiografia come liberazione dalla storia” (“A historiografia como libertação da história”), retomando a discussão hegeliana sobre o “fardo da história”, ponderou que somos produto do

passado e vivemos imersos nele, que nos oprime por todos os lados. Frente a essa situação angustiante, surgem dois questionamentos: Como podemos nos lançar à nova vida, criar nova ação, sem fugirmos do passado, sem nos pormos acima dele? E como podemos nos colocar acima o passado se estamos nele e ele somos nós? Para tais questões, uma resposta inequívoca: não há senão uma via de escape, ou seja, aquela do pensamento, que não rompe a relação com o passado, mas se eleva idealmente sobre ele e o converte em conhecimento. Assim, tornava-se imperioso olhar de frente o passado, ou ainda, reduzi-lo à condição de problema mental, resolvendo-o em uma proposição de verdade, que será a premissa ideal para nossa nova ação e a nova vida. Citando Goethe, Croce destacou que escrever histórias é uma forma de tirar dos ombros o passado. O pensamento histórico o reduz a matéria sua, transfigura-o em seu objeto, e a historiografia nos liberta da história (Croce, 1973, p. 33-34).

No que diz respeito ao aspecto antes evidenciado, seria proveitoso verificar ao menos uma repercussão da ideia crociana na prática historiográfica da segunda metade do século XX. Assim, o historiador Girolamo Arnaldi (1929-2016), no artigo intitulado “La storiografia come mezzo di liberazione dal passato” [“A historiografia como meio de libertação do passado”, 1974], demonstrou sua confiança no fato de “a historiografia abrir o caminho para uma verdadeira libertação da história” (Arnaldi, 1974, p. 553, *apud* Le Goff, 2023, p. 140). Sem aderir à postura otimista do pesquisador italiano, Le Goff (2023, p. 140), julgou que cabe ao historiador transformar a história (*res gestae*) de fardo – como apontou Hegel – em uma *historia rerum gestarum*, que faça do conhecimento do passado um instrumento de libertação – sem que tal ponto de vista significasse uma reivindicação de um papel imperialista do saber histórico.

Na condição de conhecimento vivo e contemporâneo e de fator de libertação do fardo da história, a historiografia era elaborada a partir dos *documentos vivos*. Em *La storia come pensiero e come azione*, Croce também discutiu os problemas atinentes à certeza e à verdade presentes nos documentos e testemunhos históricos. Em face de tantas dúvidas e perplexidades, propôs esta solução: ter bem claro e firme o que seriam propriamente documentos e qual o seu papel no labor historiográfico. Conforme já referido ao longo do presente trabalho, Croce entendia como documentos o conjunto das obras do passado que podiam ser evocadas nos sinais das escritas, nas notações musicais, nas pinturas, esculturas e arquiteturas, nas descobertas técnicas, nas transformações sofridas pela superfície terrestre, nas mudanças ocorridas nas profundezas da alma, ou seja, nas instituições políticas, morais, religiosas, nas virtudes e nos sentimentos formados, passo a passo, ao longo dos séculos e ainda vivos e atuantes em nós. Tais documentos, recolhidos pelo espírito do historiador, aliados às suas capacidades, aos seus pensamentos e aos seus sentimentos, tornavam possível o conhecimento do que aconteceu em razão da tese enunciada por Vico, ou seja, da conversão do verdadeiro no fato, através do qual o homem, criador da história, indefinidamente a conhece, recriando-a no pensamento (Croce, 1973, p. 104-105).

As considerações desenvolvidas em *La storia come pensiero e come azione*, principalmente a tese atinente ao caráter da historiografia (história viva e contemporânea) e à natureza dos documentos (matéria viva pulsante do conhecimento histórico) abriram espaço para leituras que interpretaram a obra crociana a partir dos marcas do "intuicionismo", do "presentismo" e de "uma visão radicalmente subjetiva da história" (Schaff, 1995, p. 109-111). Mas, afinal, Benedetto Croce, artífice do historicismo absoluto,

compartilhava com posturas relativistas e subjetivistas em relação à operação historiográfica?

O próprio Croce pareceu querer se resguardar de tal suspeita. Um exemplo paradigmático de tal zelo pode ser encontrado na coletânea *Orientamenti*, lançada em 1934. Discutindo os papéis representados pela subjetividade e pela falsificação na produção do conhecimento histórico, Croce reafirmou a proposição segundo a qual são os interesses espirituais (morais, políticos e outros) do historiador os responsáveis por lhe mover à pesquisa e à reconstrução histórica. Assim, *o pensamento*, ou seja, o grau alcançado pelo amante de Clio, é o que lhe proporciona, para tal reconstrução, a ossatura mental. Segundo Croce, precisamente nesse ponto, emerge a necessária “subjetividade” do saber histórico e, ao mesmo tempo, a única verdadeira “objetividade”, sempre que não se pretenda inutilmente colocar o objeto fora do espírito que o concebe. Portanto, a objetividade histórica reside inteiramente no seguinte princípio: na reconstrução histórica, os historiadores são totalmente responsáveis em relação à lógica e ao documento; a primeira não deve ser contraditória e o segundo não deve ser alterado. Em contrapartida, se, em nome dos seus interesses particulares de qualquer espécie, os estudiosos alterarem os documentos que se reportam a um fato, não afirmam a subjetividade, mesmo que de uma forma inferior e ilógica, incidem, pura e simplesmente, numa falsificação (Croce, 1936b, p. 95-96).

Nas páginas de *La storia come pensiero e come azione*, Croce manteve a sua concepção muito peculiar de “história-problema”, conforme evidenciado anteriormente, em *Teoria e storia della storiografia*. Seguindo as reflexões desenvolvidas pelo historiador alemão Johann Gustav Droysen (1808-1884), salientou que a historiografia consistia na *Frage*, ou seja, na formulação do problema historiográfico, e seu fim da

operação histórica é “compreender através da inquirição”. A partir de tal conceito, acreditava Croce, o historiador poderia se livrar da crença enganosa segundo a qual a historiografia era, ou devesse ser, cópia da realidade, além de fazê-la voltar para a única e verdadeira forma de conhecimento: aquela que se ocupa em responder às indagações e resolver os problemas teóricos continuamente suscitados pela realidade da existência (Croce, 1973, p. 122).

Não por outro motivo, Croce opunha o seu entendimento do saber histórico como história viva e contemporânea à “historiografia pura” ou “sem problema histórico” de Leopold von Ranke (1795-1885). Segundo o colega italiano, o historiador alemão havia transitado da posição que sustentava ser necessário à narrativa histórica sobrepujar as paixões e se afastar dos juízos preconcebidos para uma postura extremada, na qual a história deveria ser composta fora de qualquer participação nas lutas da vida, além de deixar de lado qualquer compromisso filosófico. Croce conceituava a *historiografia pura* rankeana como aquela que se processava sem a participação operosa e o trabalho conjunto do pensamento. Tratava-se, pois, de qualquer outro empreendimento – crônica, poema, eloquência – mas não da verdadeira historiografia, posto lhe faltar, nem mais nem menos, do que sua própria alma: o problema histórico. Assim, os livros de Ranke eram histórias sem problema histórico e sem filosofia, adornadas com o nome de “pura” (Croce, 1973, p. 73-88).

A firme asseveração da tese relativa à contemporaneidade da história e a condenação à historiografia passadista ou sem problema histórico não significou que Benedetto Croce tenha modificado radicalmente a sua desconfiança na capacidade do conhecimento histórico para julgar os fatos recentes, ou, nos termos da historiografia do final do século XX e das décadas iniciais do século XXI,

a “história do tempo presente” (Chauveau; Tétart, 1999; Rousso, 2016) ou “história imediata” (Lacouture, *in* Le Goff, 1993, p. 215-240). Ao contrário, Croce sabia (ou pretendia saber) exatamente qual a historiografia que se devia e a que não se devia fazer. Ainda no corpo de *La storia come pensiero e come azione*, a crítica direcionada aos historiógrafos que desejavam representar a vida em seu aspecto mais imediato é representativa de uma postura cética sobre as potencialidades do conhecimento histórico em compreender as questões do presente. Afinal, como frisou o próprio Croce, a historiografia é do *passado-presente*, a ação é do presente e a imaginação é do futuro (Croce, 1973, p. 255-260).

Nas considerações finais de *La storia come pensiero e come azione*, Croce elaborou um conciso balanço sobre as conquistas alcançadas pela teoria da historiografia nos últimos cinquenta anos, as quais, coincidentemente, apresentavam semelhanças com a direção seguida pela sua própria obra. Julgando ter colaborado para com os progressos alcançados pela teoria historiográfica e conhecendo a literatura respectiva, indico os conceitos a que se havia chegado no âmbito dos estudos históricos à sua época, além de apontar correções e aprofundamentos que se faziam necessários às investigações. Em primeiro lugar, Croce realçou a defesa da autonomia do conhecimento histórico face ao positivismo e as demais “metafísicas naturalistas”. A reivindicação aludida derivava do caráter essencialmente individual que comportava o método histórico, distinto da abordagem naturalista e generalizante das ciências da natureza. Referenciado nas hipóteses dos pensadores italianos e alemães do final do século XIX, os quais deram substância à “revolta antipositivista”, Croce concluiu que as normas atinentes ao conhecimento e à verdade encontravam-se unicamente presentes na metodologia histórica. No que se refere ao

método positivista, este não dizia respeito ao conhecimento, mas às atitudes de esquematização e de classificação. Uma diferença capital separava o método histórico do seu similar positivista: o primeiro era concreto, ao passo que o segundo, meramente abstrato (Croce, 1973, p. 293-294).

Um outra característica da nova teoria historiográfica estava relacionada com unidade entre filosofia e História. Assim, a fusão entre tais conhecimentos expressava o ponto de encontro entre o individual e o universal. No *Novum Organum* crociano, a filosofia não se encontrava acima das ciências da natureza e do espírito, na condição de terceira forma, mediadora impotente, mas enquanto metodologia da História (Croce, 1973, p. 295-296).

No coração da nova teoria, palpitava a tese segundo a qual o saber histórico é afirmado como história contemporânea, nascendo das paixões e para as paixões humanas, dos seus interesses e para eles, ligando-se estreitamente à vida presente e às suas necessidades. Entretanto, advertindo para o perigo representado pela infiltração de atitudes como o irracionalismo, o indiferentismo e o decadentismo na severidade historiográfica, sublinhava que, se era verdade não repousar a historiografia em estado inerte e contemplativo, também era certo que a escrita da História não era um fazer prático, mas teórico, que melhor servia à prática quando se realizava como puro conhecer (Croce, 1973, p. 297).

Segundo ainda Croce, não havia distinção entre os “fatos da natureza” e os “fatos do espírito”, mas entre os dois métodos anteriormente citados – o *classificatório* e o *dialético*. Assim, mesmo os chamados “fatos da natureza” eram históricos. A ciência da natureza era substancialmente uma história. Portanto, se a história não se desenvolvia senão no espírito da dialética e das suas formas e nunca na matéria – que aparecia como uma abstração – o remate elementar

era que os chamados fatos da natureza não passavam de atos espirituais, e a única concepção coerente da realidade era o “espiritualismo absoluto” (Croce, 1973, p. 297-299).

E, finalmente, tem-se a afirmação do princípio segundo o qual o critério de veracidade da historiografia estava no interior do próprio homem. Para Croce, a verdade da história não se baseava (como imaginavam os filólogos) no critério do provável ou nos testemunhos do crível, mas noutra bem diverso, no gerar-se do âmago do ser humano, que é, de fato, uma formação histórica. Segundo Croce, o horror causado pela filosofia da história e por seu abstrato *a priori* levou não somente os historiadores, mas também os filósofos a se restringirem medrosamente aos testemunhos e documentos, vistos sob seu aspecto extrínseco. Induzidos a tal posição, aqueles estudiosos não perceberam que a realidade do processo historiográfico, se já não era uma abstrata dedução *a priori*, como na filosofia da história, certamente se tratava de uma *eduzione* do profundo, um deslindar, clarificar e qualificar a lembrança do que fazemos no momento em que fazemos, do que fez a humanidade que existe em nós e da qual nos constituímos. Ainda conforme o autor, na ausência do referido processo, fazia-se nula a historiografia. Ao contrário, essa história, resultado da obra indagadora da mente, tornava-se historiografia (Croce, 1973, p. 299-300).

3.3 *Storia d'Europa nel secolo decimono*

Entre 1893, ano da publicação do ensaio juvenil *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, e 1938, com o lançamento de *La storia come pensiero e come azione*, Benedetto Croce construiu uma singular teoria da história ou da historiografia. O próprio autor, ao revés de comentaristas e intérpretes, negou que o empreendimento

teórico acerca do labor historiográfico estivesse inserido no contexto mais amplo do seu sistema filosófico, a *Filosofia dello spirito*. De toda sorte, a teoria crociana da historiografia apresenta dois trabalhos como momentos culminantes: *Logica come scienza del concetto puro* e *Teoria e storia della storiografia*. No primeiro, Croce procedeu a identificação entre os conhecimentos histórico e filosófico e pleiteou uma abordagem historiográfica em que o momento metodológico fosse representado pela filosofia. No segundo, afirmou a tese segundo a qual toda verdadeira história é história contemporânea, escrita a partir das paixões e das necessidades do presente.

Por conseguinte, a tese alusiva à contemporaneidade da verdadeira história está no coração da teoria historiográfica crociana. Segundo o princípio em discussão, o presente aclara o passado e vice-versa, convertendo-se de maneira recíproca e estando identificados simultaneamente, elevando ao pensamento do historiador os contrastes e as necessidades da vida hodierna. Portanto, esse esforço teórico resgata não um passado morto, mas vivo, um *passado-presente*. Através do seu momento teórico, a historiografia, identificada por Croce como história viva e contemporânea, prepara e abre caminho para a ação, para a criação prática, da qual é distinta, ao mesmo tempo em que é estreitamente afim. No curso do labor historiográfico, o estudioso parte do problema prático ainda vago e obscuro e, ao mesmo tempo, retorna de maneira esclarecida, ultrapassando a forma concreta da ação. Portanto, sob a perspectiva de Croce, a *historia rerum gestarum* ("pensamento histórico") e a *res gestae* ("conjunto de feitos e ações"), ou seja, a historiografia e a história, não se identificavam prontamente e de maneira estática, mas dinamicamente, de modo dialético, ou melhor, confluíam (Croce, 1936b, p. 55-56).

Os postulados crocianos retomavam aspectos do debate travado nas searas do conhecimento histórico, entre o final do século XIX e o início do século XX, sobre a crise do historicismo otimista de feição rankeana. Na verdade, tratava-se de uma discussão sobre o estatuto epistemológico da História face aos progressos alcançados pelas ciências da natureza. Seria a História um conhecimento semelhante à arte ou uma ciência? Quais os seus critérios de validação? Quais as possibilidades teóricas e metodológicas alternativas aos cânones estabelecidos pelo “paradigma tradicional” (Burke, *in* Burke, 1992, p. 11-16), hegemônico no terreno dos historiadores profissionais? As ideias crocianas apontavam para a necessidade de uma revisão dos procedimentos que constituíam o *mainstream* da História acadêmica. Ainda nos dias atuais, os pontos de vista de Croce podem ver enfocados como “heréticos”: 1) negação do caráter da História enquanto ciência do passado; 2) apagamento da dicotomia entre o sujeito e o objeto e entre a vida e o pensamento na operação histórica; 3) crítica ao princípio que sustentava a anterioridade da crônica sobre a História; e 4) rejeição do *status* privilegiado concedido aos documentos escritos no trabalho de elaboração da síntese histórica. Ao que parece, uma reviravolta historiográfica se configurou no panorama europeu ou, na pior das hipóteses, no cenário italiano das décadas iniciais do século XX.

Um outro aspecto, ao enfatizar a importância dos documentos vivos para a história contemporânea e o lugar fundamental ocupado pelas paixões e necessidades emanadas do presente no trabalho historiográfico, Croce advogou uma leitura heterodoxa dos testemunhos, além de dilatar a noção de fonte histórica, também incluindo a língua falada, os costumes familiares, as intuições, os raciocínios e as experiências presentes no organismo (Croce, 1973, p. 12). No que diz respeito a esse elemento, seria exagerado supor que se

delineava uma “ampliação do campo do documento histórico” (Le Goff, 1993, p. 28-29), com implicações virtualmente tão profundas para a historiografia quanto aquelas engendradas pelos fundadores da escola dos *Annales* na mesma época? Benedetto Croce poderia ser identificado como um dos críticos do “antigo regime na historiografia” (Burke, 2010, p. 17-23).

Neste ponto do trabalho, deve-se questionar acerca das possibilidades de aplicação prática dos princípios teorizados por Croce em seus estudos propriamente históricos – e não apenas nos tratados de natureza historiográfica. A provocação para realizar semelhante empreendimento se encontra no paradoxo da tese referente à contemporaneidade de toda verdadeira história, evidenciando tanto em *Teoria e storia della storiografia* e quanto em *La storia come pensiero e come azione*. A contradição em tela pode ser exposta nos seguintes termos: a nova historiografia podia lidar seguramente com o *passado-presente*, mas não com o tempo presente, com os acontecimentos recentes e com os períodos históricos ainda não encerrados. Um esforço analítico acerca dessa atitude crociana, moderadamente cética, sobre a capacidade de a historiografia dar conta das questões candentes das “histórias do seu próprio tempo” (Croce, 1950, p. 107-116), seguramente auxiliaria na compreensão dos limites da teoria crociana da historiografia e também sobre as eventuais repercussões das suas teses no contexto intelectual em que o autor produziu os seus trabalhos.

O paradoxo, tese atinente à contemporaneidade de toda verdadeira história anteriormente, pode ser identificado em boa parte dos estudos históricos de Croce, com destaque para as suas obras de viés “ético-político” elaboradas nas décadas de 1920 e 1930, sob o regime fascista, a exemplo do volume *Storia d’Europa nel secolo decimonono*. Acerca do ponto em discussão, Croce, em *La storia come pensiero e come azione*,

destacou que o caráter prescrito a uma determinada época decorre em função do interesse mental do historiador, que coloca em relevo tudo que se liga a sua pesquisa e a seus problemas. Assim, o historiador aplica a determinadas épocas conceitos classificatórios e, com a sua ajuda, distingue e determina o domínio maior ou menor, ou ainda o predomínio que têm, nesses períodos, certas qualidades em relação a outras (Croce, 1973, p. 56). A fórmula historiográfica que norteou a elaboração de *Storia d'Europa nel secolo decimonono* apresenta, precisamente, esse atributo. Croce buscou, obstinadamente, realçar a epopeia do liberalismo de 1815 a 1914; enfatizou as vitórias da doutrina liberal sobre as formas de pensamento adversárias, a exemplo do absolutismo, do catolicismo e das "religiões de Estado"; escreveu, enfim, a história do século XIX como a história da liberdade.

O autor de *Storia d'Europa nel secolo decimonono* se manteve fiel ao princípio da contemporaneidade de todo o verdadeiro trabalho historiográfico, discutindo o que julgava serem os principais eventos políticos e culturais europeus ocorridos durante o período, a partir dos interesses e das necessidades do tempo presente. Escrevendo uma história politicamente engajada, abordava, indiretamente, os temas hodiernos da Europa no contexto do final dos anos 1920 e do início da década de 1930. Assim, batendo-se contra a tese fascista que sustentava a "morte" da doutrina liberal, Croce elevou a concepção à condição de *religião da liberdade*, doutrina metapolítica, fio condutor, conceito, princípio explicador do passado e do presente, além de guia do futuro. Por outro lado, buscando distinguir os processos que desembocaram nas unificações da Itália (graças ao *Risorgimento*, obra-prima do espírito liberal europeu) e da Alemanha (fruto da arte política e da virtude militar), condenou a tradição imperialista e autoritária germânica. E, principalmente, sob o pretexto

da crítica aos movimentos românticos degenerados, ativistas e irracionais que mergulharam o continente na Primeira Guerra Mundial, elaborou um julgamento indireto e sutil, além de uma poderosa censura moral e histórica ao regime fascista (Croce, 1965).

Portanto, na maior parte da *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, Croce argumentou que o liberalismo não havia morrido, mas que, a exemplo do passado, a *religião da liberdade* ressurgiria. Entretanto, no epílogo da obra, reconheceu o desaparecimento da fé liberal tanto nas instituições quanto nos espíritos da sua época. No lugar das antigas crenças liberais, em toda a Europa, proliferava o irracionalismo, o misticismo, o pessimismo e o ativismo. Essa situação era um fato, e, assim sendo, não valeria a pena negá-lo nem sequer reduzi-lo a poucas pessoas ou a esse ou aquele país ou povo, pois pertencia a todo o continente europeu e ao mundo. Nesse ponto, o intelectual liberal reconhecia a força irresistível dos fenômenos políticos e sociais que implicaram na ascensão dos movimentos e, posteriormente, dos regimes fascistas, na Itália e na Alemanha, e comunista, na União Soviética. De toda sorte, Croce lembrou ainda que o fato negativo, antes referido, deveria cumprir o seu papel no desenvolvimento do espírito, no progresso social e humano, se não como criador direto de novos valores, pelo menos, como matéria e estímulo ao fortalecimento, ao aprofundamento e à ampliação dos antigos valores (Croce, 1965, p. 307-309).

Religião da liberdade, doutrina metapolítica, concepção total de mundo, história como história da liberdade, as fórmulas são inequívocas. Em *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, objetivando combater o fascismo, Croce apropriou-se de motes da "famigerada" filosofia da história, o mesmo gênero artificial e fantasioso cujo óbito o historiador atestou, em 1915. Assim, as preocupações fundamentalmente epistemológicas

apregoadas em *Teoria e storia della storiografia* deram lugar a uma postura historiográfica militante, ancorada nas teses aprioristas e teleológicas da velha adversária (Moreira, *in* Donatelli; Menezes, 2003, p. 229).

Ademais, outra vez, Croce explicitou de forma cristalina a tese segundo a qual somente os historiadores do futuro poderiam conhecer e descrever mesmo o papel representado pelo fato negativo relacionado ao declínio dos sentimentos liberais. Os amantes de Clio do porvir teriam diante de si – uma vez terminado o período em questão – o movimento com o qual os homens da época estavam envolvidos, podendo, assim, dedicarem-se ao seu estudo. Esse movimento não poderia ser descrito pelos homens da sua contemporaneidade, exatamente porque eles se encontravam imersos no processo. Em resumo, os coetâneos de Benedetto Croce poderiam observar e compreender muitos acontecimentos, mas não lhes era facultado entender o que ainda não havia acontecido e em cuja história não era possível pensar (Croce, 1965, p. 309).

Portanto, Croce não atribuía importância prática ao fato de que a história desse movimento não podia ser pensada. Em síntese, o que importava aos homens da sua época era a necessidade de não contemplar passivamente o processo, mas de participar do conjunto de acontecimentos por meio da ação, segundo o que correspondia a cada um, de acordo com o que a consciência assinalava e o dever impunha. Nesse ponto, o historiador liberal incitava os indivíduos da sua época à resistência moral aos regimes autoritários, tanto na Itália, quanto no restante da Europa (Croce, 1965, p. 309-310).

Sintomaticamente, Croce destacou que não se deveria fazer a “história do futuro” (como aquela de caráter profético, elaborada pelos antigos tratadistas), mas a do *passado*, que se recapitulava no *presente* e se tornava necessária para a

ação moral, que não seria verdadeiramente a tal se estivesse desprovida das luzes da verdade. Dessa necessidade, ratificou o autor de *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, nasceu a sua análise sobre o século XIX e o própria obra aqui discutida (Croce, 1965, p. 310).

Portanto, a tentativa de aplicação do cânone relacionado à contemporaneidade de toda verdadeira história a um dos trabalhos históricos de Benedetto Croce resultou em mais uma contradição: por um lado, em termos gerais, a aplicação da tese supracitada se torna possível na exata medida em que os problemas práticos, os interesses, as paixões e as necessidades emanadas do tempo presente foram em muito responsáveis pela escolha do tema, pela seleção dos conceitos correlatos e pelos próprios resultados alcançados na pesquisa; por outro, a historiografia crociana pouco ou quase nada podia informar sobre as questões, os acontecimentos e os processos ainda não concluídos no tempo presente. Ademais, ao assinalar, com modéstia e ceticismo moderado, a impossibilidade de a tese da contemporaneidade da operação histórica contribuir para o entendimento do tempo presente, Croce revelou um dos elementos paradoxais da natureza do conhecimento histórico em sua obra.

Se a história viva e contemporânea não podia informar muito acerca dos acontecimentos e das personagens do tempo presente, qual, então, o significado da tese da contemporaneidade de toda verdadeira história na obra de Benedetto Croce? Face às limitações deste estudo, somente pode-se esboçar algumas hipóteses a respeito do problema.

Uma interpretação proposta por Gramsci (2023a, p. 314), buscava relacionar as dimensões historiográfica e política na obra de Croce, com o objetivo de demonstrar a sua natureza intrinsecamente ideológica. Segundo essa perspectiva, se o político é um historiador (não apenas no

sentido de que faz a história, mas também no de que, ao atuar no presente, interpreta o passado), da mesma forma o historiador é um político. E nesse sentido (que também aparecia em Croce), a história é sempre contemporânea, ou seja, política. Segundo o antigo discípulo, Croce não poderia chegar a tal conclusão, precisamente porque ela conduziria à identificação entre história e política, e, conseqüentemente, entre ideologia e filosofia.

Por seu turno, Schaff (1995, p. 101) vislumbrou na tese da contemporaneidade da história a manifestação mais evidente do subjetivismo e do intuicionismo de Croce. Assim, na prática, a aplicação do referido procedimento à teoria do juízo histórico crociano guiaria ao presentismo, ou seja, à “variante atualmente mais em voga do relativismo subjetivista, que nega que um tal conhecimento seja possível e considera a história como uma projeção do pensamento e dos interesses presentes sobre o passado”. Conforme o historiador polonês, a tese presentista (toda história é história contemporânea) baseia-se em um pressuposto da “filosofia do espírito”, segundo o qual tudo que constitui a história é um produto do espírito (Schaff, 1995, p. 110).

Por sua vez, White (2019, p. 406-409), identificou na obra crociana uma estratégia de *domesticação da História* (e também da arte). Na exata medida em que Croce negava a possibilidade do conhecimento histórico conhecer seguramente os processos da atualidade, esse gênero não podia ministrar orientação para o agir no presente, já que não se tratava de uma ciência nem do *universal*, nem do *geral*, mas apenas do *particular*. Ainda que pudessem tomar as preocupações atuais como ponto de partida para as investigações do passado, os historiadores não estavam autorizados a deduzirem dos fatos acontecidos quaisquer conclusões gerais, ou a extraírem ilações do passado para

o presente. Portanto, Croce objetivou despojar a história da autoridade que lhe era reconhecida por todos os setores do espectro ideológico, recambiando-a para o seu verdadeiro lugar: o de simples forma de cognição. Esse objetivo servia bem aos interesses das classes e dos grupos sociais estabelecidos, interessados na *domesticação* da historiografia, desembaraçando-a dos conflitos ideológicos correntes.

Historiador político, subjetivista, intuicionista, presentista e domesticador da História. Mas a obra historiográfica de Benedetto Croce (e a tese atinente à natureza intrinsecamente contemporânea de toda verdadeira história) pode ser submetida a outras avaliações e interpretações. Segundo Ginzburg (2007, p. 219, 408), o neoidealismo crociano era muito especial. Ademais, o momento mais nitidamente idealista do pensamento de Croce deve ser atribuído ao forte influxo exercido sobre ele por Giovanni Gentile, a quem esteve ligado por duas décadas de estreita vinculação intelectual. A propósito, o filósofo Eugenio Colorni (1909-1944), um dos críticos mais agudos da obra do autor do *Breviario di Estetica*, identificou no pensamento de Croce as marcas de um “positivismo crítico”.

Não obstante tais pontos de vista, outras observações podem ser acrescidas. Assim, a partir de determinados sinais sugeridos pelo próprio autor, novas peças podem ser dispostas no tabuleiro da interpretação do pensamento crociano. Um primeiro indício: ao afirmar que toda verdadeira história é história contemporânea, Croce, possivelmente, desejou assinalar que o passado humano não mais seria pensado, interpretado ou escrito através do mito, do providencialismo religioso, da filosofia, das filosofias da história, das pseudo-histórias ou da história determinista, mas, apenas, pela sua *teoria da historiografia*. Ou, ainda, apropriando-se do passado, a teoria historiográfica expressava o *Novum Organum*, a

ciência capaz de tornar inteligíveis – ao nível da escrita da História – elementos relacionados às experiências humanas ao longo do tempo. A referência ao *Novum Organum* foi sugerida em *Teoria e storia della storiografia* e explicitada em *La storia come pensiero e come azione*. O posicionamento aqui discutido não permite confundir a teoria crociana da historiografia com as filosofias da história.

Ao afirmar o princípio segundo o qual toda verdadeira história é história contemporânea com quem Benedetto Croce dialogava? Uma leitura possível sugere que essa linha de abordagem foi elaborada para combater os seus adversários teóricos, representados em diferentes matizes historiográficos, denominadas pelo autor “pseudo-histórias” (os gêneros “filológico”, “poético” e “retórico”), “história universal” (ao feito iluminista ou hegeliano), pela “filosofia da história” e “história determinista” (os modelos positivista e marxista). Assim, referindo-se à concepção de Ranke, declarou se tratar de uma “historiografia sem problema histórico”. Por outro lado, mediante um ardiloso estratagema, através do qual decidia “o que estava vivo e o que estava morto” nas obras de outros pensadores, Croce se apropriou de certos conceitos, noções e procedimentos elaborados por seus interlocutores, ao mesmo tempo em que desprezava, ignorava e suprimia os seus elementos considerados inertes. Contra essa plêiade de modalidades do gênero histórico, Croce erigiu a sua história viva e contemporânea como o verdadeiro empreendimento historiográfico (Moreira, 2016, p. 154).

Ademais, não se trata de um contrassenso a identificação de Benedetto Croce como um dos criadores de um novo domínio do conhecimento histórico: a Teoria e História da Historiografia. A hipótese formulada se estriba em algumas pistas: os artigos que deram corpo a *Teoria e storia della storiografia* foram contemporâneos de obras como *Zur*

Theorie und Methodik der Geschichte (1902), de Eduard Meyer, *Geschichte der neuen historiographie* [*História da historiografia moderna*, 1911], de Eduard Fueter (1876-1928), e *History and Historians in the Nineteenth Century* [*História e historiadores no século XIX*, 1913], de George Peabody Gooch (1873-1968).

As evidências em discussão apontam para um despertar epistemológico no âmbito da História ao longo dos anos que antecederam à Grande Guerra. Assim, não seria exagerado conjecturar que os fundamentos atuais do domínio da Teoria e da História da Historiografia foram lançados nesse período. Portanto, um campo de provas para eventuais investigações historiográficas seria realizar um exercício analítico das obras antes referidas, na perspectiva de cotejar as suas estratégias no que diz respeito à formulação de programas para a construção de um dos domínios da História, em um cenário marcado pelas investidas das metodologias derivadas das ciências da natureza sobre o conhecimento histórico e pela crise do historicismo.

Assim, os esforços teóricos crocianos no intuito de construir uma teoria da historiografia ou uma metodologia da História objetivavam tanto dissolver a filosofia no conhecimento histórico quanto eliminar os resíduos metafísicos e teológicos que julgava ainda presentes na historiografia. A fundação da Teoria da Historiografia – um domínio praticamente inexistente no início do século XX – representou uma resposta do autor às tentativas dos historiadores “positivistas” de reduzirem o conhecimento histórico ao nível das ciências naturais (Antoni, 1950, p. 63-64). Portanto, as evidências identificadas sugerem que a busca por uma teoria da historiografia, por parte de Croce e outros historiadores, vinculou-se aos desafios e às incertezas anunciadas pela crise do historicismo do final do século XIX.

Em suma, na perspectiva de combater a ingerência das filosofias da história e dos métodos provenientes das ciências naturais nos domínios do conhecimento histórico, Benedetto Croce buscou afirmar a ideia de autonomia da História, fundamentando os princípios epistemológicos de uma teoria da historiografia. Para Croce, tratava-se de resolver as dúvidas e perplexidades que atormentaram os historiadores contemporâneos e os seus predecessores no interior de um *Novum Organum*, de uma teoria da historiografia. A partir daquele momento, as ações e os pensamentos dos indivíduos seriam pesquisados, interpretados e sintetizados pela nova historiografia, o conhecimento que versava sobre a experiência humana ao longo do tempo. À luz dos procedimentos historiográficos e impulsionados pelos problemas que emergiam da vida presente, os historiadores reconstituíam não mais um *passado morto*, mas uma história viva e contemporânea, um *passado-presente*.

Mas ainda é preciso dizer algo acerca das relações crocianas com as filosofias da história. As dissensões evidenciadas entre os sentidos gerais de *Teoria e storia della storiografia* e de *La storia come pensiero e come azione* possibilita explorar o que parece ser uma dos traços mais interessantes da obra de Benedetto Croce: o impasse entre o esforço de construção de uma teoria da historiografia e o apelo a determinados princípios das filosofias da história. Assim, se, por um lado, o historiógrafo politicamente conservador buscou inovar a metodologia da História e construir um domínio quase inexistente no panorama do conhecimento histórico dos primórdios do século XX, por outro, o filósofo da liberdade, buscando desmentir as sentenças fascistas atinentes à morte do liberalismo, lançou mão de esquemas finalistas e providencialistas de feição hegeliana – anteriormente repudiados e detratados. Deste

modo, uma hipótese de trabalho plausível é a de que a obra de Benedetto Croce localiza-se em um ponto de interseção entre a teoria e da historiografia e a filosofia da história (Moreira, *in* Donatelli; Menezes, 2003, p. 230-231).

Portanto, essas são algumas das leituras pertinentes (ou impertinentes?) acerca da tese de Benedetto Croce segundo a qual toda verdadeira história é história contemporânea.

Considerações finais

O trabalho que aqui se encerra foi estruturado em três momentos fundamentais. No primeiro, abordei a trajetória intelectual e política de Benedetto Croce, contextualizando-a na paisagem histórica italiana e no panorama europeu da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Assim, enfatizei as relações estabelecidas pelo autor com as correntes intelectuais e os movimentos políticos da época, que considerei significativos para a compreensão do pensamento, das afinidades eletivas e das escolhas realizadas por Croce durante a sua existência. No segundo, busquei identificar e discutir os influxos teóricos exercidos por Giambattista Vico, Georg Wilhelm Friedrich Hegel e Karl Marx sobre Croce, destacando também a recepção crítica de tais concepções no sistema filosófico do pensador italiano. Finalmente, a partir de uma análise das obras *Teoria e storia della storiografia*, *La storia come pensiero e come azione* e *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, procurei evidenciar os principais argumentos mobilizados por Croce para sugerir o princípio segundo o qual toda verdadeira história é história contemporânea. Também, no último momento, sugeri que Croce elaborou uma teoria da historiografia (o seu *Novum Organum*) na perspectiva de afirmar a autonomia do conhecimento histórico, objetivando combater as intromissões das metodologias provenientes das ciências naturais no campo da História. E ainda intentei sublinhar os paradoxos da tese segundo a qual toda a verdadeira história é história contemporânea, inclusive quando aplicada aos próprios textos crocianos.

À guisa de conclusão, gostaria de esboçar algumas razões que tornam significativa a leitura da obra de Benedetto Croce no tempo presente. Afinal, qual a fortuna

crítica de Benedetto Croce nas primeiras décadas do século XXI? Um primeiro aporte diz respeito a uma contribuição fundamental para a profissão historiadora: a distinção metodológica estabelecida pelo autor entre história (*res gestae*) e historiografia (*historia rerum gestarum*), ou, ainda, entre os estudos históricos e os de questões históricas. À essa diferenciação capital, acrescenta-se o fato de Croce ter insistido na importância da história da historiografia – com desdobramentos significativos para o ofício do historiador. E, não menos relevante, deve-se frisar o papel desempenhado por Benedetto Croce para a constituição do domínio da Teoria e História da Historiografia no século XX. Assim, não seria um exagero afirmar que, ainda hoje, uma incursão teórica ou historiográfica passa, fundamentalmente, por uma análise das concepções crocianas – com destaque para a tese estudada no presente trabalho.

Ademais, graças às investigações de Croce, sabemos que a apreensão do passado depende, em muito, do presente. Conforme asseverou Croce, a História não se constituía estritamente na “ciência do passado”, no saber do antiquário ou especialista desinteressado e imparcial. O conhecimento histórico também expressava as angústias, os interesses e as questões que emanavam da vida presente. No entanto, a escrita da História não deveria se constituir mera expressão da vida em seu caráter imediato, mas uma atividade eminentemente teórica – que respondia às indagações e aos problemas sucessivamente colocadas pela realidade da existência. Assim, o problema historiográfico surgia de uma demanda da vida presente e, através da investigação, da hermenêutica e da síntese histórica, transformava-se em conhecimento. Toda verdadeira história é contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde aos seus interesses, o que não somente é inevitável,

como absolutamente legítimo. Portanto, os livros sobre o passado também servem para esclarecer os problemas do tempo presente.

Uma das leituras possíveis acerca das contribuições aportadas pela obra de Croce para pesquisadores e pesquisadoras do tempo presente seria vislumbrar na concepção segundo a qual toda história é história contemporânea um fecundo *cânone de interpretação historiográfica*. Dito de outra forma: historiadores e historiadoras do século XXI deveriam levar muito a sério o princípio da contemporaneidade dos seus objetos de investigação, assim como dos seus resultados, evidenciando o caráter presente e vivo das suas fabricações acerca do passado.

Por outro lado, um dos impasses do legado teórico crociano se expressa no lugar ocupado pela obra do autor no panorama do conhecimento histórico do século XX, ou seja, em um ponto de interseção entre a teoria da historiografia e a filosofia da história. Assim, o *Croce historiador* objetivou arquitetar uma teoria da historiografia, na perspectiva de absorver a filosofia como metodologia da História e suprimir elementos que considerava metafísicos e teológicos das searas do conhecimento histórico. Porém, o *filósofo da liberdade*, opondo-se ao fascismo e se colocando em defesa do liberalismo vilipendiado, lançou mão dos esquemas filosóficos hegelianos para fundamentar as suas histórias ético-políticas, com consequências devastadoras para o *Novum Organum* almejado.

Não obstante os paradoxos da fortuna crítica de Benedetto Croce, a sua obra se constitui em um imenso canteiro para as eventuais investigações, se assim desejarem jovens pesquisadores e pesquisadoras do século XXI, aos quais e às quais agradeço a leitura atenta e participante do livro que aqui se encerra.

Referências

Obras de Benedetto Croce

CROCE, Benedetto. **Lógica como ciencia del concepto puro**. Madrid; Buenos Aires: Poblet, 1933a.

CROCE, Benedetto. **O que é vivo e o que é morto na filosofia de Hegel**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933b.

CROCE, Benedetto. **Aspectos morais da vida política**. Rio de Janeiro: Atena Editora, 1936a.

CROCE, Benedetto. **Orientações**. Pequenos ensaios de filosofia política. Rio de Janeiro: Atena Editora, 1936b.

CROCE, Benedetto. **Teoria e storia della storiografia**. Bari: Laterza, 1941.

CROCE, Benedetto. Contributo alla critica di me stesso. *In*: CROCE, B. **Etica e Politica**: aggiuntovi il Contributo alla critica di me stesso. Laterza: Bari, 1945. p. 363-411.

CROCE, Benedetto. **Historia de Europa en el siglo XIX**. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1950.

CROCE, Benedetto. L'obiezione contro le "storie dei propri tempi". *In*: CROCE, Benedetto. **Storiografia e idealità morale**: conferenze agli alunni dell'Instituto per gli studi storici di Napoli, e altri saggi. Bari: Laterza, 1950. p. 107-116.

CROCE, Benedetto. Les études relatives à la théorie de l'histoire en Italie durant les quinze derniers années. *In*: CROCE, Benedetto. **Primi saggi**. Bari: Laterza, 1951. p. 179-191.

CROCE, Benedetto. Contributo alla critica di me stesso. *In*: CROCE, Benedetto. **Filosofia, Poesia, Storia**. Milano; Napoli: Riccardo Ricciardi, 1955a. p. 1137-1174.

CROCE, Benedetto. Il manifesto degli intellettuali italiani antifascisti. *In*: CROCE, Benedetto. **Filosofia, Poesia, Storia**. Milano; Napoli: Riccardo Ricciardi, 1955b. p. 1056-1160.

CROCE, Benedetto. **Teoría e historia de la historiografía**. Buenos Aires: Escuela, 1955c.

CROCE, Benedetto. **El carácter de la filosofía moderna**. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1959.

CROCE, Benedetto. **A História, pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

CROCE, Benedetto. **Storia d'Europa nel secolo decimonono**. Bari: Laterza, 1965.

CROCE, Benedetto. **La storia come pensiero e come azione**. Bari: Laterza, 1973.

CROCE, Benedetto. **Memorie della mia vita**. Appunti che sono adoprati e sostituiti dal "Contributo alla critica de me stesso". Napoli: Instituto Italiano per gli Studi Storici, 1992.

CROCE, Benedetto. **Breviário de Estética/Aesthetica in nuce**. São Paulo: Ática, 1997.

CROCE, Benedetto. **História como história da liberdade**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

CROCE, Benedetto. **Materialismo histórico e economia marxista**. São Paulo: Centauro, 2007

CROCE, Benedetto. **Teoria e história da historiografia**. Curitiba: antoniofontoura, 2023.

Demais referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

ABBAGNANO, Nicola. **História da Filosofia**. Lisboa: Presença, 1985. (v. XII).

ALBERTONI, Ettore A. **Doutrina da classe política e teoria das elites**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

ANDERSON, Perry. **Zona de compromisso**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

ANTONI, Carlo. Studi sulla teoria e la storia della storiografia. *In*: ANTONI, Carlo; MATTIOLI, Rafaele. **Cinquant'anni di vita intellettuale italiana** (1896-1946): scritti in onore di Benedetto Croce per il suo ottantesimo anniversario. Napoli: ESI, 1950. p. 63-81.

AYMARD, Maurice; VIVANTI, Corrado. Itália (historiadores italianos). *In*: BURGUIERE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 458-468.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **A História**. Lisboa: Bertrand, 1980. (v. 1).

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BELLAMY, Richard. Itália: liberalismo transformado. *In*: BELLAMY, Richard. **Liberalismo e sociedade moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 187-278.

BOBBIO, Norberto. **Perfil ideológico del siglo XX en Italia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BOBBIO, Norberto. Intelectuais e vida política na Itália. *In*: BASTOS, Elide Rugai; RÉGO, Walquíria D. Leão (org.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'água, 1999. p. 147-166.

BOBBIO, Norberto. Benedetto Croce. *In*: BOBBIO, Norberto. **Do fascismo à democracia: os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 163-176.

BOCHENSKI, I.M. **La filosofía actual**. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 203-233.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. *In*: BOBBIO, Norberto Bobbio; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 242-246.

BOTTMANN, Denise. Uma vinheta. **Traduzires**, 1(2), p. 31-36, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/traduzires/article/view/20803>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BOURDÉ, Guy. A escola metódica. *In*: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 165-194.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter (org.). **a escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-37.

BURKE, Peter. **Vico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BURKE, Peter. A anatomia da biografia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 fev. 2003, caderno *Mais!*, p. 12-13.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CANTIMORI, Delio. Historia e historiografia en Benedetto Croce. *In*: CANTIMORI, Delio. **Los historiadores y la Historia**. Madrid: Península, 1985. p. 239-249.

CARR, Edward Hallet. **O que é história?** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (org.). **Convite à leitura de Gramsci**. Rio de Janeiro: Achiamé, [198-].

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In*: CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 65-119.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

COLLINGWOOD, Robin George. **A ideia de História**. Lisboa: Presença, 1995.

CRISTOFOLINI, Paolo. Las ciencias humanas y la filosofía de la historia entre Vico e Marx (Croce, Labriola, Sorel y la "filosofía de la historia"). *In*: TAGLIACOZZO, Giorgio (compilador). **Vico y Marx: afinidades y contrastes**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. p. 311-319.

DE FELICE, Renzo. **Explicar o fascismo**. Lisboa: Edições 70, 1978.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à nova história**. São Paulo; Campinas, SP: Ensaio; Unicamp, 1992.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUJOVNE, León. **El pensamiento histórico de Benedetto Croce**. Buenos Aires: Santiago Rueda, 1968.

FREUD, Sigmund. **Moisés e o monoteísmo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

FREUD, Sigmund. O romance familiar dos neuróticos (1909). *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 8: O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 419-424.

FUETER, Eduard. **Historia de la historiografía moderna**. Buenos Aires: Editorial Nova, 1953. (volumes 1 e 2).

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.

GERRATANA, Valentino. Antonio Labriola e a introdução do marxismo na Itália. *In*: HOBBSAWM, Eric J. **História do Marxismo IV: o marxismo na época da II Internacional. Terceira Parte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 11-49.

GINZBURG, Carlo. *Unus testis* – O extermínio os judeus e o princípio da realidade. *In*: GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 210-230.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.

GONZÁLEZ, Horácio. **A Comuna de Paris: os assaltantes do céu**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Col. Tudo é História, 24).

GOOCH, George Peabody. **Historia e historiadores em el siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. A filosofia de Benedetto Croce. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023a. p. 277-432.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: volume 5: o Risorgimento, notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023b. p. 277-432.

HADDOCK, Bruce A. Vico y la crisis del marxismo. *In*: TAGLIACOZZO, Giorgio (compilador). **Vico y Marx**: afinidades y contrastes. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. p. 320-332.

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. (org.). *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Ranke**: História. São Paulo: Ática, 1979. p. 7-62.

HUGHES, Henry Stuart. Croce, Benedetto. *In*: SILLS, David L. (Editor). **International Encyclopedia of the Social Sciences**, v. 3. New York: The Macmillan Company & The Free Press, 1972. p. 518-519.

HUGHES, Henry. Stuart. **Consciousness & Society**: the reorientation of european social thought (1890-1930). Brighton: The Harvest Press, 1979.

IGGERS, Georg Gerson. Historicism. *In*: WIENER, Philipe Paul. **Dictionary of the History of Ideas**: Studies of Selected Pivotal Ideas New York: Scribner's Sons, 1973. p. 456-464. (v. II).

JACOBITTI, Edmund E. Del sentido común de Vico a la hegemonía de Gramsci. *In*: TAGLIACOZZO, Giorgio (compilador). **Vico y Marx**: afinidades y contrastes. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. p. 333-350.

JEMOLO, Arturo Carlo. Neoguelfismo. *In*: BOBBIO, Norberto Bobbio; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 820-821.

LABRIOLA, Antonio. **Socialismo y Filosofía**. Madrid: Alianza, 1969.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. *In*: LE GOFF, Jacques (dir.). **A história Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 215-240.

LE GOFF, Jacques. A história nova. *In*: LE GOFF, Jacques (dir.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 25-64.

- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes e FERREIRA, Janaína (org.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 167-182.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 141-184.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. *In*: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-249.
- LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2023.
- MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. *In*: BOBBIO, Norberto Bobbio; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 686-705.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. *In*: MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 19-139.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **O manifesto comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro; Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 7-41.
- MEINECKE, Friedrich. **El historicismo y su génesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- MERQUIOR, José Guilherme. Defensa de Vico en contra de algunos de sus admiradores. *In*: TAGLIACOZZO, Giorgio (compilador). **Vico y Marx**: afinidades y contrastes. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. p. 362-384.
- MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**: 1871: origens e massacre. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Reconsideración de B. Croce (1866-1952). *In*: MOMIGLIANO, Arnaldo. **Ensayos de historiografía antigua y moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 287-302.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. El historicismo revisitado. *In*: MOMIGLIANO, Arnaldo. **Ensayos de historiografía antigua y moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 303-310.
- MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **O conceito de história contemporânea na Teoria da História de Benedetto Croce**. 1998. 113 f. Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia da História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 1998.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **Toda verdadeira história é história contemporânea**: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce. 1999. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. Benedetto Croce: entre a filosofia da história e a teoria da historiografia. *In*: MENEZES, Edmilson; DONATELLI, Marisa (org.). **Modernidade e a ideia de História**. Ilhéus, BA: Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2003. p. 220-233.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. Benedetto Croce (1866-1952). *In*: PARADA, Maurício (org.). **Os Historiadores**: clássicos da História, vol. 2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2013. p. 138-158.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. “Um bando de homens perdidos que em seu delírio desconhecera Deus, a pátria, a família e a propriedade”: representações da Comuna de Paris nos debates parlamentares brasileiros de 1871. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/93533>. Acesso em: 9 fev. 2024.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. Benedetto Croce: um perfil intelectual e político. *In*: GUILHERME, Willian Douglas; AUGUSTO, Diogo Luiz Lima; FREITAS, Patrícia Gonçalves de. **Tendências contemporâneas em ciências humanas**: sociedade, cultura e inovação. Rio de Janeiro: Editora e-Publicar, 2025. p. 78-100.

PARIS, Robert. **As origens do fascismo**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

PARIS, Robert. Marx, Karl (o historiador). *In*: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 520-521.

RAMA, Carlos M. **Teoria da História**: introdução aos estudos históricos. Coimbra: Almedina, 1980.

REGO, Walquiria Domingues Leão. **Em busca do socialismo democrático**: o liberal-socialismo italiano: o debate dos anos 20 e 30. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

RÉMOND, René. **O século XIX 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 1990.

REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

RODRIGUES, José Honório. **Vida e História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil** (Introdução Metodológica). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, José Honório. **Filosofia e História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

- ROSSELLI, Carlo. **Socialismo liberal**. São Paulo: C.H. Cardim, 1988.
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- SAITTA, Armando. **Guía crítica de la historia contemporánea**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- SAITTA, Armando **Guía crítica de la Historia y de la historiografía**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SETTEMBRINI, Domenico. Revisionismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 1117-1121.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH). **Anais da X Reunião**. Curitiba: [s.n.], 1991.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- TANNENBAUM, Edward R. **La experiencia fascista: sociedad y cultura en Italia (1922-1945)**. Madrid: Alianza Universidad, 1975.
- TRANFAGLIA, Nicola. Liberal-socialismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 705-708.
- TREVES, Renato. **Benedetto Croce, filósofo de la Libertad**. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1944.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- VICO, Giambattista. **Princípios de (uma) Ciência Nova**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores, volume XX).
- VICO, Giambattista. **Ciência nova**. São Paulo: Ícone, 2008.
- WEHLING, Arno. **A invenção da História: estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho; Niterói, RJ Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.
- WHITE, Hayden. O que está vivo e o que está morto na crítica de Croce a Vico. *In*: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 241-252.
- WHITE, Hayden. Croce: a defesa filosófica da história no modo irônico. *In*: WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica no século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 383-431.

Sobre o autor



Raimundo Nonato Pereira Moreira é doutor em História pela UNICAMP (2007), Professor Titular Pleno de História Contemporânea da Universidade do Estado da Bahia – *Campus II/Alagoinhas* e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UNEB. Coordena o projeto de pesquisa "*Todo ânimo é pouco para seguir caminho tão espinhoso, cheio de veredas*": trajetória, formação intelectual e militância política de Antônio Maciel Bonfim no Correio de Alagoinhas e em *A Classe Operária (1925-1935)* e integra o Grupo de Trabalho Nacional de História Política da ANPUH. É autor de **E Canudos era a Vendeia...O imaginário da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os Sertões** (Annablume, 2009) e organizou a coletânea **História Política, Democracia e Direitos Humanos: objetos, problemas e perspectivas** (Edições Diálogos; ANPUH, 2024), em parceria com os professores Angelo Aparecido Priori (UEM) e Marcio Luiz Carreri (UENP). E-mail: rmoreira@uneb.br.

ISBN: 978-65-01-42885-7

CD



9 786501 428857